

The background is a dark blue field filled with a repeating pattern of white line-art icons representing various office and business concepts, such as computers, calendars, mail, and tools. Overlaid on this are two large green geometric shapes: a triangle on the bottom left and a rectangle on the right. A white dashed line forms a large frame around the central text area.

Relato Integrado 2018

TRE-MARANHÃO



**Tribunal Regional Eleitoral
do Maranhão**

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO MARANHÃO

Relato Integrado

2018

S U M Á R I O



1 Visão Geral

Quem somos
Onde estamos
Onde geramos valor



2 Planejamento organizacional, governança e resultados

Resultado: Plano Estratégico e Plano Diretrizes
Sistema de Governança e Gestão
Desempenho comparativo



3 Gestão de riscos e controles internos



4 Áreas especiais da gestão

Eleições 2018
Selo Boas Práticas e Ideias de Eleições
Tecnologia da Informação e Comunicação
Pessoas
Contratações e aquisições



5 Relacionamento com a sociedade

Principais Canais de Comunicação
Ouvidoria
Educação Política
Socioambiental
Rede de Controle da Gestão Pública



6 Desempenho financeiro e informações contábeis

Demonstrativo Financeiro
Acompanhamento Detalhado da Execução Orçamentária
Demonstrativo Contábil
Análise de Custos



7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle

Relatório do Controle Interno
Demandas do TCU
Demandas do CNJ
Sindicância e Processos Adm. Disciplinares
Atividades da Corregedoria
Comissão de Ética



8 Declaração de Integridade

Mensagem do Presidente

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), em consonância com o disposto no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal e em observância às disposições normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), apresenta seu Relato Integrado referente ao exercício de 2018.

No apanhado de informações deste relatório, merecem destaque a transmissão ao vivo das sessões plenárias pelo canal TRE-MA do Youtube; ter sido laureado, pelo CNJ, pela segunda vez consecutiva, com o Selo Ouro no Justiça em Números, um reconhecimento ao investimento na gestão de informações administrativas, processuais e no cumprimento de normas de transparência.

Na primeira edição do Prêmio Ranking da Transparência, o TRE-MA alcançou a 16ª posição, entre 93 participantes do Poder Judiciário brasileiro. No que se refere à prestação jurisdicional, evoluímos no 2º grau de jurisdição com a implantação do Processo Judicial Eletrônico, ferramenta por onde tramitaram virtualmente todas as ações relativas às eleições 2018.

Em meio aos ataques que a Justiça Eleitoral sofreu nos 1º e 2º turnos das eleições, a Assessoria de Comunicação desenvolveu campanha institucional que exaltou a lisura e transparência das eleições, trabalho este que não é realizado somente por quem faz parte da JE, mas em sua maioria por cidadãos que desempenham papel fundamental: os mesários (o vídeo completo está em nosso canal TRE-MA do Youtube).



Des. Cleones Cunha
Presidente do TRE-MA

Em relação às fake news, o Comitê Consultivo de Internet, em parceria com os Ministérios Públicos Federal e Estadual, Polícias Federal e Civil e ainda ABIN, realizou estudo da influência da internet nas eleições 2018 e o uso de robôs na disseminação de informações, além de propor medidas necessárias à prevenção do compartilhamento de notícias falsas.

No tocante à segurança para as Eleições foi instituído um Comitê composto pelo Presidente e Corregedor em exercício deste TRE, representantes dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, polícias Federal, Militar, Civil e Rodoviária, Corpo de Bombeiros, Marinha, Exército, Aeronáutica, Associação dos Magistrados e Agência Brasileira de Inteligência. Juntos atuaram como um centro de controle, orientação e decisão para monitorar e dar celeridade às ações que necessitassem de maior atenção durante o pleito.

Buscando assegurar o alcance dos resultados almejados e o fortalecimento dos controles internos nas rotinas de trabalho, foram instituídos o Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos e a Comissão de Segurança da Informação. Além disso, no sentido de direcionar os esforços em prol da melhoria contínua, foram publicadas a Política de Governança de Aquisições e o Plano Diretrizes 2018–2019, desenvolvido em harmonia com o Plano Estratégico 2015–2020.

Vale ressaltar que a elaboração deste relatório anual de gestão não é apenas uma forma de prestar contas ao conferir transparência aos atos praticados por este órgão, mas também uma oportunidade de reflexão institucional, na medida em que revisita os planos traçados, objetivos alcançados e dificuldades enfrentadas durante o exercício de 2018.

Na tentativa de aumentar a transparência e o diálogo com nossos públicos de interesse, convidamos todos à leitura e a interagir conosco com sugestões de melhoria.



The background of the slide is a light blue field filled with a repeating pattern of small, faint business-related icons. These icons include computer monitors, keyboards, mice, calendars, envelopes, magnifying glasses, briefcases, and various office furniture. On the left side of the slide, there is a vertical blue bar and a green triangular shape pointing towards the center. A dashed blue line forms a rectangular frame around the central content.

1

Visão Geral



Quem somos

O TRE-MA é um órgão do Poder Judiciário Federal que tem a missão de garantir a legitimidade do processo eleitoral, resguardando a garantia dos direitos de cidadania, primando pela probidade, pela racionalização e qualidade do gasto público. Tem como principais atividades a condução do processo eleitoral, desde o alistamento dos eleitores, operacionalização das eleições até o julgamento das matérias referentes à legislação eleitoral no âmbito do estado do Maranhão. É considerado de médio porte quando comparado aos demais TREs do Brasil.

O Tribunal é estruturado em dois graus de jurisdição, não possuindo, entretanto, quadro próprio de magistrados:

– 1º Grau: composto por um juiz eleitoral em cada zona eleitoral, escolhido dentre os juízes de direito, e pelas juntas eleitorais, de existência provisória apenas nas eleições e compostas por um juiz de direito e por dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade.

– 2º Grau: possuem em sua composição dois desembargadores do Tribunal de Justiça, dois juízes de direito, um juiz do Tribunal Regional Federal (desembargador federal) ou um juiz federal e dois advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.

A Secretaria do Tribunal tem como finalidade promover estratégias e ações para o desenvolvimento dos serviços administrativos. A Corregedoria Regional Eleitoral do Maranhão possui estrutura jurídico-administrativa com o fito de garantir o desenvolvimento dos serviços de inspeção e fiscalização das Zonas Eleitorais no estado.

1 Visão Geral

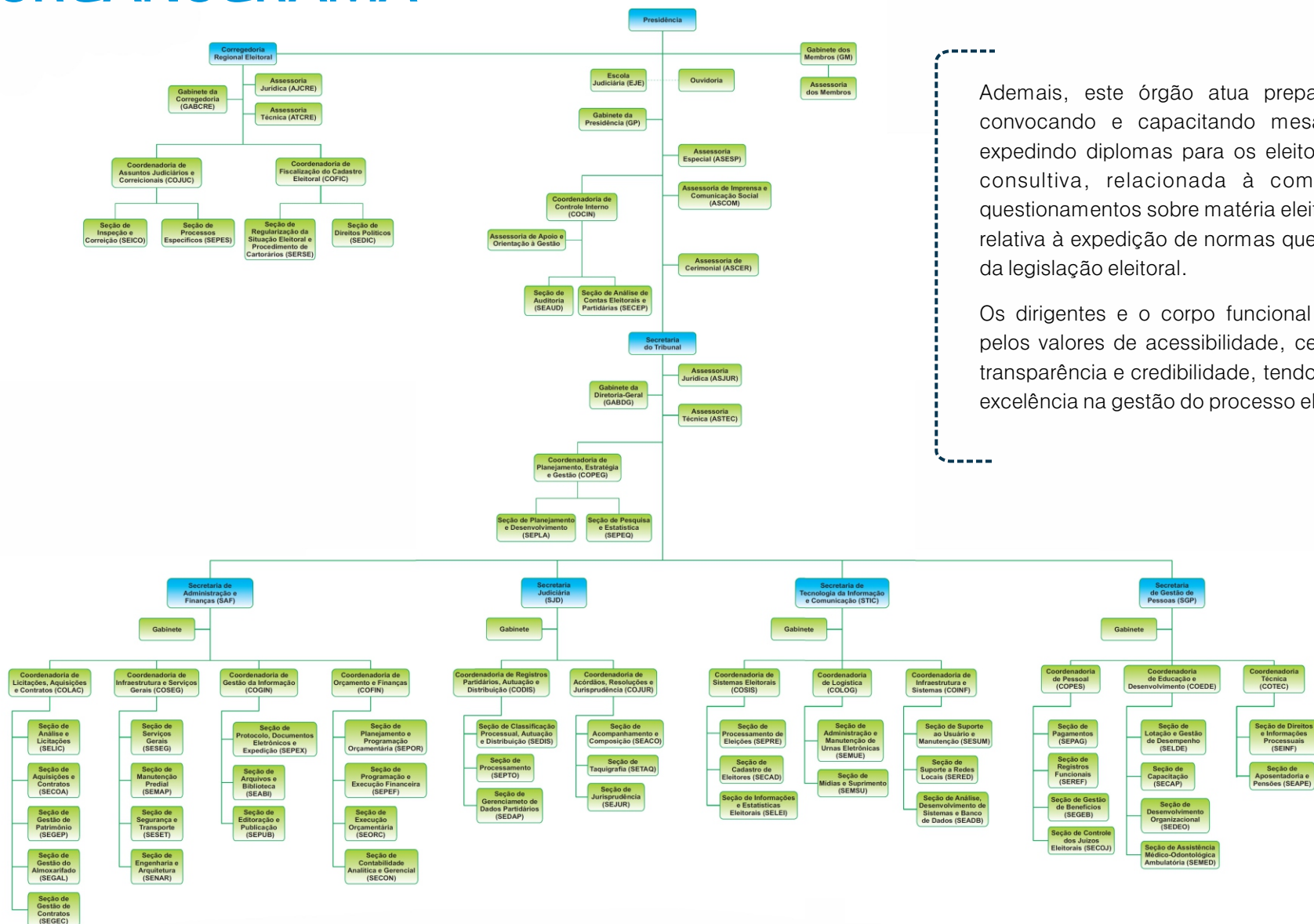
1 Visão Geral

- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

5 Relacionamento com a sociedade

- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade

ORGANOGRAMA



Ademais, este órgão atua preparando urnas eletrônicas, convocando e capacitando mesários, apurando votos e expedindo diplomas para os eleitos. Exerce ainda a função consultiva, relacionada à competência de responder questionamentos sobre matéria eleitoral e a função normativa, relativa à expedição de normas que garantam a fiel execução da legislação eleitoral.

Os dirigentes e o corpo funcional do TRE-MA se norteiam pelos valores de acessibilidade, celeridade, ética, inovação, transparência e credibilidade, tendo como alvo ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral.

DIRETOR-GERAL

Nível de atuação: estratégico.

Perfil: Define em colegiado as estratégias, metas e objetivos organizacionais. Responde pela observância e cumprimento da missão. Exerce a supervisão geral, a orientação e a coordenação das atividades administrativas do Tribunal. Realiza atividades com foco na efetividade dos macroprocessos da organização e em sua

interação com o meio externo, implantando mudanças quando necessárias. Participa da decisão sobre a alocação de recursos na instituição. Acompanha e demanda/cobra resultados das diversas microunidades do Tribunal (Art. 102 da Res. TRE-MA nº 7044/2007).



André Menezes Mendes, Diretor-Geral

Formação: Bacharel em Direito e Especialista em Direito Tributário.

À Diretoria-Geral (DG) compete promover estratégias e ações para o desenvolvimento dos serviços administrativos do Tribunal, assim como exercer a supervisão geral, a orientação e a coordenação desses serviços, aprovando os programas de trabalho das unidades sob sua direção e, sob a orientação da Presidência e conforme as deliberações do Pleno, propor diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução das atividades de planejamento de eleições no âmbito do Tribunal (Art. 20 a 26 da Res. TRE-MA nº 7044/2007).

DECLARO que o cumprimento das metas do plano estratégico deste Tribunal foi regular no exercício de 2018, tendo a gestão atendido à legalidade dos atos, confiabilidade das informações, transparência, eficácia, eficiência e economicidade para viabilizar e concretizar os objetivos propostos para o período.


André Menezes Mendes

ASSESSOR CHEFE DA CORREGEDORIA E SECRETÁRIOS

Nível de atuação: estratégico/tático

Perfil: Responde pela Corregedoria ou por uma secretaria. Planeja, coordena, orienta e supervisiona as atividades da sua secretaria. Participa diretamente do planejamento estratégico do TRE-MA. Desdobra os objetivos organizacionais em metas para sua unidade alinhada com as diretrizes estratégicas. Acompanha os resultados dos macroprocessos da Corregedoria e secretaria, e suas

repercussões na dinâmica organizacional, intervindo e sugerindo mudanças quando necessário. Possui autonomia decisória para implementar mudanças nos processos, no âmbito de sua atuação, e para propor alterações na organização. Planeja e administra a utilização de recursos para os setores. (Art. 103 da Res. TRE-MA nº 7044/2007)



Rhycleyson Campos Paiva Martins, Assessor Chefe da Corregedoria Regional Eleitoral

Formação: Bacharel em Direito, Especialista em Direito Público

À Corregedoria Regional Eleitoral do Maranhão, que possui estrutura jurídico-administrativa, compete garantir o desenvolvimento dos serviços de inspeção e fiscalização dos serviços eleitorais no Estado, bem como orientar sobre procedimentos e rotinas a serem observados pelos cartórios eleitorais. (Artigos 8º a 17, 91 e 101 da Res. TRE-MA nº 7044/2007)

DECLARO que as informações relativas às atividades da Corregedoria Regional Eleitoral do Maranhão, tais como: inspeção e fiscalização dos serviços eleitorais no Estado, bem como orientação sobre procedimentos e rotinas a serem observados pelos cartórios eleitorais, atendem aos requisitos de conformidade, transparência e confiabilidade da gestão.


Rhycleyson Campos Paiva Martins

- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade



Débora Márcia Soares Veras, Secretária de Administração e Finanças

Formação: Bacharel em Direito, Especialista em Direito Civil, Processo Civil e Magistério Superior

À Secretaria de Administração e Finanças (SAF) compete impulsionar o inter-relacionamento de suas Coordenadorias, as ações de governança, programas, projetos e planos inerentes aos assuntos de sua responsabilidade (art. 40 a 61 da Res. TRE-MA nº 7044/2007)

DECLARO a confiabilidade das informações de responsabilidade desta Secretaria de Administração e Finanças, as quais foram prestadas pelas unidades competentes da Justiça Eleitoral, evidenciando a eficácia, eficiência e economicidade da gestão das aquisições, dos contratos, da administração de material, patrimônio e da gestão de documentos.


Débora Márcia Soares Veras



Guilberth Marinho Garcês, Secretário de Gestão de Pessoas

Formação: Bacharel em Administração, Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas e Gestão de Projetos

À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) compete planejar, organizar, orientar, dirigir e controlar as atividades relativas à educação, capacitação e desenvolvimento de pessoal (art. 62 a 76 da Res. TRE-MA nº 7044/2007).

DECLARO que as informações de responsabilidade desta Secretaria de Gestão de Pessoas foram extraídas dos sistemas gerenciais disponíveis (SGRH-Sistema de Gestão de Recursos Humanos e SAGP – Sistema de Apoio à Gestão de Pessoas) e atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade.


Guilberth Marinho Garcês

- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade



Gualter Gonçalves Lopes Júnior, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação

Formação: Bacharel em Matemática, Especialista em Análise de Sistemas e Redes

À Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) compete promover a melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica no âmbito do TRE-MA, bem como planejar, organizar, orientar, dirigir e controlar as atividades relacionadas a sistemas eleitorais, logística e infraestrutura de tecnologia (art. 77 a 90 da Res. TRE-MA nº 7044/2007).

DECLARO que as informações relativas aos processos de governança e gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) estão em conformidade e alinhadas às boas práticas recomendadas pelos órgãos de controle interno e externo, bem como às normas vigentes.


Gualter Gonçalves Lopes Júnior

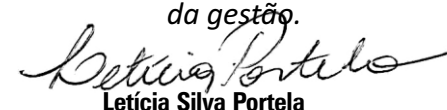


Letícia Silva Portela, Secretária Judiciária

Formação: Bacharel em Direito e Especialista em Direito Tributário

À Secretaria Judiciária (SJD) compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades de autuação e distribuição de feitos, anotação dos órgãos diretivos regionais e municipais dos partidos políticos, registro de candidaturas em nível federal e estadual, gerenciamento da base de dados da jurisprudência do Tribunal, bem como as relacionadas ao processamento dos feitos judiciais e administrativos distribuídos aos membros do Tribunal, desde a autuação até a respectiva baixa (Art. 30 a 39 da Res. TRE-MA nº 7044/2007).

DECLARO que as informações judiciais referentes ao 2º grau foram extraídas dos sistemas: SADP – Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos e PJE – Processos Judicial Eletrônico, os quais foram devidamente encaminhados ao CNJ – Conselho Nacional de Justiça, publicados no portal da transparência deste Tribunal e atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade da gestão.


Letícia Silva Portela

Onde estamos

- Eleitorado (dezembro/2018): 4.541.404
- Total de Municípios: 217 (92 com 100% de biometria)
- Zonas Eleitorais: 105 (6 na capital)
- Juízes Eleitorais (TJ): 105 (+20 Juntas + 9 auxiliares)
- Servidores (dez/2018): 480 (40% ZEs e 60% Secretaria)
- Mesários (2018): 63.320 (15.830 seções eleitorais)



Área Km2: 331.983,293



**População estimada
(julho/2018): 7.035.055**

1 Visão Geral

> 1 Visão Geral

- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

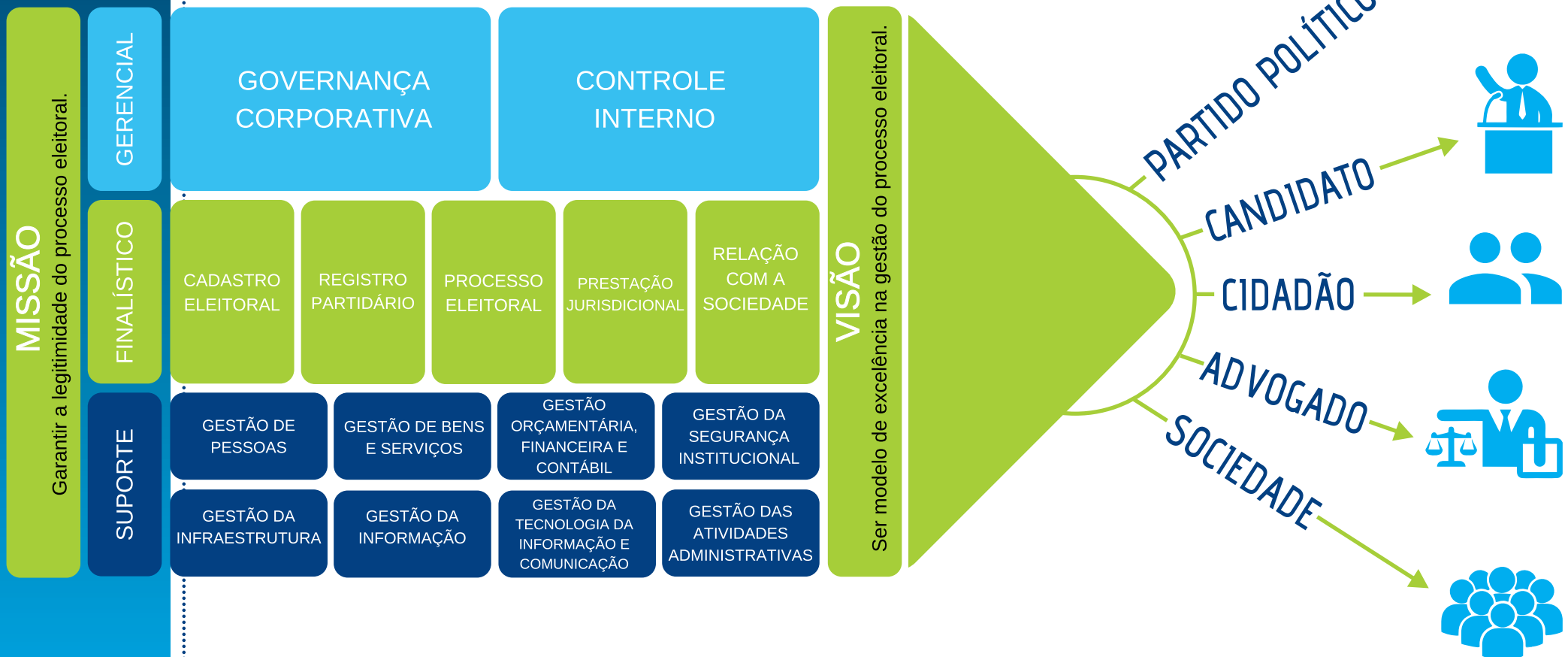
5 Relacionamento com a sociedade

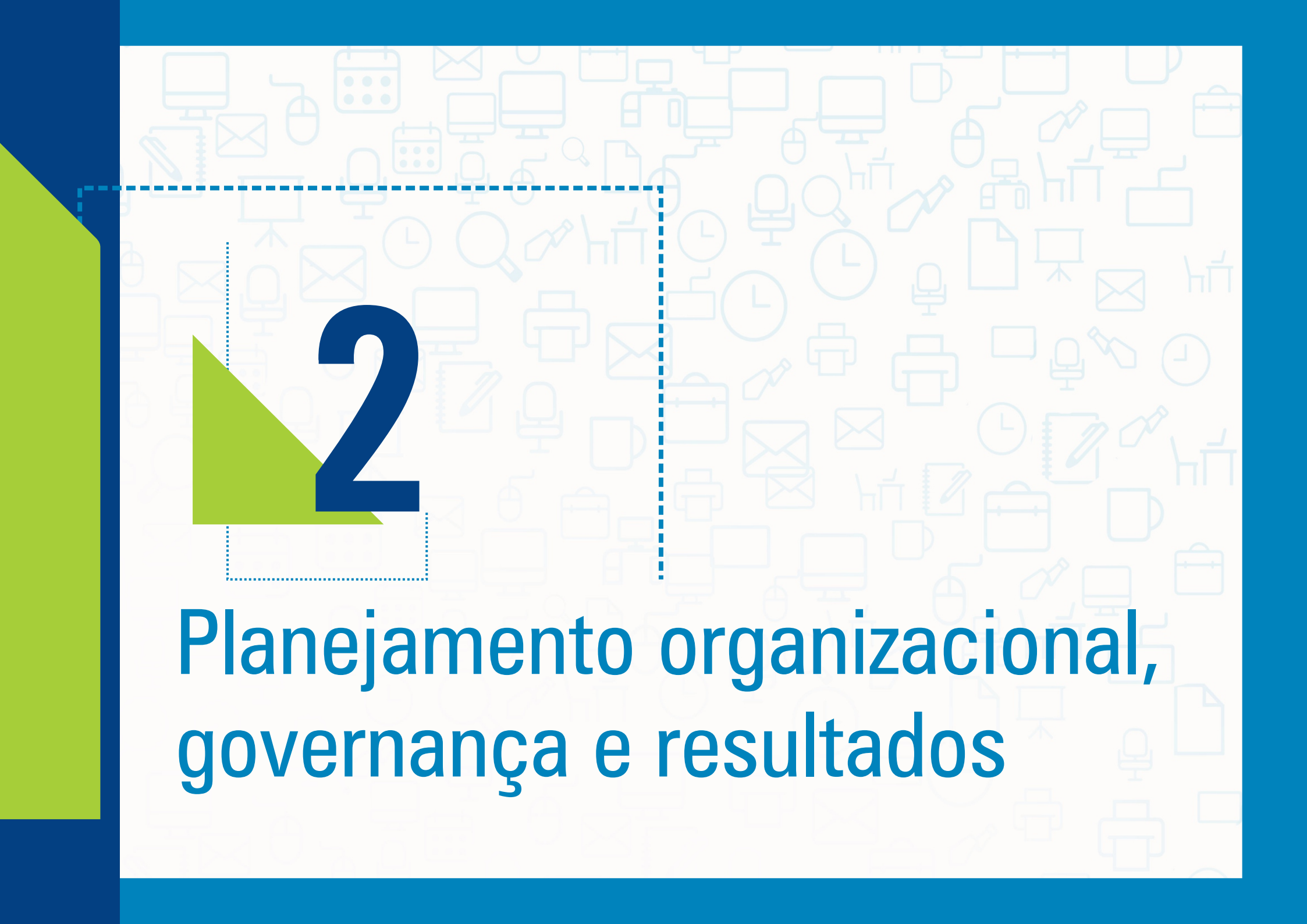
6 Desempenho financeiro e informações contábeis

7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle

8 Declaração de Integridade

Onde geramos valor





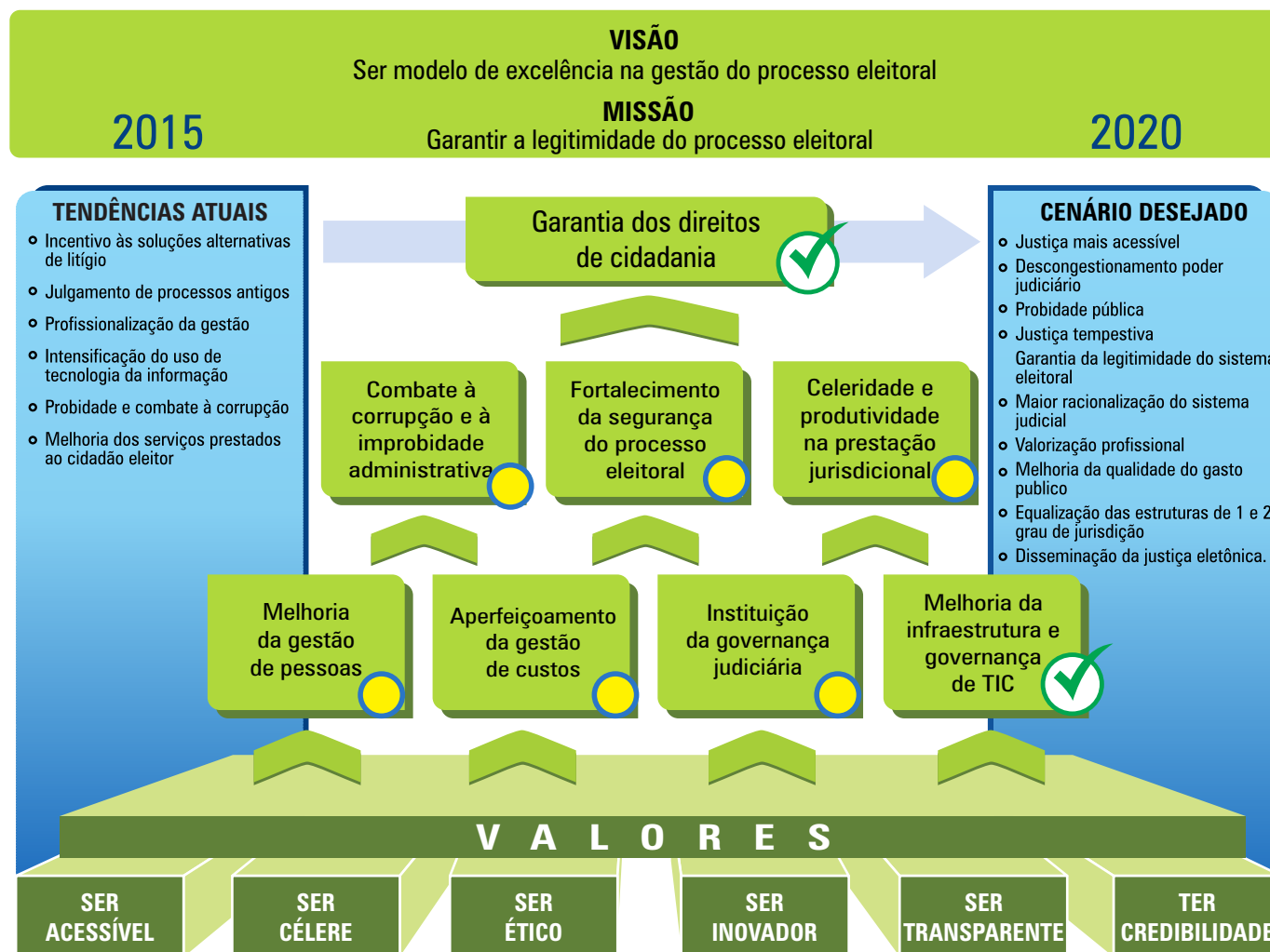
2

**Planejamento organizacional,
governança e resultados**

Plano Estratégico e Plano Diretrizes

Para subsidiar a elaboração do Plano Estratégico para o sexênio 2015–2020 (6 anos), o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) utilizou, em 2014 e no início de 2015, os diagnósticos resultantes dos levantamentos integrados de governança organizacional pública do Tribunal de Contas de União (TCU). Ao utilizar esses instrumentos, o objetivo principal foi obter uma fotografia, um diagnóstico de suas necessidades. Nesse contexto, ciente da importância de revisar a estratégia, pelo menos anualmente, o TRE-MA vem realizando novas autoavaliações, visando manter atualizada sua lista de projetos/ações fundamentais para o avanço do órgão.

Em 2018, 2 dos 8 macrodesafios alcançaram o desempenho almejado.



2 Planejamento organizacional, governança e resultados

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade

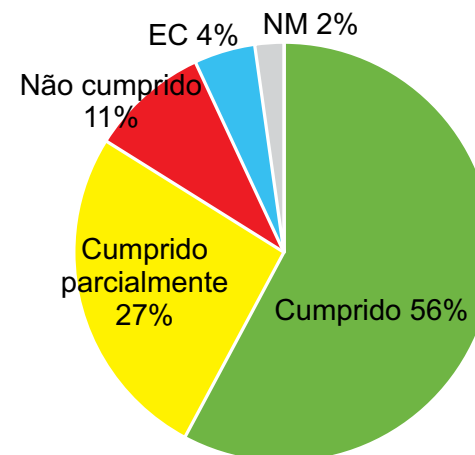
Cabe ressaltar que o planejamento estratégico é dinâmico, e, por isso, alterações e medidas corretivas são sempre necessárias durante a trajetória. Além disso, vale frisar que é extremamente salutar que a organização tenha uma cultura de fácil adaptabilidade às mudanças, para que haja possibilidade de criar constantemente novas oportunidades de sucesso. Nesse cenário, o TRE-MA realizou nova revisão da estratégia, consubstanciada no Plano Diretrizes 2018–2019 (2 anos), que foi elaborado de forma colaborativa pelas unidades do TRE-MA, após analisarem minuciosamente as seguintes fontes:

- Plano Estratégico 2015–2020,
- Diretrizes estratégicas da Justiça Eleitoral para o quadriênio 2017/2020 (Resolução do Tribunal Superior Eleitoral – TSE nº 23.543/2017),
- Resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e
- Recomendações do TCU.

Diante disso, apresentamos o desempenho 2018: o que o TRE-MA conseguiu realizar com base no que foi programado para o período, atendo-se, em particular, às metas e iniciativas estratégicas projetadas para o ano avaliado.

Situação 2018

INDICADORES

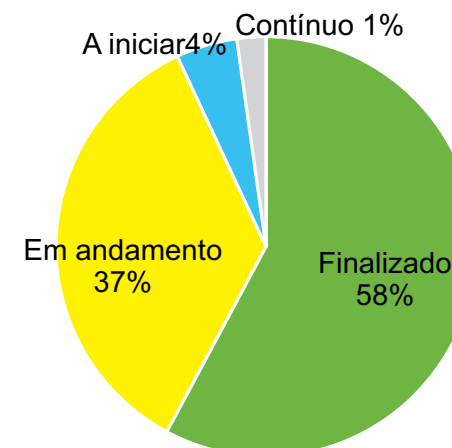


NSA

Não se aplica a 2018:
5 indicadores – 10%

EC: Em construção
NM: Não mensurado

PROJETOS e
AÇÕES ESTRATÉGICAS



Sistema de Governança e Gestão

A boa governança pública pressupõe a existência de uma liderança forte, ética e comprometida com os resultados; de uma estratégia clara, integrada, eficiente e alinhada aos interesses sociais; e de estruturas de controles que possibilitem o acompanhamento das ações, o monitoramento dos resultados e a tempestiva correção de rumos, quando necessário.



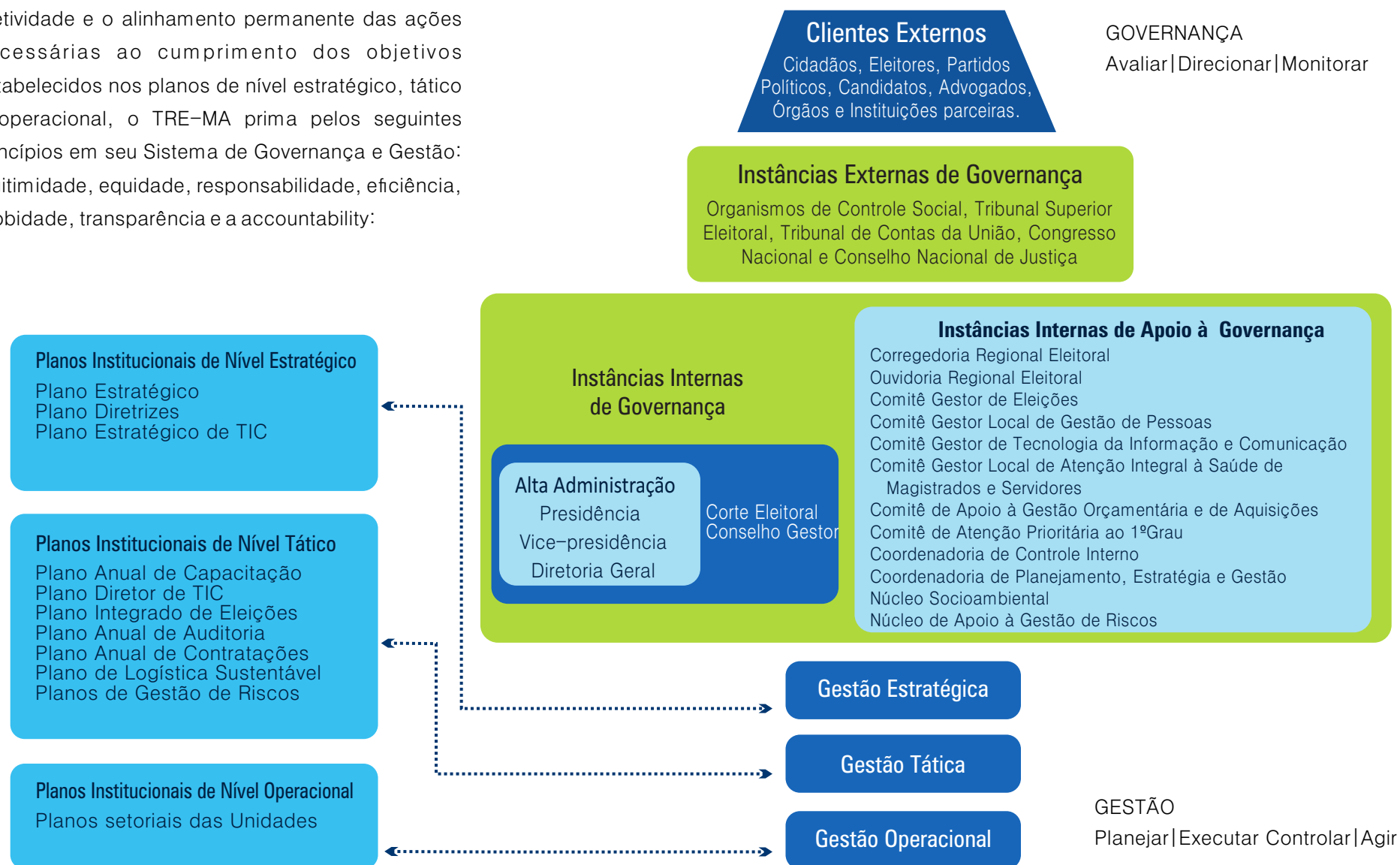
2 Planejamento organizacional, governança e resultados

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade

Considerando a necessidade de se estabelecer mecanismos que favoreçam a transparência, a efetividade e o alinhamento permanente das ações necessárias ao cumprimento dos objetivos estabelecidos nos planos de nível estratégico, tático e operacional, o TRE-MA prima pelos seguintes princípios em seu Sistema de Governança e Gestão: legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e a accountability:

SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO

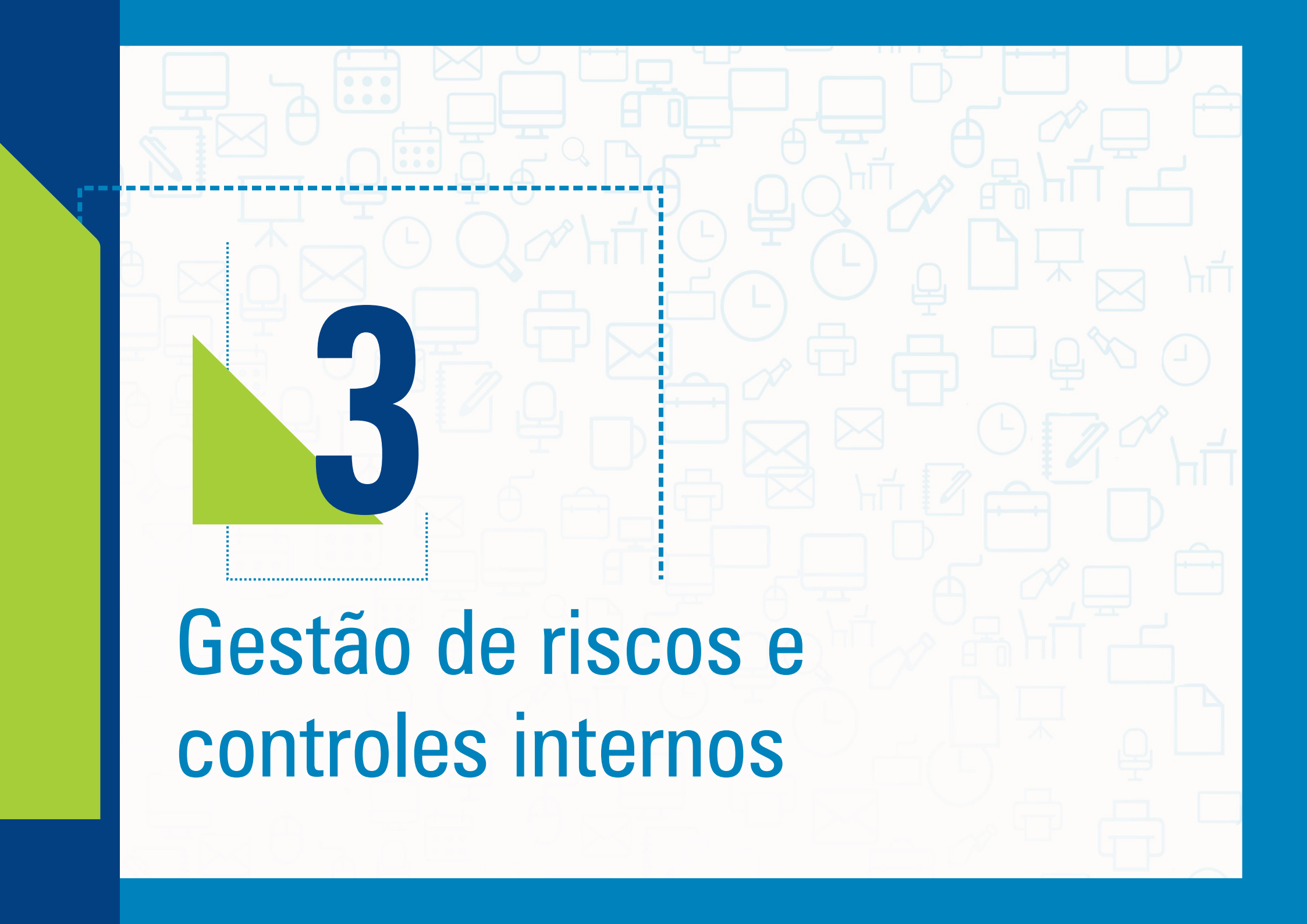


Desempenho comparativo

O TCU se preocupa em estimular as organizações a adotarem boas práticas de governança e gestão. Em 2017 e em 2018, realizou levantamentos entre os órgãos da Administração Pública Federal (APF), cujo diagnóstico revelou que alcançamos, nas dimensões avaliadas, as seguintes posições em relação aos 28 (vinte e oito) tribunais que compõem a Justiça Eleitoral (27 TREs e o TSE):

INDICADORES	O QUE FOI AVALIADO?	2018		2017	
		TRE-MA	POSIÇÃO	TRE-MA	POSIÇÃO
iGovPub (índice de governança pública)	A capacidade em liderança, em estratégia e em accountability	78%	1º	35%	19º
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	O modelo de governança e a estratégia da organização, o zelo por princípios éticos e conduta, a promoção da transparência, a responsabilidade e a prestação de contas	56%	2º	30%	17º
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	O modelo de gestão de TI e as capacidades em monitoramento do desempenho e em resultados de TI	66%	2º	35%	17º
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	Os índices de governança pública e de capacidade em gestão de pessoas, de TI e de contratos	56%	3º	36%	16º
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	A capacidade em governança e gestões de pessoas, de processos, de contratos e de riscos nas contratações	63%	5º	Não apurado em 2017	Não apurado em 2017
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	O modelo de gestão de contratações, se há monitoramento do desempenho, se o controle interno avalia o resultado dos trabalhos	72%	6º	49%	10º
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	O planejamento da gestão de pessoas, o desenvolvimento das competências dos colaboradores e a construção e manutenção de ambiente de trabalho ético e favorável	36%	13º	Não apurado em 2017	Não apurado em 2017
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	A capacidade em planejamento, em gestão de pessoal e em processos de TI (segurança da informação, desenvolvimento de sistemas, gestões de contratos, de incidentes e de riscos)	47%	13º	Não apurado em 2017	Não apurado em 2017

O CNJ, por sua vez, realizou a primeira edição do Prêmio Ranking da Transparência, considerando o cumprimento dos itens previstos na Lei de Acesso à Informação (LAI). Nesse quesito, o TRE alcançou a 16ª posição, entre 93 Tribunais do Poder Judiciário brasileiro, que participaram dessa avaliação.

The background of the slide is a light blue-grey color, covered with a repeating pattern of small, faint, white line-art icons. These icons represent various business and office concepts, such as computers, printers, clocks, magnifying glasses, briefcases, and documents. On the left side of the slide, there is a vertical blue bar and a green triangle pointing towards the center. A dashed blue line forms a rectangular frame around the number 3 and the title text.

3

Gestão de riscos e controles internos

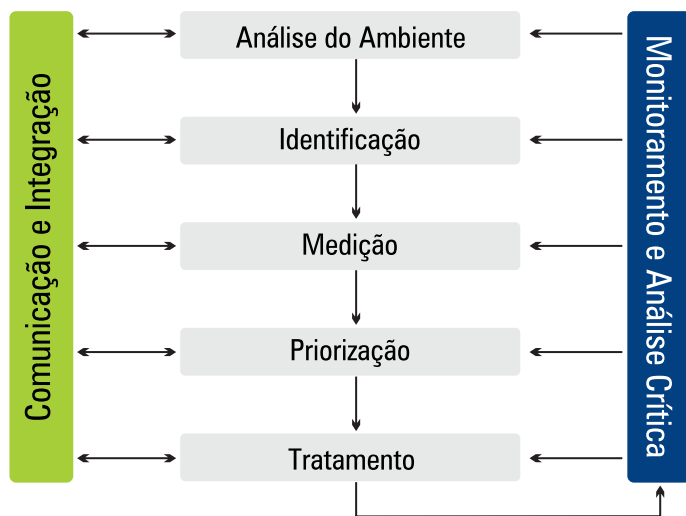
3 Gestão de Riscos e Controles Internos

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade

A Política de Gestão de Riscos do TRE-MA (Resolução nº 9.175/2017) advém como uma sistemática de gerenciamento mais eficaz, pautada no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle dos processos organizacionais, que permite a prévia identificação e tratamento de eventos em potencial, cuja ocorrência podem comprometer os resultados da organização.

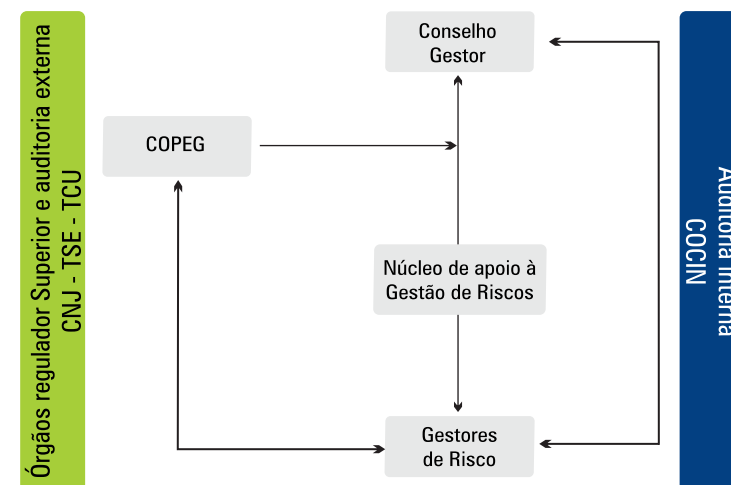
O processo de gerenciamento de risco é cíclico e contínuo, contemplando sete etapas interdependentes, incorporadas aos processos, projetos e atividades da organização.



A metodologia adotada é direcionada para a otimização do processo e a efetividade dos resultados.

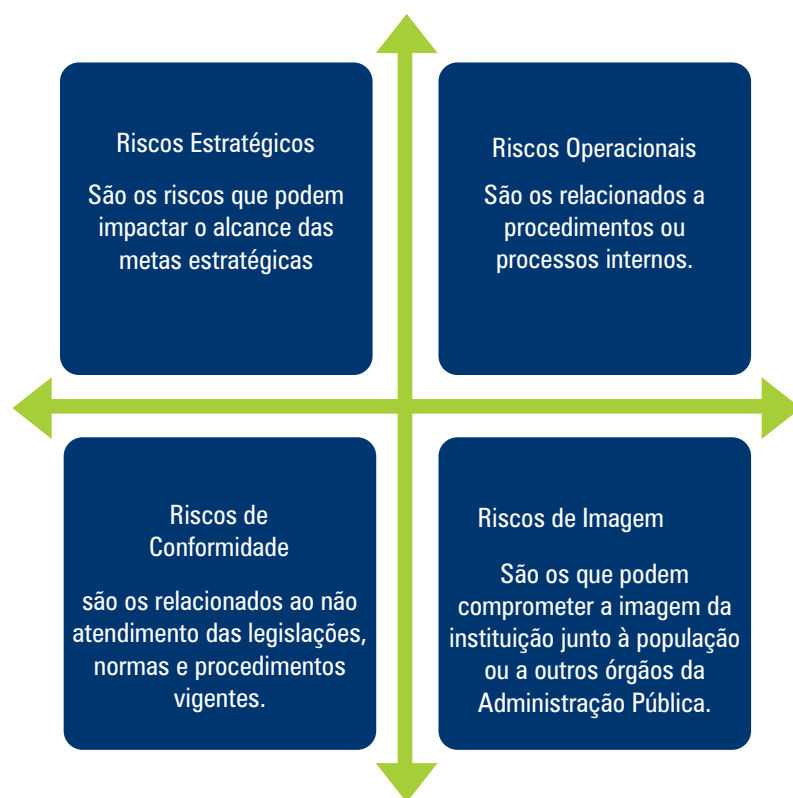
A Política de Riscos é parte integrante da rede de governança e gestão do TRE-MA, devendo ser observada e adotada em todas as unidades, sendo aplicável às iniciativas estratégicas, aos processos de trabalho e às atividades operacionais.

Para a implantação da Política de Gestão de Riscos, o TRE-MA estabeleceu uma rede de governança, contemplando as unidades organizacionais que detêm a atribuição de gerenciar riscos ou atuar nos controles internos.



Segundo a Política, serão gestores de riscos, em seus respectivos âmbitos de atuação, o Diretor-Geral, os Secretários, Coordenadores, Assessores, Chefes de Seção, Chefes de Cartório e demais servidores responsáveis por iniciativas estratégicas, táticas, operacionais, processos de trabalho e projetos.

A Política considerou o grau de maturidade do TRE em gestão de riscos que ainda é básico, em sua maioria, para definir apenas quatro categorias de riscos, conforme a seguir:



A adoção dessa medida didática e ainda o apoio técnico da equipe da Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (COPEG) facilitou a implantação da gestão de riscos, uma vez que tudo era feito a “quatro mãos”.

Cabe ressaltar que 2018 foi apenas o primeiro ano de implantação da gestão de riscos no TRE-MA. Assim, considerando que essa prática de gestão ainda é incipiente no âmbito do Poder Judiciário, optou-se por publicar na internet tudo o que vem sendo realizado para compartilhar e inspirar outras organizações:



Considerando que o negócio do TRE-MA é REALIZAR ELEIÇÕES, em 2018 priorizou-se iniciar a gestão de riscos nos processos relacionados às eleições.

PREPARAÇÃO

Definidos e divulgados: política, diretrizes e limites para exposição ao risco; critérios de avaliação, apetite ao risco e manual de gestão de riscos. Instituído e em pleno funcionamento: Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos com representatividade de todas as áreas do tribunal.

IDENTIFICAÇÃO

Foram identificados 253 riscos em 29 processos de eleições anteriormente mapeados. Destes, 78 foram considerados pequenos, 109 moderados, 56 altos e 10 críticos.

ANÁLISE

A análise foi feita pelos gerentes dos processos com o auxílio da Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (COPEG), em seguida pelo Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos (NAGR) e logo após pelo Comitê Eleições 2018 (CE18) e pela Alta Administração.

RESPOSTA

As respostas aos riscos foram sugeridas pelos gerentes dos processos, COPEG, NAGR, CE18 e Alta Administração, sendo que passaram pela análise de conveniência, custo benefício e tempo.

MONITORAMENTO

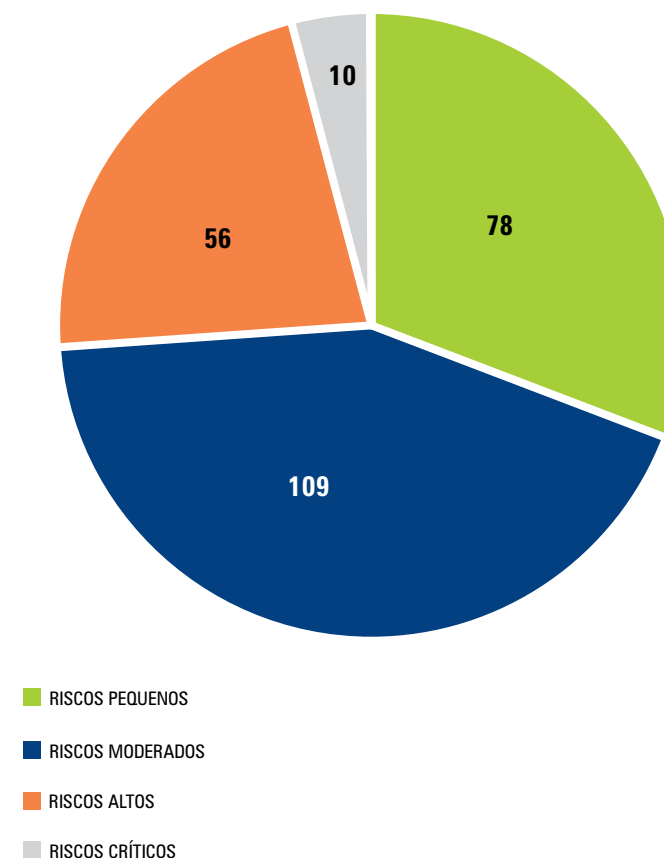
O monitoramento aconteceu mensalmente e foi realizado pelo Comitê Eleições 2018 e pela Alta Administração, contando com a facilitação e coordenação da COPEG. Apenas os riscos altos e críticos foram alvo desse controle.

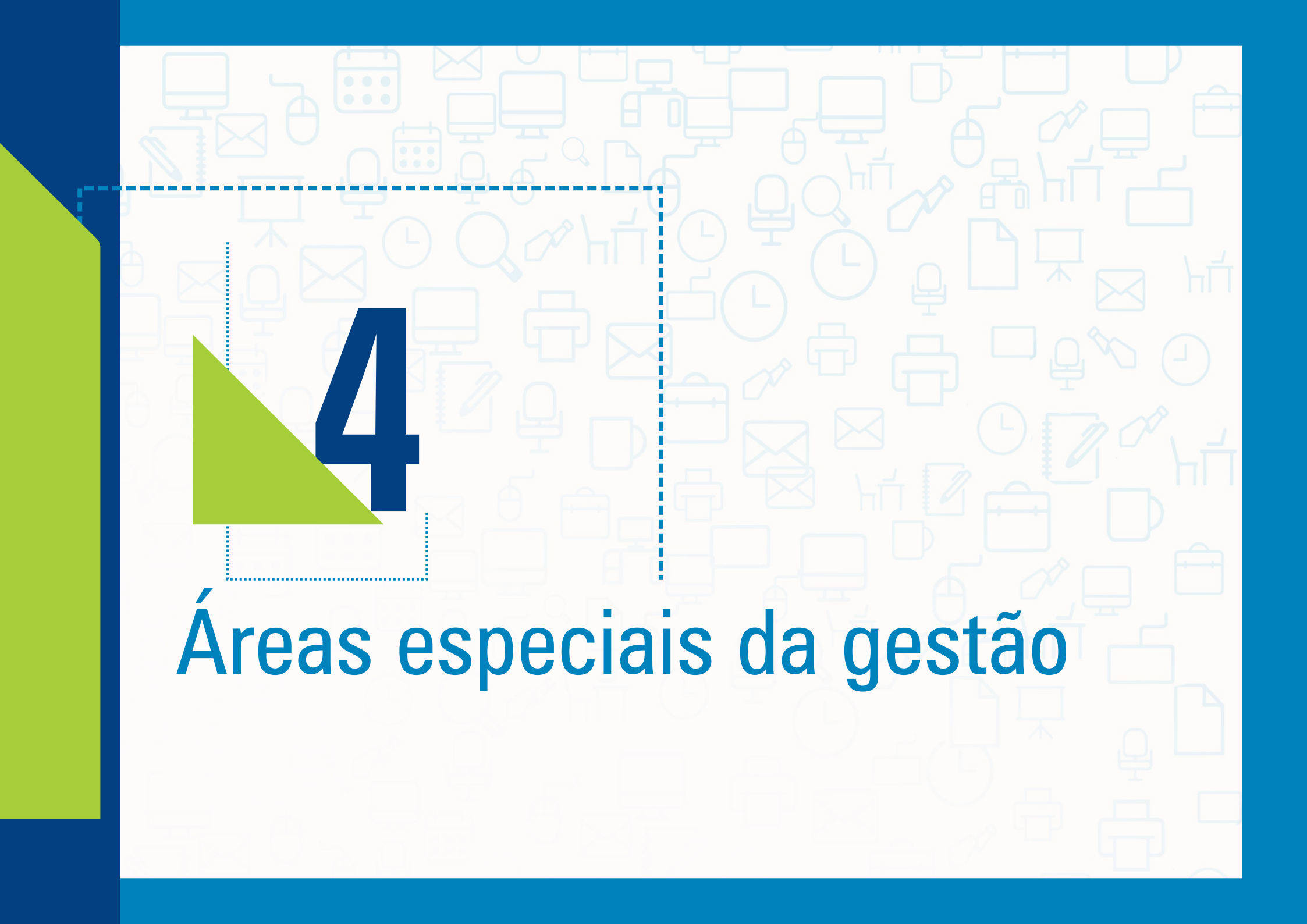
GESTÃO DE RISCOS CRÍTICOS NOS PROCESSOS DE ELEIÇÃO 2018

Em relação a esses 253 riscos, foram registradas 59 ocorrências de eventos cujos impactos foram devidamente tratados, garantido assim o êxito das ações planejadas, sem comprometer o alcance dos objetivos do TRE-MA.

Importante registrar como lição aprendida que a realização de reuniões periódicas do Núcleo de Apoio à Gestão de Risco, para analisar os mapas de riscos dos Processos de Eleição, tornou o monitoramento das ações mais efetivo e impulsionou o envolvimento de todos. Outro grande resultado positivo dessas reuniões foi a motivação dos gerentes na apresentação dos planos de ação de tratamentos dos riscos identificados para o Comitê Eleições 2018, oportunidade em que a alta administração apreciou e deliberou sobre as propostas apresentadas. Vale registrar ainda que o modelo padrão elaborado pela Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão/DG/TRE, para as apresentações, garantiu a realização de reuniões mais efetivas e produtivas.

Por fim, temos como desafio institucional envidar esforços no sentido de promover ações com vistas ao alcance do nível Aprimorado de maturidade de risco, até 2021, vez que identificamos em 2018 que estamos no nível BÁSICO na autoavaliação realizada pelo Núcleo de Apoio à Gestão de Risco, utilizando questionário de avaliação do Tribunal de Contas da União. Isso implica dizer que necessitamos incluir no Plano de Diretrizes 2019–2020 ações e projetos que visem à realização do trabalho de mapeamento dos processos de trabalho combinado com a gestão dos riscos de forma simultânea, contemplando 51 % dos processos críticos do Tribunal até 2021.



The background of the slide is a light blue-grey color, covered with a repeating pattern of small, faint, light blue icons. These icons represent various business and office concepts, such as computers, printers, clocks, magnifying glasses, briefcases, and documents. On the left side of the slide, there is a vertical blue bar and a green triangular shape pointing towards the center. A dashed blue line forms a rectangular frame around the number 4 and the title below it.

4

Áreas especiais da gestão

Eleições 2018

Em 2018, compareceram às urnas 4 milhões 535 mil e 592 eleitores, numa eleição marcada por desafios e inovações.

Principais desafios:

- Indefinição, até bem próximo à Eleição, sobre a implantação ou não do “Voto Impresso”.
- Uso intenso das redes sociais com a proliferação de Fake News, direcionados a candidatos e principalmente à urna eletrônica.
- Não houve acréscimo nem renovação de urnas em nenhuma unidade da federação, pela primeira vez desde a implantação da votação eletrônica em 1996.

Inovações:

- Possibilidade de identificação do eleitor pelo nome social – 107 eleitores no estado
- Processo de logística de urnas foi licitado e a execução foi feita por várias empresas, reduzindo o custo por seção eleitoral de R\$164,03 para R\$96,54 (redução de 41,14%).

DADOS GERAIS DAS ELEIÇÕES 2018 NO MARANHÃO

217

Municípios no Estado do Maranhão

92

Municípios com Eleições 100% biométricas

53

Municípios com Eleições Híbridas

105

Zona Eleitorais no estado, sendo 6 na capital

5.742

Locais de votação no estado, sendo 260 na capital

15.830

Seções eleitorais no estado, sendo 2.088 na capital

19.752

Urnas eletrônicas

* Eleição híbrida: eleição realizada em município onde apenas parte dos eleitores possuem dados biométricos no cadastro eleitoral, e esses dados são utilizados para identificar o eleitor na seção.

4 Áreas especiais da gestão

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos

> 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade



Junta especial: junta eleitoral temporária instalada em município que não é sede de zona eleitoral;

Central de transmissão: estrutura temporária montada apenas para transmissão de dados das urnas.

Posto de transmissão via satélite: estrutura móvel com tecnologia via satélite para transmissão de dados, em locais de difícil acesso.

URNAS SUBSTITUÍDAS

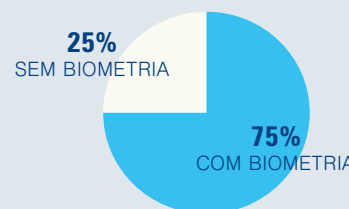
1,90% 1º TURNO (MA) **1,81%** 2º TURNO (MA) **1,79%** MEDIA NACIONAL

RECONHECIMENTO BIOMÉTRICO

88,87% 1º TURNO (MA) **88,98%** 2º TURNO (MA) **87,79%** MEDIA NACIONAL

3.445.859

Eleitores com cadastro biométrico



2.887 Eleitores do MA solicitaram voto em trânsito

2.592 Eleitores de outros estados solicitaram voto em trânsito para o MA

PRESOS PROVISÓRIOS

APTOS NO MA

601

ELEIÇÃO ESTADUAL

620

ELEIÇÃO FEDERAL

APTOS EM SÃO LUÍS

280

ELEIÇÃO ESTADUAL

280

ELEIÇÃO FEDERAL

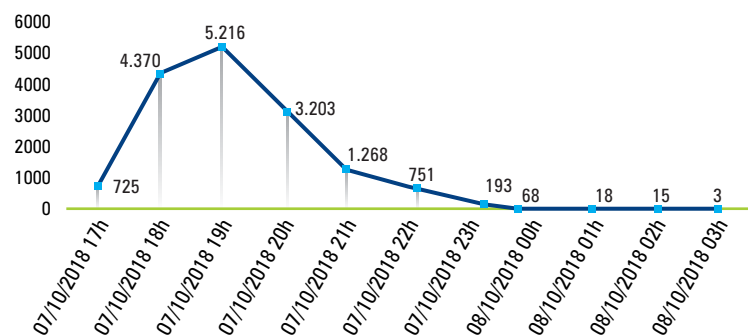
4 Áreas especiais da gestão

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

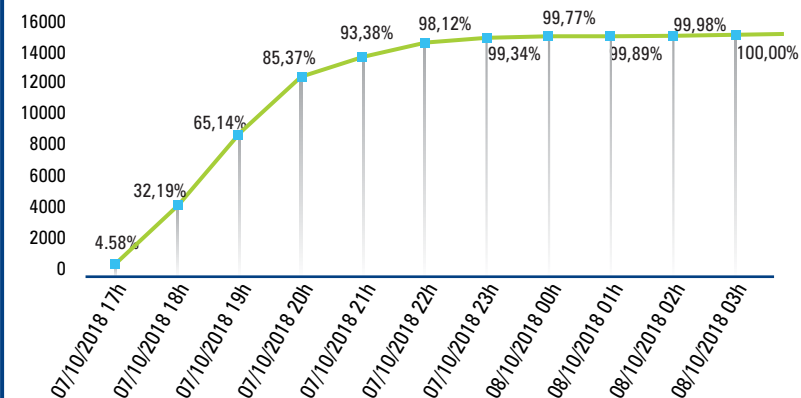
- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade

Totalização e Divulgação de Resultados

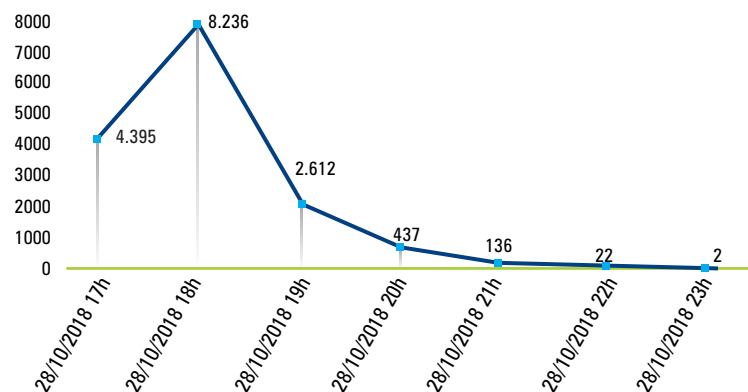
**Transmissão de boletins por hora Maranhão
1º Turno**



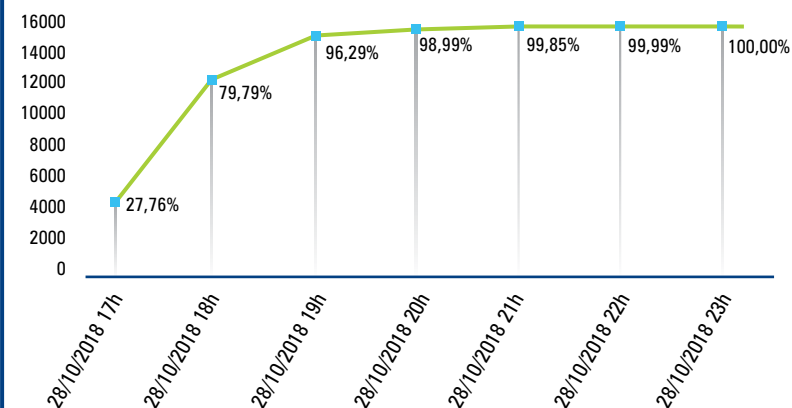
**Transmissão Acumulada de boletins de urna
1º Turno**



**Transmissão de boletins por hora Maranhão
2º Turno**



**Transmissão Acumulada de boletins de urna
2º Turno**



TAMBÉM FORAM REALIZADAS

2 VOTAÇÕES SIMULADAS E 1 ELEIÇÃO SIMULADA COM OS OBJETIVOS DE:

- Identificar potenciais problemas durante a votação
- Esclarecimento de dúvidas da população quanto à segurança do processo informatizado de votação
- Obtenção de dados que embasaram melhorias no treinamento

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES

Município: Bacabal

Data: 28/10/2018

Eleitores aptos: 58.459

Seções: 245

Candidatos a prefeito: 05

ELEIÇÕES PARA COMUNIDADE (parametrizada)

Instituição: OAB-MA

Data: 23/11/2018

Urnas: 54

Nova eleição ocorrida para o cargo de prefeito, em decorrência de decisão do TSE.

4 Áreas especiais da gestão

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos

➤ 4 Áreas especiais da gestão

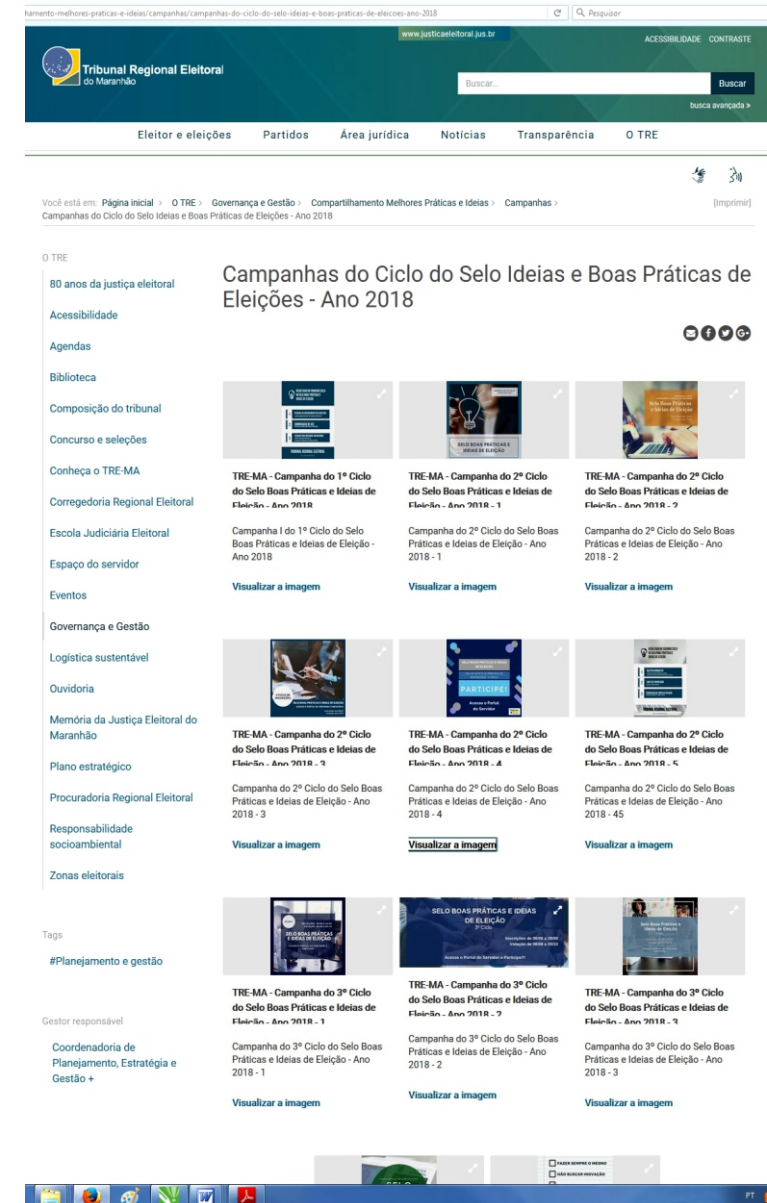
- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade

SELO BOAS PRÁTICAS E IDEIAS DE ELEIÇÕES

O Selo “Boas Práticas e Ideias de Eleição” busca reconhecer as melhores práticas de trabalho no âmbito do TRE-MA, e assim, incentivar a melhoria contínua dos serviços e atividades desempenhadas. Implantado em 2014, o projeto vem incentivando magistrados, servidores e estagiários a compartilharem o que fazem de melhor na sua esfera de atuação.

O projeto tem como diferencial a ausência de Comissão Julgadora, uma vez que a avaliação das práticas e ideias é realizada pelos próprios servidores das Zonas Eleitorais e da Secretaria. As votações ocorrem via Portal do Servidor, disponível na Intranet do Tribunal, e a apuração dos votos é realizada por meio de sistema eletrônico específico, desenvolvido pela Seção de Análise, Desenvolvimento e Banco de Dados (SEADB).

Os vencedores obtiveram como prêmio uma capacitação.



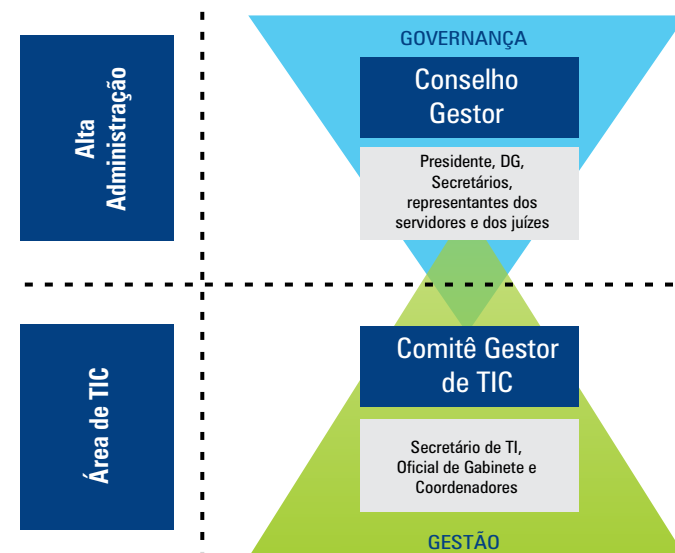
Tecnologia da Informação e Comunicação

CONFORMIDADE LEGAL DA GESTÃO DE TIC

O TRE-MA segue um amplo conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelos órgãos de controle (Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Contas da União) e o Tribunal Superior Eleitoral. Adota padrões internacionais de boas práticas para governança, gestão e manutenção dos serviços de TIC, além de cumprir as regras estabelecidas em seus normativos internos. Desse modo, busca evoluir continuamente seus padrões referentes a dados abertos, acessibilidade, aprimoramento da governança digital, segurança da informação, interoperabilidade e contratações de TIC.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC

O Modelo de Governança de TIC do TRE-MA tem como base duas instâncias: A primeira, de cunho estratégico, representada pelo Conselho Gestor do Tribunal, responsável pela aprovação de políticas, estratégias e planos institucionais, incluindo os relativos à Tecnologia da Informação e Comunicação, além de monitorar e avaliar sistematicamente essas políticas. A segunda, o Comitê Gestor de TIC (CGTIC), está focado nos aspectos tático-operacional da gestão de TIC, é responsável pela elaboração de planos táticos e operacionais, análise das demandas, acompanhamento da execução de planos, estabelecimento de indicadores operacionais e proposições de replanejamento. A figura a seguir apresenta, de forma esquemática, o modelo de governança de TIC do TRE-MA.



O Conselho Gestor é composto pelo Presidente, Diretor-Geral, secretários das áreas e representantes dos servidores e juízes indicados pelas respectivas associações de classe. Já o CGTIC é composto apenas por membros da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação: Secretário de TIC, Oficial de Gabinete e Coordenadores das áreas.

O Tribunal possui um Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) com vigência quinquenal e alinhado ao Plano Estratégico Institucional. A partir do PETIC a área de TIC formula um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) com as ações que serão realizadas nos próximos dois anos para atingir as metas estabelecidas no plano estratégico. Esses planos são alinhados e monitorados continuamente pelas respectivas instâncias.

4 Áreas especiais da gestão

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

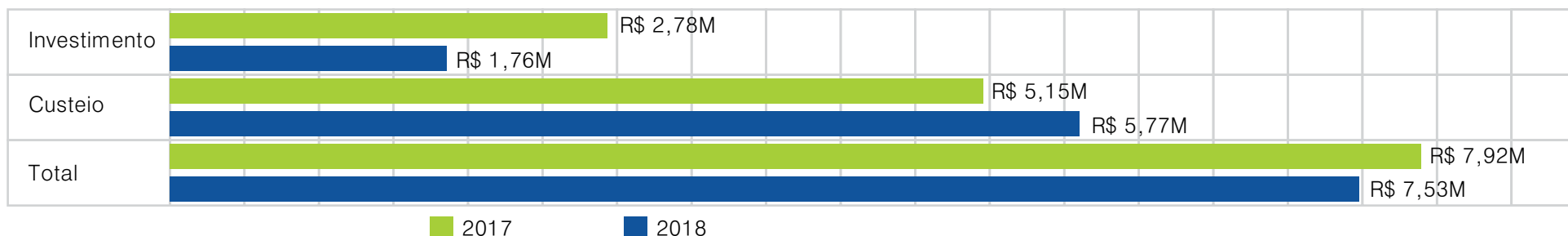
- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

Montante de Recursos Aplicados em TI - 2017 (R\$ milhões)			
Grupo Despesa	Empenhadas	Pagas	Valor Pago de RP
Custeio	5,15	4,66	0,22
Investimento	2,78	1,02	0,00
Total	7,92	5,68	0,22

Montante de Recursos Aplicados em TI - 2018 (R\$ milhões)			
Grupo Despesa	Empenhadas	Pagas	Valor Pago de RP
Custeio	5,77	4,78	0,44
Investimento	1,76	0,08	1,68
Total	7,53	4,86	1,12

Despesas Empenhadas (R\$ milhões)



CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

Nº DO CONTRATO	OBJETO	EMPRESA	VALOR CONTRATUAL
18/2015	Link de comunicação com as Zonas Eleitorais	Oi	R\$ 3.868.503,72
03/2019	2ª Etapa da construção do DataCenter	Solidata	R\$ 918.700,00
29/2015	Sustentação de sistemas de informação	Senior Team	R\$ 495.810,00
NE 2132/2018 (Ata 98/2018)	Aquisição de discos e gavetas para storage	ISC	R\$ 362.098,07
61/2018	Aquisição de módulos de cópia de segurança	Compwire	R\$ 335.000,00
34/2014	Atendimento e suporte de 1º nível	OER	R\$ 218.920,66
50/2015	Link de Internet	Oi	R\$ 191.812,08
70/2014	Manutenção de equipamentos eletrônicos	RTN	R\$ 184.379,88

PRINCIPAIS INICIATIVAS – SISTEMAS E PROJETOS – E RESULTADOS NA ÁREA DE TI

PRINCIPAIS INICIATIVAS NA ÁREA DE TIC (SISTEMAS E PROJETOS)	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Definição dos artefatos a serem utilizados para o mapeamento de processos de TIC	• Padronização dos artefatos produzidos • Inclusão da gestão de riscos nos processos • Melhorar a comunicação
Identificação e publicação dos macroprocessos da STIC e seus processos críticos	• Formalizar a identificação dos processos críticos de TIC • Priorizar recursos para o mapeamento dos processos críticos • Dar publicidade aos processos
Mapeamento e formalização do processo de gestão de incidentes e do processo de gerenciamento de requisições de TIC	• Melhor gestão dos processos que já eram executados de forma ad-hoc
Conclusão da construção da 1ª etapa do novo CPD do TRE e da licitação da 2ª e última etapa	• Contemplará todos os requisitos de segurança exigidos pelas normas internacionais
Participação no projeto piloto nacional para emissão do documento nacional de identificação – DNI	• Agregar valor ao cadastro biométrico, ampliando sua utilização, trazendo maior importância ao projeto de cadastramento.
Desenvolvimento do sistema Guardiã – Portal único para todos os sistemas do TRE-MA	• Segurança centralizada; • Facilidade de acesso; • Auditoria de uso de aplicações; • Plataforma única de concessão de autorizações.
Desenvolvimento do sistema Selo Justiça em Números	• Automatiza repasse de informações ao CNJ. • Tornou possível a concessão do selo ouro CNJ ao TRE-MA.
Desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento de Eleição	• Torna possível a divisão de grupos de monitoria da Eleição. • Facilidade e rapidez nas consultas da transmissão das seções.
Desenvolvimento do Sistema Diga – Avaliação On line	• Rapidez na montagem e extração de resultados de pesquisas.
Desenvolvimento do Sistema Sistema de Diárias –SD	• Transparência e rapidez no processo; • Automatiza todo o fluxo do processo, da solicitação, concessão, pagamento até a comprovação e arquivamento.

PRINCIPAIS DESAFIOS

(DIFICULDADES, FRAQUEZAS E RISCOS)

- O número insuficiente de servidores na área de Tecnologia da Informação traz uma série de riscos:
 - ◆ Alongamento do prazo de execução de projetos;
 - ◆ Limitação ao atendimento de demandas externas e internas;
 - ◆ Dificuldade de os gestores focarem nas atividades de governança e gestão de TI.
- Orçamento deficitário para atendimento de demandas de TI impactando diretamente na garantia da infraestrutura tecnológica do órgão e na disponibilidade dos serviços suportados pela TI.
- O cenário de cortes e readequações orçamentárias no decorrer do exercício prejudicando o planejamento das contratações. Esse fator eleva o risco das contratações afetando as que já estão sendo planejadas ou diminuindo o tempo para o planejamento de novas contratações.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A segurança da informação visa proteger um dos principais patrimônios da instituição que é a informação, pois qualquer perda ou alteração não autorizada pode gerar consequências graves.

O ano de 2018 foi um marco para o TRE-MA no que diz respeito a segurança da informação, uma vez que adotou formalmente sua Política, criando uma estrutura para gerenciar e fomentar o tema na instituição, além de iniciar a formalização e padronização de procedimentos relativos a segurança da informação.

Entendendo que a informação está sobre constante risco e da importância de protegê-la, o TRE-MA tomou uma série de iniciativas nesse sentido:

Adoção da Política de Segurança da Informação (PSI) do TSE (Resolução 23.501-TSE) como sua PSI, abrangendo segurança lógica e física, por meio da Resolução 9.128.

Elaboração de normas e procedimentos definidos na PSI:

IN 7/2018 – Norma que define procedimentos para controle de acessos a redes de computadores e sistemas, uso de correio eletrônico, internet, Redes Privadas Virtuais (VPN);

IN 8/2018 – Norma definindo o processo de trabalho da Equipe para tratamento de incidentes de rede;

IN 10/2018 – Norma que define requisitos para desenvolvimento de sistemas seguros.

Definição do layout do portal da segurança da informação na internet.

Implantação de ações de conscientização de servidores dos cartórios eleitorais sobre Segurança da Informação.

Criação das estruturas funcionais definidas na PSI que visam o gerenciamento e desenvolvimento da segurança da informação dentro do TRE-MA:

Comitê da Segurança da Informação (CSI) – Portaria 737;

Equipe para Tratamento de Incidentes de Rede (ETIR) – Portaria 738;

Gestor da Segurança da Informação – Portaria 736.

Início do desenvolvimento da norma para classificação da informação e controle de ativos.

Pessoas

CONFORMIDADE LEGAL

Legislação aplicada

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) é a unidade que instrumentaliza e operacionaliza os mecanismos da governança e de gestão de pessoas do TRE-MA.

Para assegurar a conformidade com a lei 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, a SGP deste Tribunal, além de normativos próprios, segue orientações e determinações do Tribunal Superior Eleitoral, bem como dos Órgãos de direcionamento e controle do Judiciário, principalmente aquelas emanadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Tribunal de Contas da União (TCU).

Apontamentos do TCU

O TCU, desde 2013, vem diagnosticando e monitorando a realidade da Gestão de Pessoas dos Órgãos da Administração Pública Federal, através dos seus levantamentos de governança e gestão. Já foram proferidos os Acórdãos 3.023/2013, 358/2017, 588/2018 e 2699/2018, recomendando a todos os Órgãos da Administração Pública Federal a adoção de medidas para promover maior comprometimento da alta administração com a eficiência, efetividade e transparência da gestão de pessoas, em busca de melhores resultados para a sociedade.

O resultado do Acórdão mais recente de 2018 apontou que o TRE-MA apresentou evolução, passando para o estágio intermediário em Governança (iGovPessoas – 56%) e, mesmo permanecendo em estágio inicial na capacidade de gestão de pessoas (iGestPessoas – 36%), já se encontra perto do limite da transição para o intermediário.

Quando comparado com os demais TREs, apresenta resultados significativos, alcançando o 2º lugar em governança de pessoas e 13º em capacidade de gestão.

Direcionamento do CNJ

Seguindo a mesma linha do TCU, nos últimos cinco anos, o CNJ vem expedindo um conjunto de Resoluções em busca de orientar e direcionar a Gestão de Pessoas dos Tribunais.

A Resolução CNJ nº. 192/2014 instituiu a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário. A Resolução CNJ nº. 207/2015 instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário. A Resolução CNJ nº. 219/2016 dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus. E a Resolução CNJ nº. 240/2016 instituiu a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário. Em todas elas, o CNJ determina aos Tribunais que promovam ações visando às suas implementações.

O TRE-MA, respeitando o seu nível de maturidade organizacional, vem observando cada uma delas e passou a envidar esforços racionais em busca de uma gestão alinhada aos anseios institucionais.

Em decorrência, em 2017, foi instituída a Política de Gestão de Pessoas, através da Resolução 9112/2017, com objetivo de alinhar as práticas de gestão de pessoas à missão, aos objetivos estratégicos e aos indicadores organizacionais.

A política traçou 7 (sete) linhas de ação, as quais representam os processos de trabalho da área de gestão de pessoas, direcionando as principais atividades e viabilizando a implantação das ações: gestão por competência; desenvolvimento gerencial; política de reconhecimento; gestão do clima organizacional; qualidade de vida; lotação e movimentação; e treinamento e capacitação.

Além da Política, foi expedida a Portaria 211/2019, instituindo e compondo o Comitê Local de Gestão de Pessoas e o Comitê de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores, visando criar estruturas de governança para assegurar que as decisões e as ações relativas à gestão de pessoas estejam alinhadas às necessidades da organização.

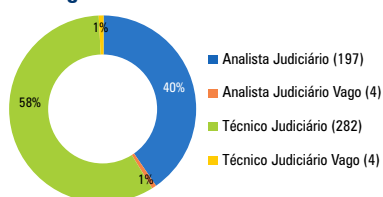
Pessoas

Força de Trabalho

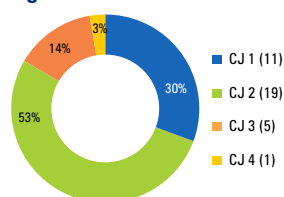
Quadro de Pessoal

O quadro de vagas do TRE-MA é composto por 487 cargos efetivos, que decorrem de criação por lei específica, da redistribuição com outros Órgãos do Poder Judiciário da União, além de 36 cargos comissionados, escalonados de CJ-1 a CJ-4, e 374 funções de confiança, estas, escalonadas de FC-1 a FC-6.

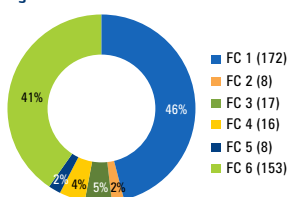
Cargos Efetivos



Cargos Comissionados

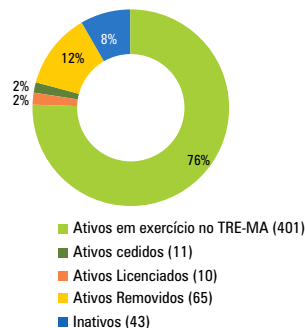


Funções Comissionadas



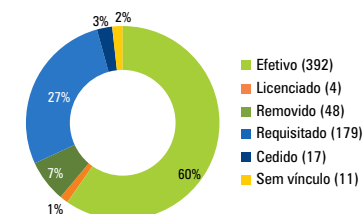
Situação Funcional

O TRE-MA possui servidores ativos em exercício no próprio Tribunal, em exercício em outros Órgãos – em decorrências de cessões, licenças e remoções, além de servidores na qualidade de inativos.



Força Efetiva de Trabalho

A força de trabalho representa a concreta capacidade laboral de servidores em exercício no Tribunal, na condição de efetivo do próprio quadro do TRE-MA e de outros Órgãos, na qualidade de removido, licenciado, cedidos e requisitado, além dos servidores sem vínculo que exercem cargos comissionados.

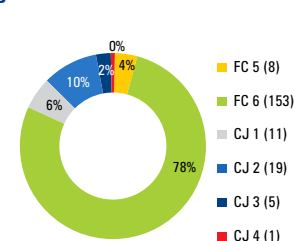


Ocupação de Cargos Gerenciais

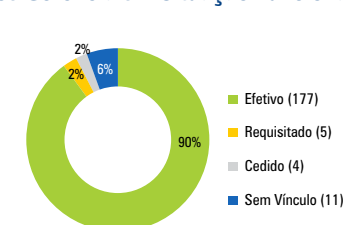
As funções comissionadas de natureza gerencial, bem como os cargos comissionados, são aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, exigindo-se do titular formação superior e participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

No TRE-MA existem 197 cargos gerenciais, dentre os quais figuram todos os Cargos Comissionados e as Funções Comissionadas FC-5 e FC-6.

Cargos Gerenciais x Comissionamento



Cargos Gerenciais x Situação Funcional



4 Áreas especiais da gestão

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos

> 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade

Unidade de Exercício

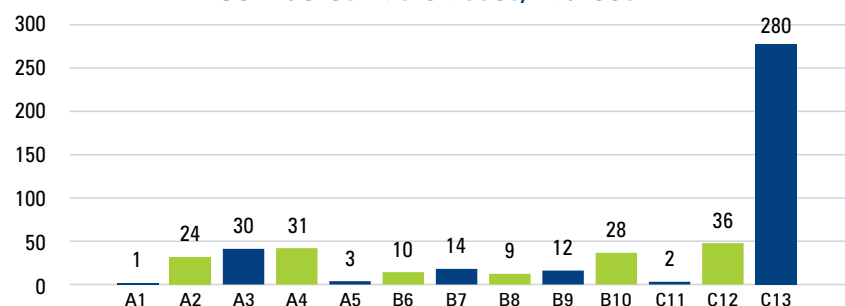
A maior parte da força de trabalho do TRE-MA está concentrada nas Zonas Eleitorais.

■ Zonas Eleitorais 55% ■ Secretaria 45% Total - 651

Carreira dos Servidores

A carreira dos servidores vai da Classe-Padrão A1, ao ingressar no cargo, à Classe-Padrão C13. As movimentações ocorrem a cada interstício de 1 (um) ano. A maior parte dos servidores do TRE-MA encontra-se na Classe-Padrão C13, ou seja, estão em exercício há mais de 12 anos.

Servidores nas Classes/Padrões



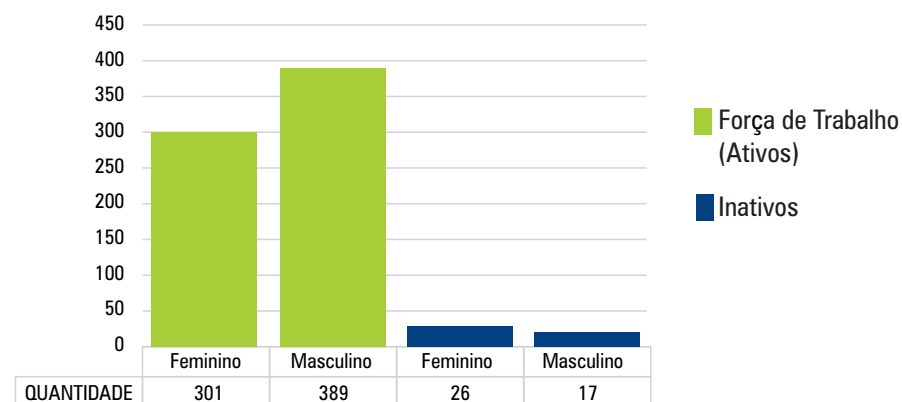
Movimentações na Carreira em 2018

Em 2018, eram esperadas 337 movimentações na carreira dos servidores, das quais 307 foram realizadas e 30 deixaram de acontecer. Vale destacar que, com as progressões funcionais e promoções, o servidor faz jus a uma remuneração melhor, mas isso só acontece após a avaliação de seu desempenho funcional e da comprovação que se mantém sendo capacitado.



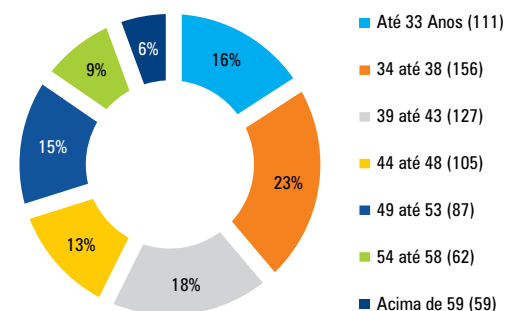
Gênero

Predomina no TRE-MA o gênero masculino na força de trabalho ativa, contudo, entre os servidores aposentados, a maioria pertence ao sexo feminino.



Faixa Etária

O Tribunal é composto em sua maioria por servidores jovens, que possuem perspectiva de passarem aproximadamente mais 20 anos em atividade. Do total, 394 servidores têm até 43 anos.



4 Áreas especiais da gestão

1 Visão Geral

2 Planejamento organizacional, governança e resultados

3 Gestão de riscos e controles internos

> 4 Áreas especiais da gestão

5 Relacionamento com a sociedade

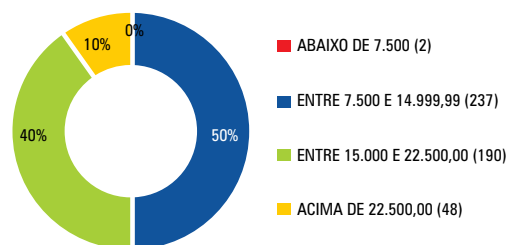
6 Desempenho financeiro e informações contábeis

7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle

8 Declaração de Integridade

Faixa Salarial

A faixa de renda predominante nos servidores efetivos do quadro do Tribunal figura entre R\$ 7.500 e 14.999,99



Detalhamento da Despesa de Pessoal

As tabelas contendo informações sobre estruturas remuneratórias dos servidores efetivos e comissionados, assim como dos membros da magistratura estão disponíveis no portal da transparência do TRE-MA, em:

Estrutura Remuneratória -
Cargos Efetivos

<http://www.tre-ma.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii-estrutura-remuneratoria-cargos-efetivos>

Estrutura Remuneratória -
Cargos em Comissão e Funções
de Confiança

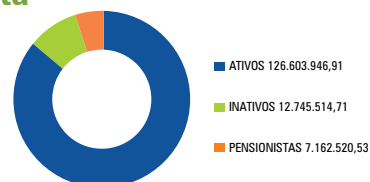
<http://www.tre-ma.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii-estrutura-remuneratoria-cargos-em-comissao-e-funcoes-de-confianca>

Estrutura Remuneratória -
Membros da Magistratura

<http://www.tre-ma.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii-estrutura-remuneratoria-membros-magistratura>

Despesa com Ativo, Inativo e Pensionista

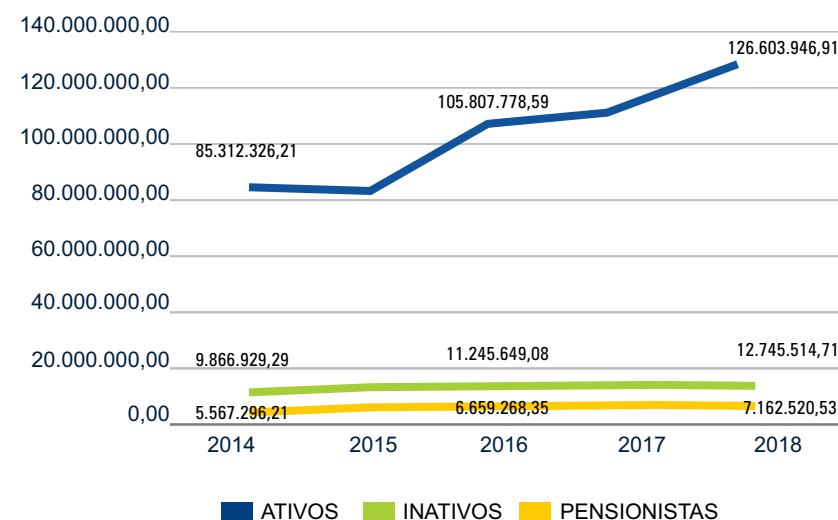
A despesa mais representativa é com os ativos, justificada pela quantidade superior em comparação com os aposentados, que são apenas 43, e com os pensionistas, que são apenas 32.



Evolução das despesas

O aumento das despesas de pessoal nos últimos anos justifica-se pela implantação do Plano de Cargos e Salários (Lei 13.317/16), cuja última parcela de implantação ocorreu em janeiro/2019, bem como do advento da Lei 13.150/2015, que criou 38 novos cargos e mais 130 funções gratificadas, além de transformar outras 92 funções de nível FC1 em FC6.

ANO	ATIVOS (R\$)	INATIVOS (R\$)	PENSIONISTAS (R\$)
2014	85.312.326,21	9.866.929,29	5.567.296,21
2015	83.549.681,90	11.273.159,83	6.130.625,23
2016	105.807.778,59	11.245.649,08	6.659.268,35
2017	111.040.259,03	12.304.298,26	7.089.195,96
2018	126.603.946,91	12.745.514,71	7.162.520,53



Capacitação

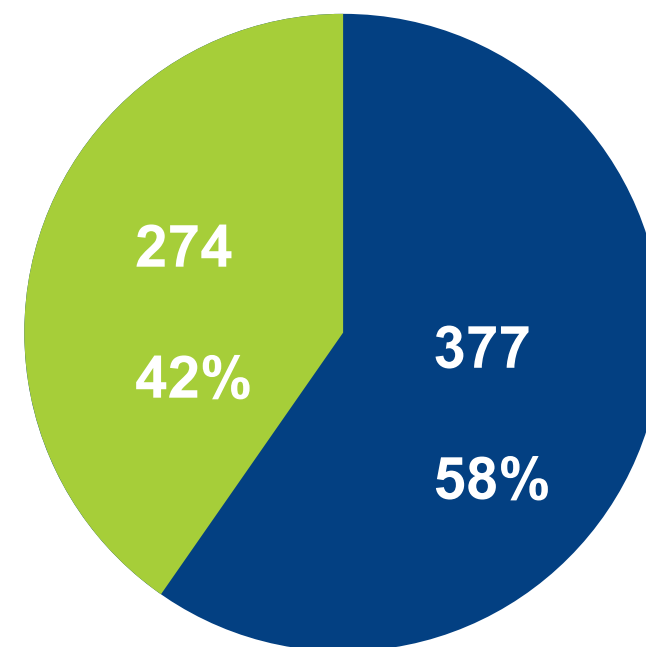
Estratégia e Números

A capacitação dos servidores é norteadora pelo Plano Anual de Capacitação (PAC), que, alinhado ao Plano de Gestão deste Tribunal, à Resolução TSE nº 22.572/2007 e ao orçamento disponível, consubstancia as necessidades apresentadas pelos gestores das Unidades no início de cada exercício. Esforços estão sendo envidados para que esse Levantamento de Necessidade de Capacitação seja substituído pela Gestão por Competência, ainda em fase de implementação.

Em 2018 este Regional viabilizou a participação de 377 (trezentos e setenta e sete) servidores em 74 (setenta e quatro) eventos de capacitação, nas áreas de Tecnologia da Informação, Judiciária, Administrativa, Gestão de Pessoas e Línguas (Libras), merecendo destaque os cursos realizados na modalidade EaD, que alcançam um grande número de participantes e favorecem a aplicação otimizada dos recursos disponíveis.

Destaca-se, ainda como prática do ano de 2018, que a SGP, pela primeira vez, através do seu Núcleo de Educação a Distância (NEAD), desenvolveu cursos de atos preparatórios das Eleições, representando uma economia nos recursos de capacitação, além de possibilitar uma maior abrangência de servidores capacitados. Os cursos oferecidos pelo NEAD passaram a figurar na internet, em virtude de uma importante parceria com a Universidade Federal do Maranhão.

Em 2019 a proposta é tornar mais estratégica a atuação do NEAD, passando de produtora e gestora de cursos de capacitação, para uma plataforma forte de gestão do conhecimento, possibilitando um espaço de compartilhamento de práticas e de aproximação dos servidores.



■ Servidores Capacitados
■ Servidores Não Capacitados

Recrutamento e Alocação de Pessoas

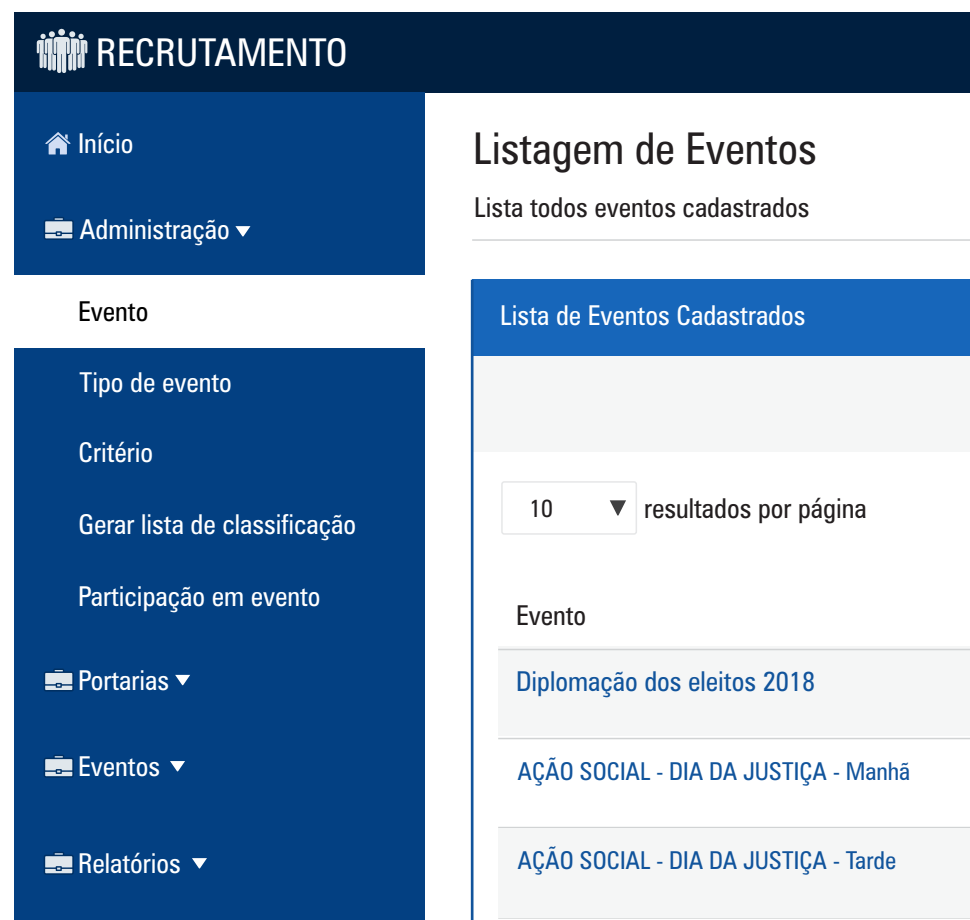
O Recrutamento de servidores acontece por meio de concurso público. O último realizado aconteceu em 2015 e o prazo de vigência foi prorrogado até 21/12/2019. Foram nomeados 44 Analistas Judiciários e 56 Técnicos Judiciários.

A primeira alocação do servidor é escolhida em audiência pública para locais com lotações disponíveis, respeitando a ordem de classificação, exceto para cargos privativos da secretaria.

As movimentações internas acontecem de acordo com a necessidade da organização e, sempre que possível, por interesse do próprio servidor, respeitando seu perfil. A Gestão por competência em implantação visa subsidiar a administração nessa tomada de decisão.

Um representativo avanço no TRE-MA é o processo de recrutamento e seleção de servidores para formação de comissões e grupos de trabalho. As vagas são ofertadas por meio de sistema informatizado próprio e respeitando critérios de pontuação técnicos, transparentes e impessoais, dando ampla divulgação e acesso universal para que os interessados em concorrer.

Interface do sistema de recrutamento do TRE-MA



The screenshot displays the 'RECRUTAMENTO' system interface. On the left is a dark blue sidebar with navigation links: 'Início' (home icon), 'Administração' (briefcase icon), 'Evento' (with sub-links: 'Tipo de evento', 'Critério', 'Gerar lista de classificação', 'Participação em evento'), 'Portarias' (briefcase icon), 'Eventos' (briefcase icon), and 'Relatórios' (briefcase icon). The main content area is titled 'Listagem de Eventos' and includes a link 'Lista todos eventos cadastrados'. Below this is a section 'Lista de Eventos Cadastrados' with a dropdown menu set to '10 resultados por página'. The list contains three items: 'Diplomação dos eleitos 2018', 'AÇÃO SOCIAL - DIA DA JUSTIÇA - Manhã', and 'AÇÃO SOCIAL - DIA DA JUSTIÇA - Tarde'.

Principais Desafios e Ações Futuras

A instituição da Política de Gestão de Pessoas do Tribunal representou um importante avanço no direcionamento da área. Tal qual representará a instituição do Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas que, dentro do critério lógico de evolução, ocorrerá em 2019.

Outra importante evolução da SGP prevista para 2019 será alcançar um estágio mais maduro na sua concepção e nas práticas da Gestão de Pessoas por Competência (GpC).

A GpC é um sistema integrado de gestão de pessoas que considera que o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos colaboradores contribuem para alcançar os objetivos organizacionais. Portanto, faz-se necessário identificar, medir e desenvolver continuamente essas competências.

Em 2019 está previsto o Ciclo de Avaliação dos Gestores e Servidores do TRE-MA, que permitirá descobrir as lacunas de desenvolvimento (gaps) de cada servidor e traçar um plano de desenvolvimento individual. Essa prática permitirá, em breve, que o Plano Anual de Capacitação (PAC) seja realizado com base nos resultados das avaliações e nos planos criados em conjunto com os gestores, otimizando, dessa forma, os recursos de capacitação.

Visando criar bases para um amadurecimento racional dos processos internos da Secretaria de Gestão de Pessoas foram mapeados todos os processos de trabalho em 2018 e os mesmos serão redesenhados em 2019, em contraposição a uma excessiva burocracia existente, que não agrega valor, traz retrabalho e desperdício de recursos, afastando os gestores da sua principal missão de existir: gerir.

Além disso, o Clube de Parcerias foi impulsionado, com o intuito de ajudar os servidores pela busca de qualidade de vida com economicidade, oferecendo benefícios e alternativas de conhecer e acessar produtos e serviços de consumo em diversos segmentos, com descontos e vantagens.

Outros importantes projetos estão previstos para acontecer em 2019, como criar um Plano de Riscos para a Gestão de Pessoas; definir os requisitos objetivos mínimos de acesso (formação e experiência) para cada papel gerencial do Tribunal; ajustar rotinas para E-social; Levantamento das ocupações críticas da SGP; instituir o Teletrabalho; e dimensionar, sob orientação do Tribunal Superior Eleitoral, a força de trabalho por unidade.

Interface do sistema de Gestão por Competência do TRE-MA

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

Menu de Funcionalidades

Avaliações

Recursos

Plano de Ação

Relatórios



01

Minhas Avaliações
Pendentes

Ver Detalhes

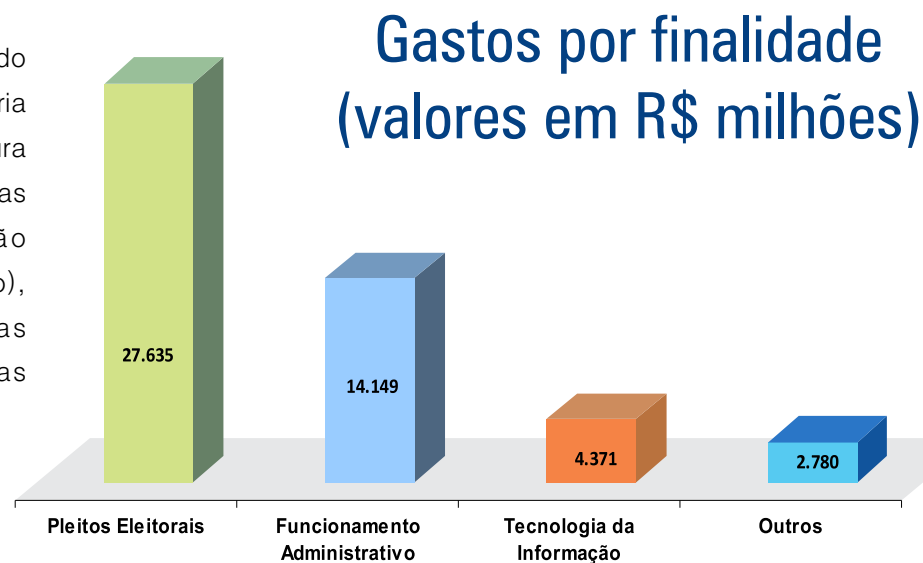


Contratações e aquisições

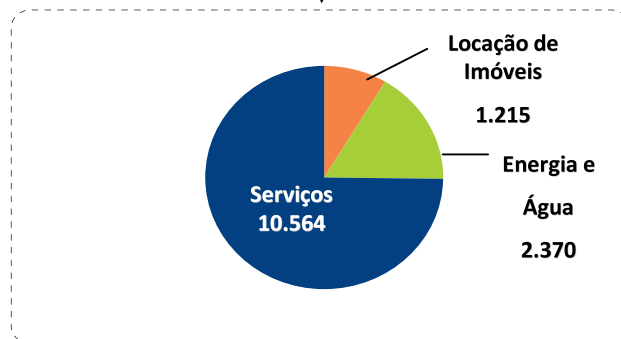
Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade legal

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão conta com a Assessoria Jurídica que integra a sua estrutura e de acordo com as competências estabelecidas na Resolução 7044/2007 (Regulamento Interno), garante a conformidade das contratações com as normas vigentes.



FONTE: Siafi



TIPOS DE SERVIÇOS	VALOR R\$
Apoio Téc. Adm.	3.016.412,32
Vigilância	1.925.326,40
Manutenção Predial	1.193.059,61
Limpeza	1.101.598,72
Estagiários	1.087.406,61
Manutenção de Máquinas e Equip.	880.701,13
Outros serviços	411.994,09
Passagens	343.283,37
Telefonia	316.925,65
Comunicação e Correspondência	287.552,02
TOTAL	10.564.259,92

Objetivos estratégicos

As contratações mais relevantes do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão estão alinhadas com os macrodesafios constantes do mapa interativo do Planejamento Estratégico.

Combate a corrupção e a improbidade administrativa, fortalecimento da segurança do processo eleitoral, celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, melhoria da gestão de pessoas, aperfeiçoamento da gestão de custos, instituição da governança judiciária e melhoria da infraestrutura e governança de TIC.

ACESSE:

<http://www.tre-ma.jus.br/o-tre/plano-estrategico/plano-estrategico>

Contratações mais relevantes

Contratação de links de dados para prover acesso à Internet na sede do TRE-MA.

Nº DO CONTRATO	VALOR EST. ANUAL
50/2015	202.131,60

Justificativa: Prover o acesso, gerenciamento e disponibilização de serviços na internet na sede do TRE-MA

Macrodesafio: Macrodesafio: Melhoria da infraestrutura e governança de TIC.

Serviços de engenharia tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, conservação, reparação, adaptação, manutenção das edificações utilizadas pela Justiça Eleitoral

Nº CONTRATO	VALOR EST. ANUAL
63/2018	311.379,747

Justificativa: Necessidade contínua de manutenção das instalações ocupadas pela Justiça Eleitoral.

Macrodesafio: Aperf. da Gestão de Custos

Contratação de Agente de Integração (AI) para, em cooperação recíproca com o TRE/MA, desenvolver Programa de Estágio.

Nº DO CONTRATO	VALOR EST. ANUAL
16/2018	1.333.879,24

Justificativa: Promover a qualificação profissional à juventude maranhense, potencializando sua vivência no mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes.

Macrodesafio: Melhoria da Gestão de Pessoas

Prestação de serviços de informática, por hora de serviços técnicos, na área de sustentação de sistemas de informação.

Nº DO CONTRATO	VALOR EST. ANUAL R\$
29/2015	505.496,25

Justificativa: Ampliar os serviços prestados pelo o contrato TSE nº 12/2009, bem como atender o aumento da demanda do TRE-MA

Macrodesafio: Melhoria e infraestrutura e governança de TIC.

Prestação de serviços de comunicação de dados (link backbone secundário), entre a sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, em São Luís e os pontos de operação e presença da Justiça Eleitoral no Estado (Cartórios Eleitorais e postos de atendimento).

Nº DO CONTRATO	VALOR EST. ANUAL R\$
18/2015	4.280.253,00

Justificativa: Atender a crescente demanda por conectividade e entrega de serviços de tecnologia da informação às unidades da Justiça Eleitoral Maranhense.

Macrodesafio: Melhoria da infraestrutura e governança de TIC.

Contratações mais relevantes

Serviços especializados de atendimento e suporte de primeiro nível (central de TI).

Nº DO CONTRATO	VALOR EST. ANUAL
34/2014	336.417,80

Justificativa: Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a garantir o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos equipamentos e sistemas essenciais à execução da estratégia.

Macrodesafio: Melhoria da infraestrutura e governança de TIC.

Serviços de coleta, distribuição, recolhimento e devolução de kits contendo urnas eletrônicas, módulos impressores externos, malotes, cabinas de votação e baterias destinados às seções eleitorais e mesas de justificativas a serem instaladas por ocasião das Eleições Gerais de 2018.

Nº DO CONTRATO	VALOR ESTIMADO
33/2018	1.104.919,30

Justificativa: Propiciar ao eleitor as condições para o pleno exercício do voto nas eleições 2018, haja vista a disponibilização das urnas eletrônicas nos locais de votação em todo o Estado do Maranhão.

Macrodesafio: Fortalecimento da segurança do processo Eleitoral.

Serviços de apoio administrativo às Eleições 2018, mediante alocação de postos de trabalho.

Nº DO CONTRATO	VALOR ESTIMADO
40/2018	4.677.611,74

Justificativa: Aumento considerável na demanda de serviços cartorários em ano eleitoral, necessitando assim de incremento de mão de obra para suprir o aumento temporário dos serviços eleitorais.

Macrodesafio: Fortalecimento da segurança do processo eleitoral.

Serviços de telecomunicações por meio de sistemas móveis de transmissão de voz e dados via satélite – SMSat

Nº DO CONTRATO	VALOR ESTIMADO
39/2018	955.464,30

Justificativa: Fornecer transmissão de dados e voz para as localidades de difícil acesso.

Macrodesafio: Fortalecimento da segurança do processo eleitoral.

Destacam-se também as contratações relativas ao funcionamento administrativo do TRE-MA, especialmente os serviços de apoio técnico administrativo, vigilância, limpeza, telefonia, comunicação e correspondência.

Contratações em 2018

Contratações Diretas	Pregões Eletrônicos	Concorrência
78	66	01

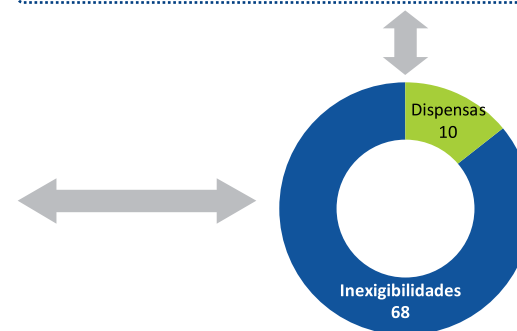
Principais tipos das contratações diretas:

- Acesso a Portais;
- Assinatura de ferramentas eletrônicas;
- Cursos e treinamentos;
- Fornecimento de água e serviços e esgoto;
- Fornecimento de Energia Elétrica;
- Locação de Imóveis;
- Serviços de publicação na Imprensa Oficial;
- Serviços de manutenção de equipamentos.

Justificativas:

Entre as contratações diretas, destacam-se a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos eletrônicos de estabilização, para garantir o fornecimento ininterrupto de energia para o Data Center, com fundamento no art. 25, caput, inciso I, da Lei 8666/93, fornecimento de água potável em caminhão pipa para abastecimento de imóveis da Justiça Eleitoral na Capital e Região Metropolitana com fundamento no art. 24, inciso V, da Lei 8666/93, aquisição de carimbos, plaquetas de identificação patrimonial, materiais odontológicos, aparelhos desfibriladores e contratação de companhia teatral com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8666/93.

Destacam-se também as contratações de fornecedoras de energia elétrica e água, justificadas pelo fornecimento exclusivo, locação de imóveis com fundamento no art. 24, X, da Lei 8666/93, inscrição de servidores em cursos e treinamentos, com base no art. 25, II c/c o art. 13 da Lei 8666/93 e a contratação da aquisição de cédulas eleitorais para as Eleições 2018, fundamentada no art. 24, IV, da Lei 8666/93.



Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições.

As contratações e aquisições realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão adotam critérios de sustentabilidade em consonância com a Instrução Normativa de nº 05/2017– TRE/MA, observando os seguintes itens.

I– Rastreabilidade e origem dos insumos de madeira como itens de papelaria e mobiliário, a partir de fontes de manejo sustentável;

II– Eficiência energética e nível de emissão de poluentes de máquinas e aparelhos consumidores de energia, veículos e prédios públicos observados os normativos legais existentes;

III– Eficácia e segurança dos produtos usados na limpeza e conservação de ambientes;

IV– Emprego da logística reversa na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletrônicos e seus componentes, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

V– Prioridade para bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, reciclável, atóxico ou biodegradável, nos termos estabelecidos na legislação vigente, normas técnicas brasileiras ou regulamentos pertinentes; e

VI– As especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia na manutenção e na operacionalização da edificação, à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental e aos critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente aceitáveis.



Principais desafios e ações futuras

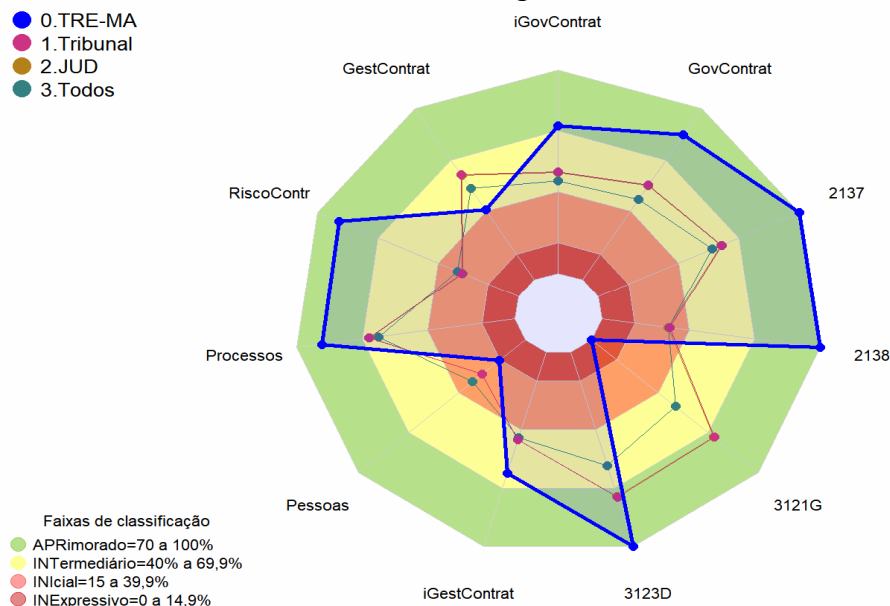
O TRE-MA vem realizando com foco nos levantamentos de governança e gestão que o Tribunal de Contas da União aplica sistematicamente para conhecer melhor a situação da governança no setor público, a adoção da boa prática de garantir o efetivo cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo referido órgão de controle.

O principal desafio é a melhoria contínua do índice de governança e gestão das contratações (iGovContrat), bem como o índice de capacidade em gestão de

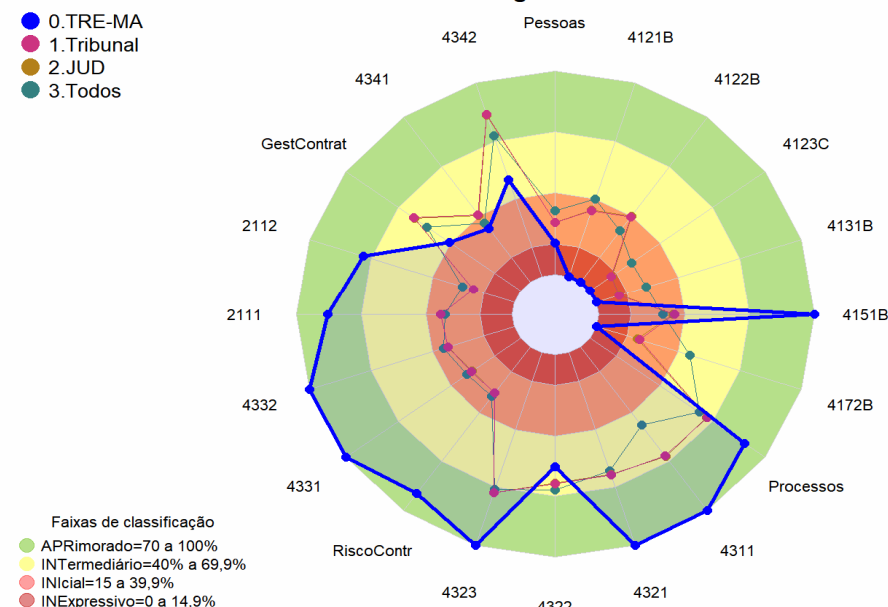
contratações (iGestContrat), constantes do levantamento da autoavaliação de governança do TCU.

Através do indicador estratégico do TRE-MA- iGovAquisições, serão estabelecidas as metas para cumprimento das ações de melhoria com base nos itens em que o resultado da autoavaliação do TCU não tiveram classificação satisfatória.

Perfil de Governança e Gest Públicas 2018
TRE-MA - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão



Perfil de Governança e Gest Públicas 2018
TRE-MA - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão



4 Áreas especiais da gestão

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos

> 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade

Infraestrutura e Gestão Patrimonial

Investimentos em infraestrutura e materiais permanentes

Materiais permanentes;
517.008,28



Manutenção Predial;
1.193.059,61

Fonte: Siafi

Foram investidos R\$ 517.008,28 (quinhentos e dezessete mil, oito reais e vinte e oito centavos) com aquisição de mobiliários para atender as necessidades da Secretaria do Tribunal bem como das Zonas Eleitorais da Capital e do Interior do Estado.

Desfazimento de ativos

O TRE-MA não realizou desfazimento de ativos no exercício 2018.

Conformidade legal:

O TRE-MA, através das suas unidades administrativas responsáveis pela gestão patrimonial, apresentam conformidade legal de acordo com a legislação que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Em 2018 foram realizadas 3 locação de imóveis destinadas ao funcionamento dos Cartórios Eleitorais das 41ª, 52ª e 110ª Zonas Eleitorais dos Municípios de Vitória do Mearim, Alcântara e Morros, respectivamente. Segue abaixo os valores mensais das locações:

- Contrato 01/2018- 41ª ZE- R\$ 3.000,00
- Contrato 07/2018- 52ª ZE- R\$ 1.500,00
- Contrato 29/2018- 110ª ZE- R\$ 2.259,54

Fonte: Seção de Contratações e Aquisições

Em razão da necessidade contínua da manutenção das 92 (noventa e duas) edificações ocupadas pela Justiça Eleitoral do Maranhão, foram realizados serviços de manutenção predial com o objetivo de preservar o patrimônio público, garantindo segurança e conforto aos servidores e cidadãos que buscam os serviços eleitorais. A contratação dos serviços de manutenção predial atende ao macrodesafio “Garantia dos direitos a de cidadania”, constante do Planejamento Estratégico do TRE-MA.

Fonte: Seção de Manutenção Predial

MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES

Foram realizadas 3 (três) desmobilizações das 39ª, 69ª e 101ª Zonas Eleitorais de Turiaçu, Santo Antonio dos Lopes e Governador Nunes Freire, respectivamente para imóveis do Executivo Municipal e do Tribunal de Justiça, o que gerou uma economia de aproximadamente R\$ 12.921,93 (doze mil, novecentos e vinte um reais e noventa e três centavos), com despesas de aluguel no exercício 2018.

Fonte: Seção de Contratações e Aquisições



Obras e reformas

O TRE-MA não realizou obras e reformas no exercício 2018.

Desafios e ações futuras

O principal desafio é promover a eficiência na utilização dos espaços físicos com segurança e integração para os servidores e cidadãos que são atendidos pela Justiça Eleitoral do Maranhão, priorizando a modernização no atendimento ao público.

Por orientação do Tribunal Superior Eleitoral atendendo aos princípios da efetividade e economicidade a ocupação imobiliária na Justiça Eleitoral deve ser priorizado o modelo de ocupação que ocorre por meio da cessão de uso de bens públicos, através de instrumento de cooperação entre órgãos ou entidades, bem como verificada a existência dessa forma de cooperação junto ao Tribunal de Justiça para cessão de parte do espaço do foro para uso da Justiça Eleitoral.

The background of the slide is a light blue-grey color, covered with a repeating pattern of small, faint, light blue icons. These icons represent various business and office concepts, such as computers, printers, clocks, magnifying glasses, and documents. On the left side of the slide, there is a vertical blue bar and a green triangle pointing towards the center. A dashed blue line forms a rectangular frame around the number 5 and the title text.

5

**Relacionamento com
a sociedade**

Principais Canais de comunicação

site



www.tre-ma.jus.br

youtube



TRE-MA - Tribunal
Regional Eleitoral
do Maranhão

aplicativo pardal



<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/aplicativos-da-justica-eleitoral>

sede



Av. Senador Vitorino Freire,
s/n - Areinha
Das 13h às 19h
2107-8888

twitter



@TRE_MA

imprensa



- Mailing
- Entrevistas
- Entrevistas Coletivas
- Sala de Imprensa
- Site
- Whatsapp
- email

ouvidoria



Horário de funcionamento: 8h às 18h

Site: <http://www.tre-ma.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoria-formulario-de-registro-de-manifestacao>

Email: ouvidoria@tre-ma.jus.br

Ligação Gratuita: 0800-098-5000

Carta: Avenida Senador Vitorino Freire, Areinha, São Luís - MA, CEP 65010-917

Pessoalmente: Agende uma visita através dos nossos telefones

Carta de Serviços ao Cidadão e a Carta de Serviços de 2º Grau: <http://www.tre-ma.jus.br/eleitor/cartas-de-servicos>

instagram



@tremaranhao

zonas eleitorais

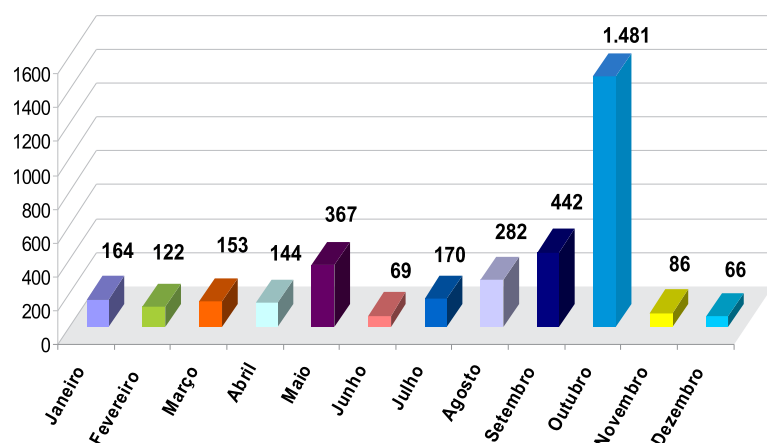


<http://www.tre-ma.jus.br/o-tre/zonas-eleitorais>

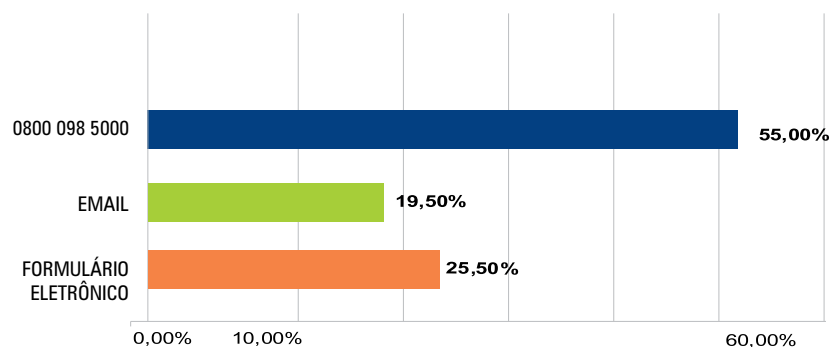
Ouvidoria

Entre 1º de janeiro e 31 de dezembro/2018, a Ouvidoria Regional Eleitoral registrou 3.456 demandas, sendo 55% via telefone, 19,50% por e-mail e 25,5% através de formulário eletrônico.

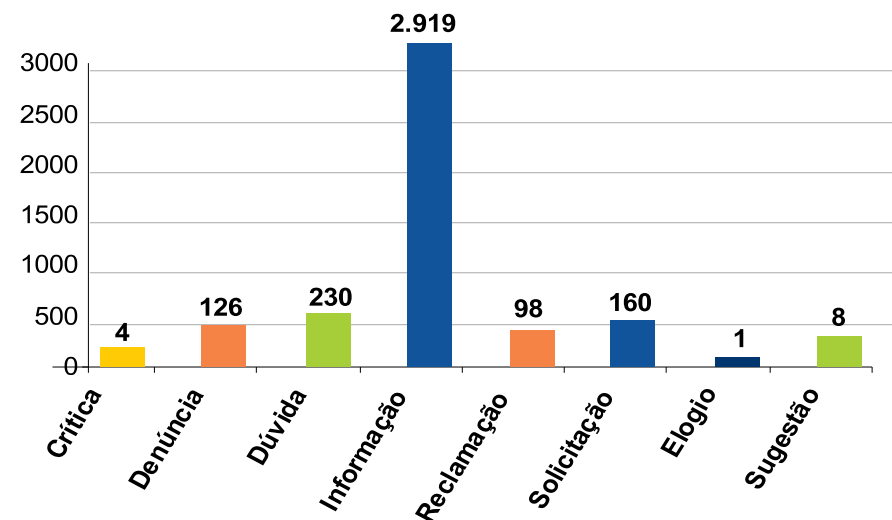
Demanda Mensal (total: 3.546)



Meios de Comunicação



Manifestação por Tipo



PERFIL	TOTAL	%
ADVOGADO	6	0,16
CANDIDATO	8	0,23
CIDADÃO	3.483	98,23
JORNALISTA	2	0,05
JUIZ	2	0,05
REP. PARTIDO POLÍTICO	5	0,15
SERVIDOR PÚBLICO	36	1,01
PARTE	3	0,08
PROMOTOR	1	0,03

Educação Política

A Escola Judiciária Eleitoral (EJE), em parceria com a Comissão de Acessibilidade, realizou ações de cidadania e de conscientização política em várias unidades de ensino de São Luís, alcançando quase mil alunos, através de palestras, simulação de votação em urnas eletrônicas e distribuição de material socioeducativo. As escolas participantes foram Escola Nosso Mundo, Centro de Ensino de Educação Especial "Helena Antipoff", Centro de Ensino João Francisco Lisboa, Portal do Saber e Centro de Ensino de Apoio à Pessoa com Surdez.

O Projeto Voto Jovem na Escola, desenvolvido em parceria com a Secretaria Estadual da Educação, fomentou a discussão sobre o papel dos adolescentes na sociedade. Participaram do projeto escolas de São Luís, Caxias, Imperatriz, Açailândia, Tuntum, Bacabal, Cururupu, Timon, Pinheiro e Barra do Corda. Considerado o projeto social mais antigo do Tribunal, evolui a cada ano e, em 2018, seguiu um cronograma de atividades, no qual alunos participaram de debates sobre temas de interesse das comunidades em que se integram, os quais foram defendidos e eleitos por eles, atendendo aos requisitos de relevância social como educação, saúde, saneamento básico, transporte coletivo, entre outros. As propostas selecionadas foram apresentadas aos Partidos Políticos como forma de aproximar a sociedade com suas demandas dos Gestores Públicos.

Alunos do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão, inscritos no programa "Para Saber Mais" do Governo, tiveram práticas como atividade de extensão do aprendizado em sala de aula.

Acadêmicos de Direito da UFMA e do CEUMA participaram de visita técnica à sede do TRE com a intenção de agregar conhecimentos jurídicos e práticos ao contexto acadêmico. Na oportunidade, os estudantes puderam assistir a uma sessão plenária, tendo seus nomes registrados em ata.

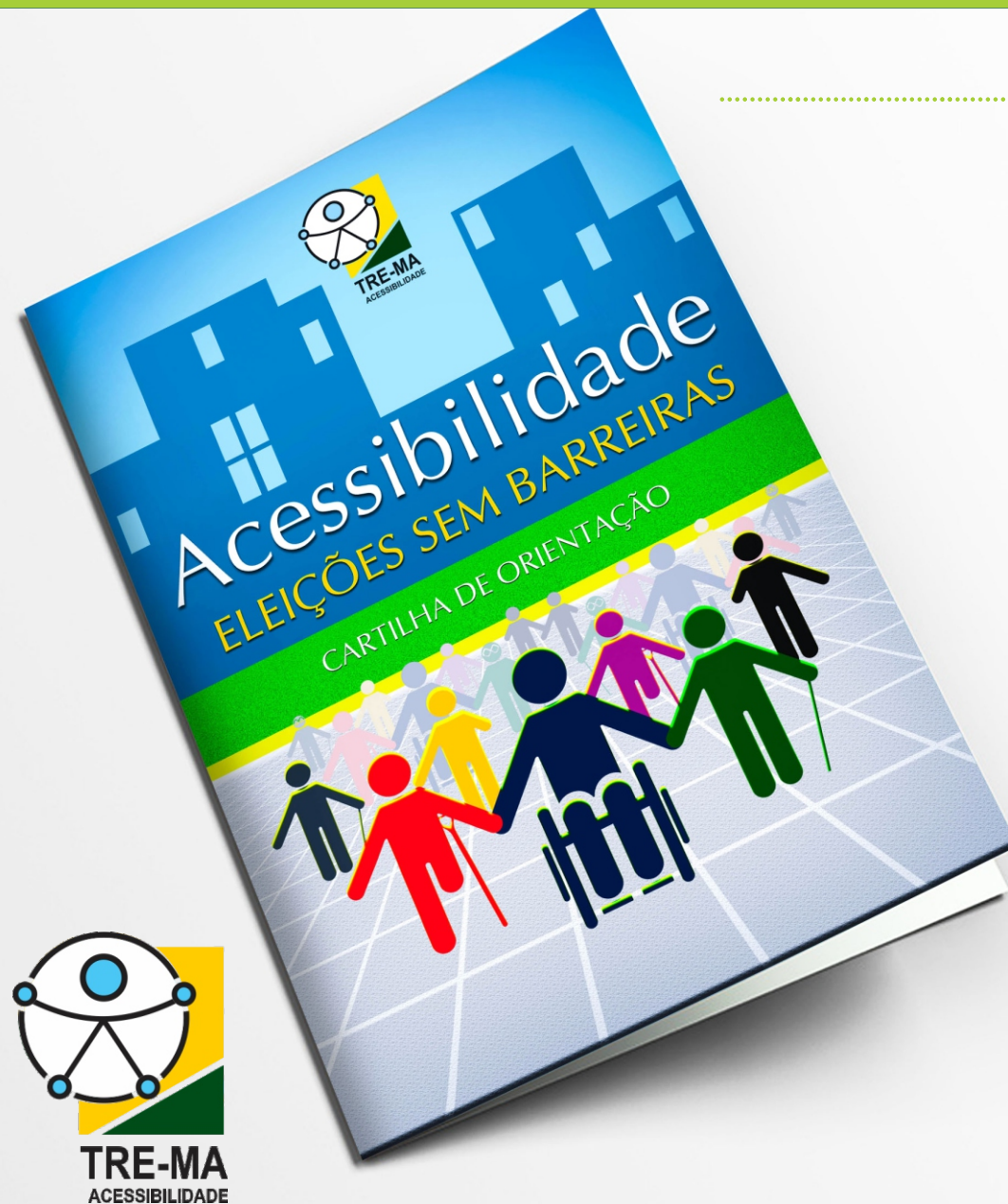


Acessibilidade

No âmbito do TRE Maranhão, o Programa de Acessibilidade e Inclusão foi instituído desde o ano de 2012, mediante Portaria n.º 524, em consonância com a Resolução TSE n.º 23.381.

Quantitativo de eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida para as eleições 2018

Local	Motivo	Quantidade
São Luís	5 – Deficiência Auditiva	483
	2 – Deficiência de Locomoção	1.743
	1 – Deficiência Visual	679
	4 – Dificuldade para o exercício do voto	62
	3 – Outros	1.315
	Total	4.282
Interior	5 – Deficiência Auditiva	2.003
	2 – Deficiência de Locomoção	4.525
	1 – Deficiência Visual	3.566
	4 – Dificuldade para o exercício do voto	196
Maranhão*	3 – Outros	6.953
	Total	25.807
	Total	30.089



Socioambiental



O Núcleo Socioambiental tem o objetivo de fomentar a gestão do uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, implantando ações práticas de sustentabilidade, racionalização, consumo consciente e inclusão socioeconômica.

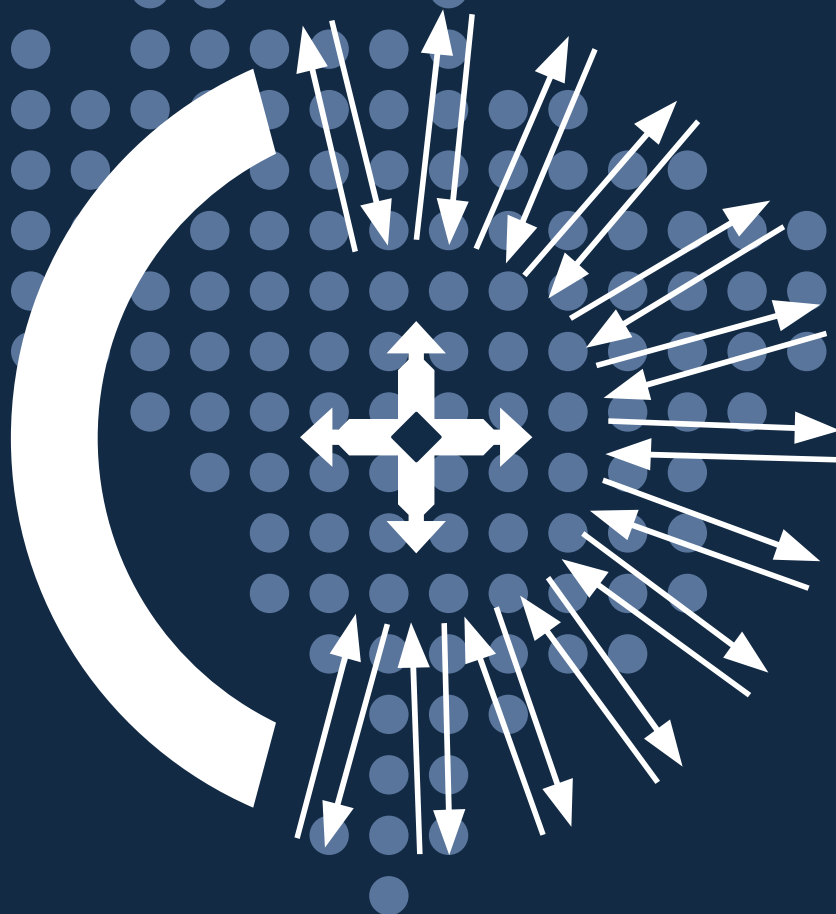
Dentre as atividades desenvolvidas em 2018 destacamos a conclusão do processo de aquisição de quatro usinas de Geração Fotovoltaicas, o Projeto Voto Jovem apoiado pelo Núcleo e a diminuição de consumo de copos plásticos pelos servidores do Tribunal.

Com um investimento total de 820 mil reais oriundos de crédito suplementar do TSE para projetos sustentáveis, foram finalizadas, em setembro de 2018, quatro usinas de geração de energia fotovoltaica instaladas pelo TRE-MA. As unidades contempladas com o equipamento foram os Cartórios Eleitorais de Urbano Santos, Paço do Lumiar, São Jose de Ribamar e a Sede Administrativa de São Luís. Toda geração de energia juntas totalizam 112 kWp (kilo watts pico), o que equivale a aproximadamente nove mil reais de economia por mês e cerca de cento e dez mil reais por ano. As usinas que possuem uma vida útil acima de trinta anos, terão o seu investimento pago pela economia gerada na conta de energia em 8 anos, o chamado payback.

Outra atividade que contribuiu para o alcance dos objetivos foi a substituição de copos descartáveis por garrafas tipo squeeze. A redução alcançada foi de 70% no consumo e copos descartáveis, cerca de dez mil reais por ano de economia para os cofres públicos.

Fortalecendo as atividades ambientais do Núcleo, em 2018, seu Coordenador ministrou três palestras: no Ministério Público do MA, na Universidade Federal do MA e no Tribunal de Contas do Estado do MA sobre o tema Sustentabilidade na Administração Pública e as boas práticas do TRE nesse assunto. Com um total de 700 pessoas atendidas nos 3 órgãos as palestras serviram para fortalecer dentro desses órgãos a cultura de gestão ambiental e sustentabilidade.

Rede de Controle da Gestão Pública



Instituída no Estado do Maranhão em 2010, a Rede de Controle da Gestão Pública é um núcleo colaborativo e de articulação interorganizacional, formalizada por meio de acordos de cooperação técnica entre entidades e órgãos parceiros, nas esferas da Administração municipal, estadual e federal, a fim de fortalecer os mecanismos de controle social e colaborar para a melhoria da gestão pública.

Atuando em diversas frentes de atividades, por meio de estratégias conjuntas, os participantes desenvolvem ações direcionadas à fiscalização dos gastos públicos e ao combate à corrupção, com ênfase na conscientização, estímulo e colaboração da sociedade civil.

Reafirmando a importância do diálogo com as comunidades, a Rede de Controle tem realizado uma série de ações nos municípios maranhenses, dentre as quais se destacam as Audiências Públicas de Controle Social e Cidadania, intensificadas a partir de 2013, que buscam uma maior aproximação dos órgãos parceiros com a sociedade, com vistas ao aprimoramento do controle social.

Juizes eleitorais e chefes de cartório ministraram palestras acerca do combate à corrupção eleitoral, em audiências públicas de controle social e cidadania, realizadas em cidades do interior do Estado.

As palestras, painéis e debates que compõem as audiências públicas, promovem o compartilhamento de práticas, informações e experiências que visam despertar o senso crítico dos cidadãos, habilitando-os para o acompanhamento das ações dos poderes públicos. Busca-se, assim, a formação de auditores sociais, cidadãos conscientes e preparados para o exercício do controle social da gestão pública.

The background of the slide is a light blue-grey color with a repeating pattern of small, faint icons representing various business and office concepts, such as computers, calendars, envelopes, and clocks. On the left side, there is a vertical blue bar and a green triangular shape pointing towards the center. A dashed blue line forms a rectangular frame around the number 6 and the title text.

6

Desempenho financeiro e informações contábeis

Demonstrativo Financeiro

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Gestão Orçamentária e Financeira Orçamento total aprovado 2018

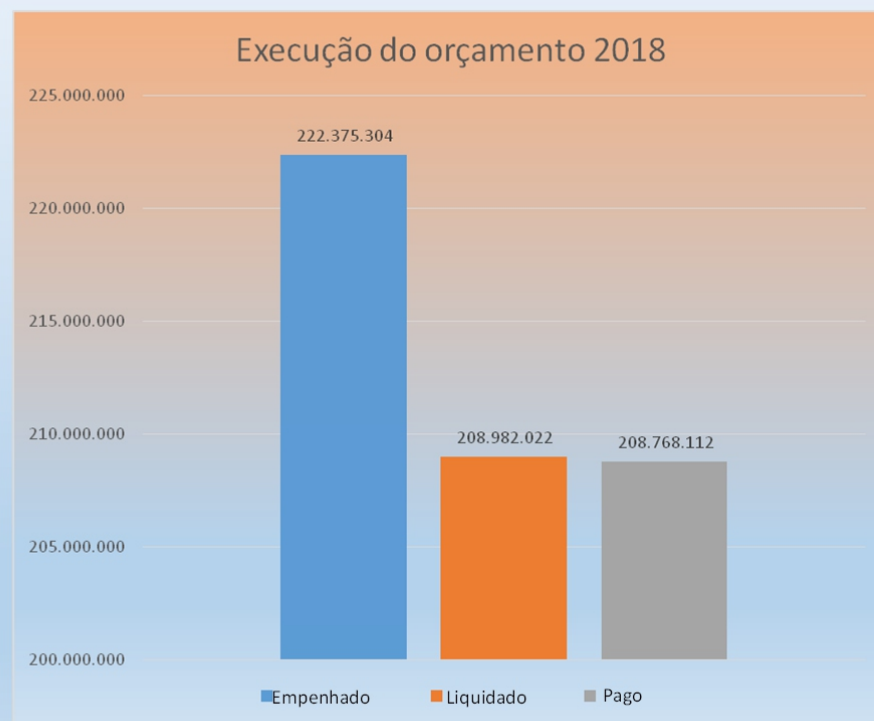


*Acréscimos = Créditos adicionais recebidos + provisões recebidas

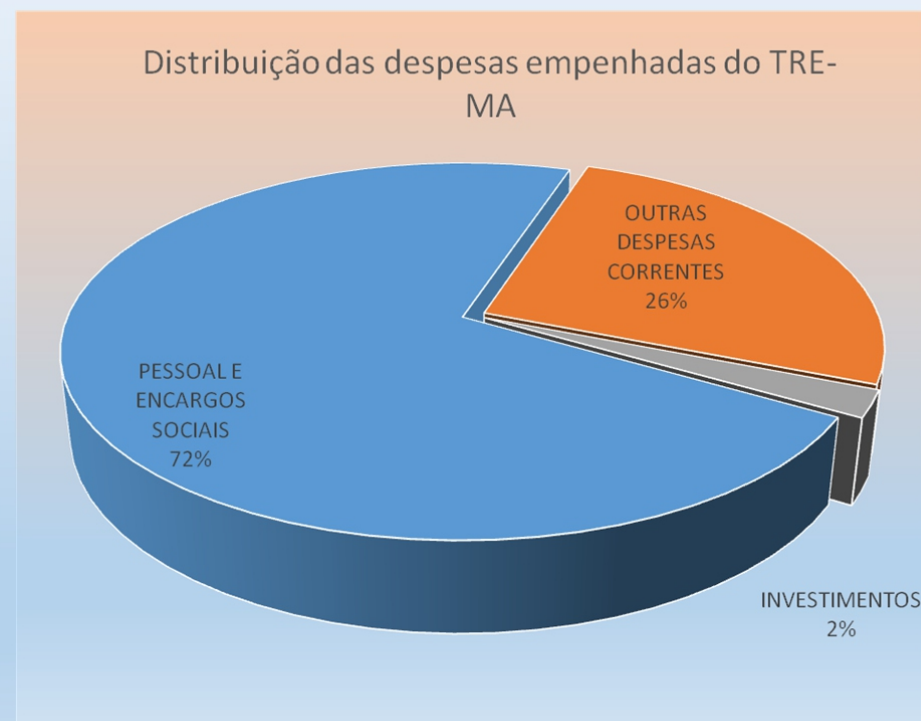
**Décrécimos = Créditos adicionais concedidos + valores contingenciados

Execução do orçamento 2018					
Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
R\$ 222.375.304	97,2%	R\$ 208.982.022	91,4%	R\$ 208.768.112	91,3%

ORÇAMENTO TOTAL APROVADO 2018



A execução orçamentária e financeira em 2018 foi a 12ª maior, dentre os Tribunais Eleitorais do país. Foi recebida a dotação de R\$ 230.677.289,00 milhões. Desse total, foram empenhados R\$ 222.375.304,00 milhões, liquidados R\$ 208.982.022 milhões e pagas despesas no montante de R\$ 208.768.112 milhões, valor esse equivalente a 91,3% do autorizado na LOA/2018.

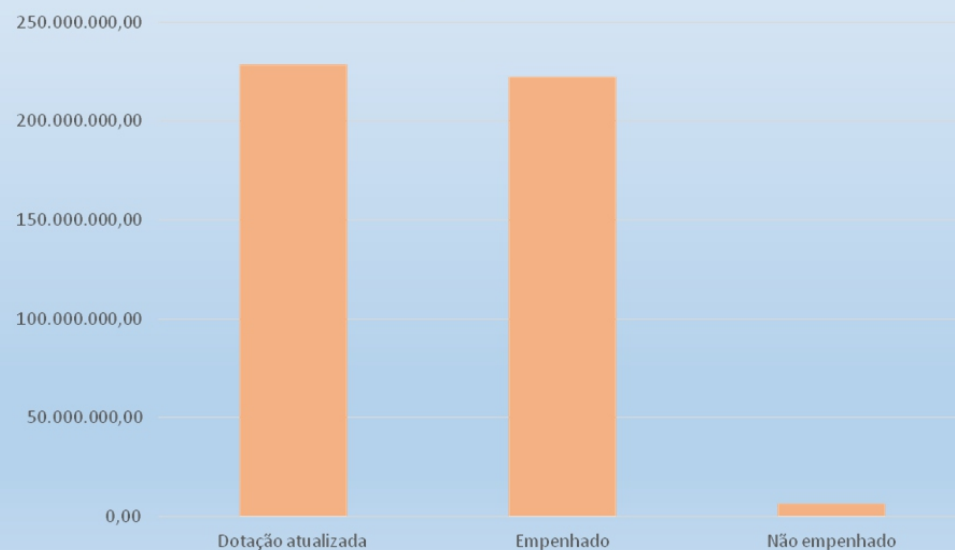


A distribuição das despesas empenhadas foi realizada na seguinte forma: 72% com gastos de Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 159.555.975,95 milhões); 26% com Outras Despesas Correntes (57.700.828,45 milhões) e 2% com Investimentos (R\$ 5.118.499,24).

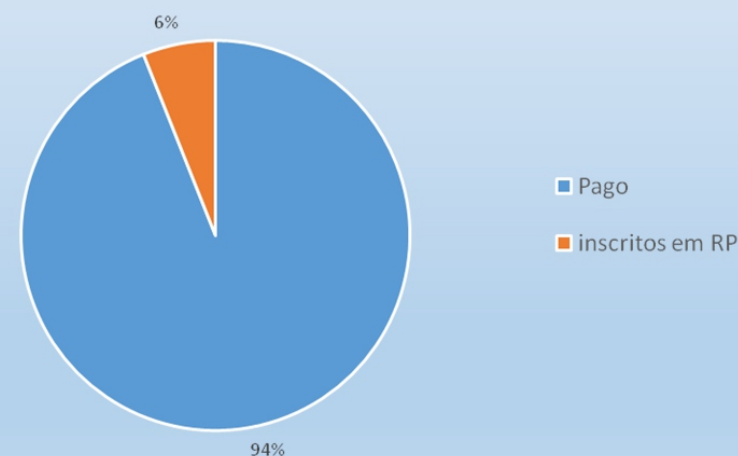
DESPESAS DO TRE-MA POR GRUPO

Grupo Despesa	2018					2017				
	Dotação atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar pagos	Dotação atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar pagos
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	162.603.393,67	159.555.975,95	159.555.975,95	159.555.975,95	0,00	142.287.568,00	142.041.059,64	142.041.059,64	142.041.059,64	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	59.160.124,80	57.700.828,45	48.759.465,75	48.610.431,68	2.232.237,95	35.225.794,00	35.826.805,90	33.098.629,88	33.071.518,26	4.387.256,02
INVESTIMENTOS	6.989.771,00	5.118.499,24	666.580,78	601.704,28	4.166.638,39	6.843.948,00	6.131.725,21	1.993.238,56	1.883.755,10	1.255.414,43
TOTAL	228.753.289,47	222.375.303,64	208.982.022,48	208.768.111,91	6.398.876,34	184.357.310,00	183.999.590,75	177.132.928,08	176.996.333,00	5.642.670,45

Execução do orçamento aprovado



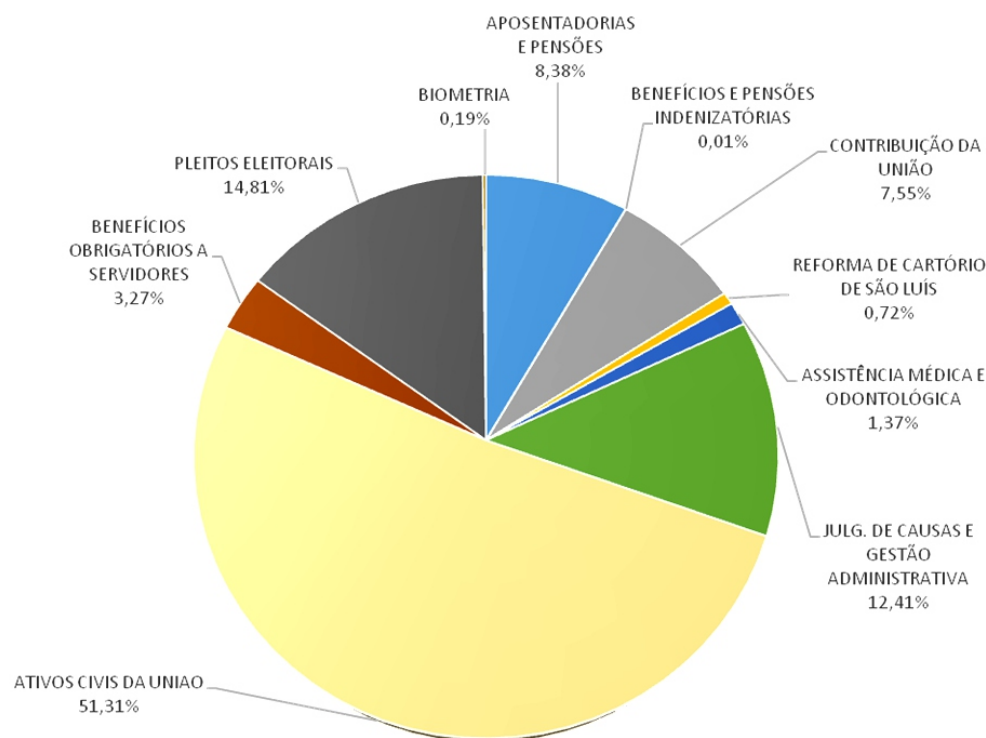
Inscrição de Restos a pagar para 2019



DESPESAS DO TRE-MA POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Dotação atualizada	Empenhado
APOSENTADORIAS E PENSÕES	18.895.221,00	18.637.535,27
BENEFÍCIOS E PENSÕES INDENIZATÓRIAS	12.456,00	11.448,00
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO	19.454.116,00	16.785.315,53
REFORMA DE CARTÓRIO DE SÃO LUÍS	1.934.368,00	1.597.800,30
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	3.058.175,00	3.041.164,90
JULG. DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	29.906.621,00	27.607.089,34
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	114.212.519,00	114.091.636,24
BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS A SERVIDORES	7.465.556,00	7.262.779,77
PLEITOS ELEITORAIS	33.382.033,47	32.924.826,84
BIOMETRIA	432.224,00	415.707,45
TOTAL	228.753.289,47	222.375.303,64

Ações orçamentárias em relação ao total empenhado



EXECUÇÃO POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Grupo 1 Pessoal e Encargos Sociais

Elemento de Despesa	Valor pago 2018
Vencimentos e vantagens fixas	109.304.306,44
Obrigações patronais	17.127.111,91
Outras despesas variáveis	12.216.163,11
Demais elementos	20.908.394,49
TOTAL	159.555.975,95

Grupo 3 Outras Despesas Correntes

Elemento de Despesa	Valor pago 2018
Outros serviços de terceiros PJ	12.891.794,94
Auxílio Alimentação	5.825.544,96
Serviços de Tec. da Informação e Comunicação - PJ	5.808.475,08
Demais elementos	24.084.616,70
TOTAL	48.610.431,68

Grupo 4 Investimentos

Elemento de Despesa	Valor pago 2018
Equipamentos e materiais permanentes	537.714,28
Serviços de Tec. da Informação e Comunicação - PJ	63.990,00
TOTAL	601.704,28

Valores pagos em 2018

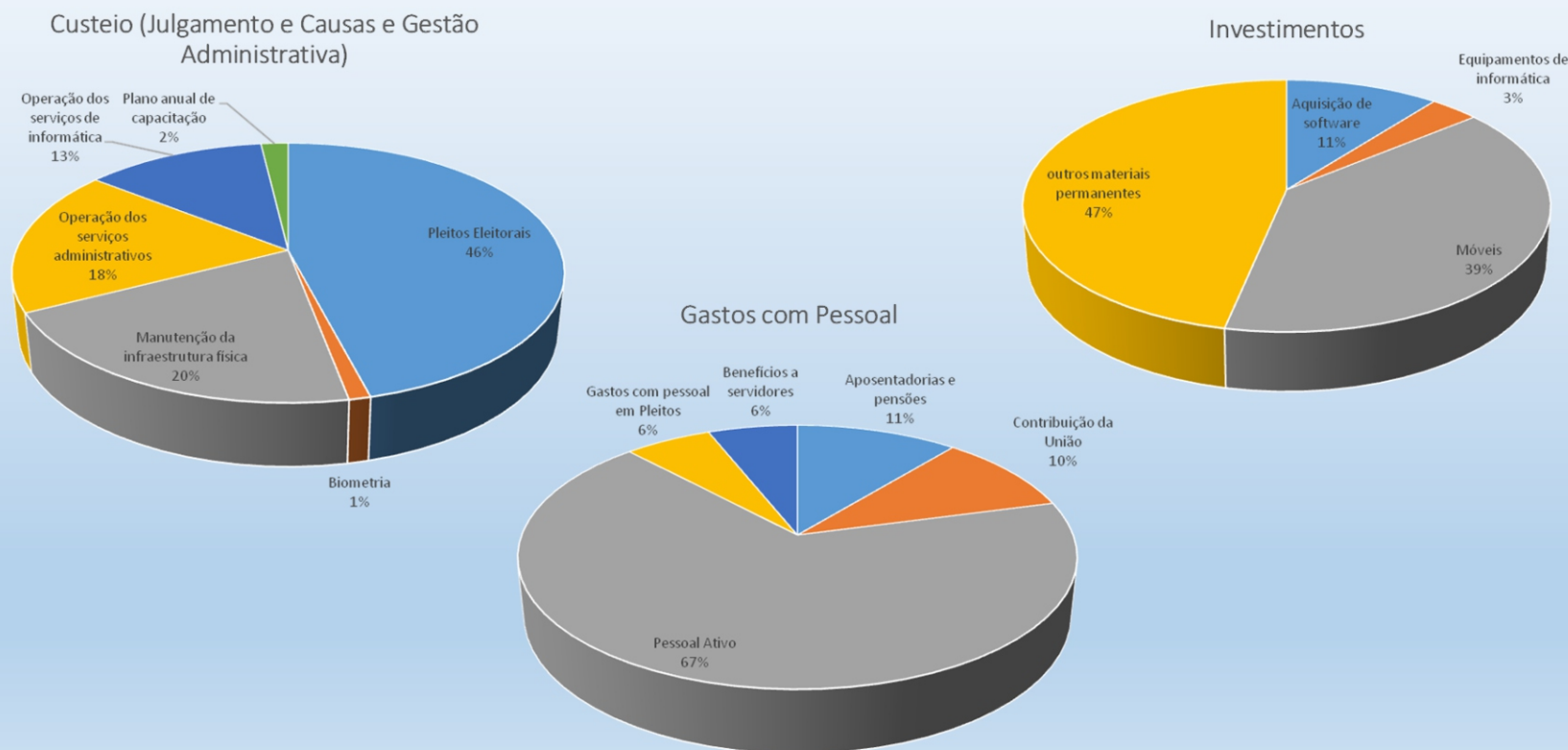


6 Desempenho financeiro e informações contábeis

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade

VALORES PAGOS EM 2018



Em 2018, na execução do orçamento de custeios, que incluem as despesas de manutenção administrativa, através de contratação continuadas de serviços essenciais (segurança ostensiva e eletrônica, limpeza, manutenção predial, energia elétrica, dentre outros); aquisição de material de consumo diversos, materiais de expediente e de processamento de dados; serviços de tecnologia da informação, de comunicação e demais, do montante recebido, R\$59.160.124,80 milhões, ocorreu uma “perda orçamentária” no valor de R\$1.459.296,40. Foi pago R\$48.610.431,68 milhões e inscritos “em restos a

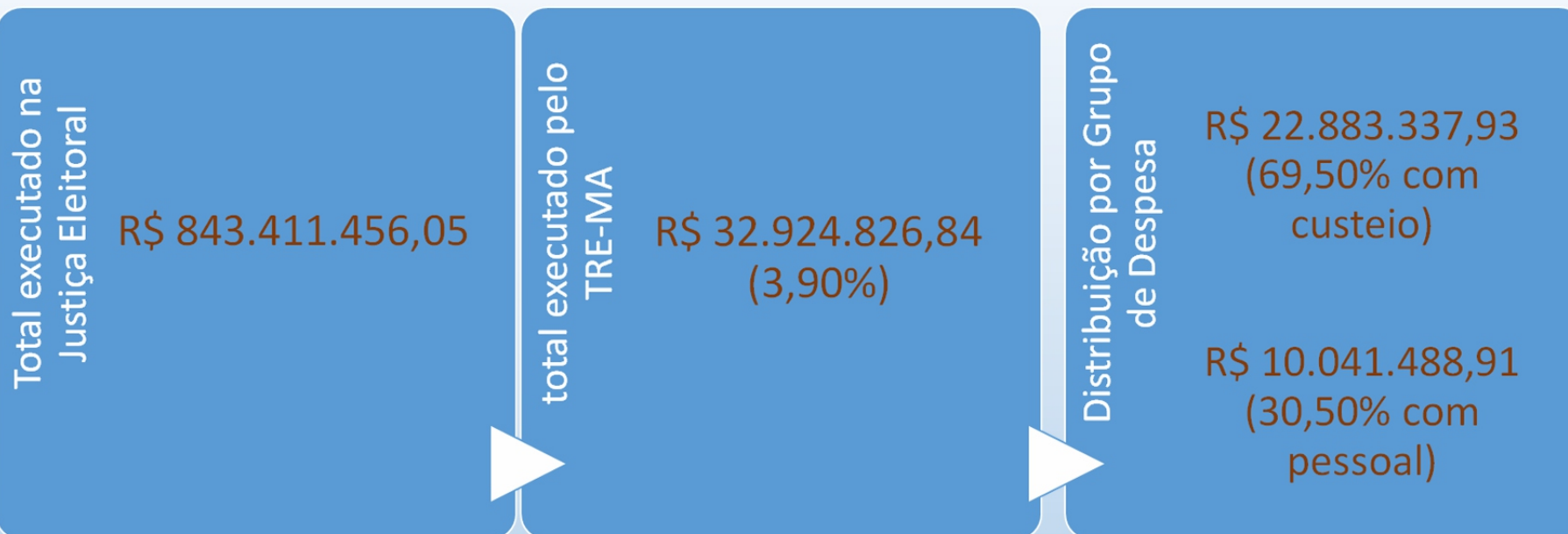
pagar” o valor de R\$2.232.237,95 milhões.

Em relação ao orçamento de Investimentos (Aquisição de equipamentos e materiais permanentes, de softwares, de reforma do Fórum eleitoral, móveis), foi recebido R\$6.989.771,00 milhões, tivemos uma perda orçamentária de R\$1.871.271,76, pago o valor de R\$601.704,28 mil e inscritos “em restos a pagar o valor de R\$4.166.638,39 milhões.

DESEMPENHO DOS INDICADORES DE GESTÃO

MACRODESAFIO	INDICADOR ESTRATÉGICO	INDICADOR DE APOIO					
	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	Periodicidade	2018			
				Meta	Apurado 1ºQ.	Apurado 2ºQ.	Apurado 3ºQ. (ANO 2018)
Aperfeiçoamento da Gestão de Custos	Gestão Orçamentária	Índice de Aderência ao Planejamento Orçamentário	Anual	85%	69,20%	74,40%	85,20%
		Índice de Perdas Orçamentárias	Anual	9%	28,50%	24,10%	8,37%
		Índice de Pagamento de Despesas	Quadrimestralmente	100%	38,20%	59,60%	70,60%

DESPESAS COM A ELEIÇÃO DE 2018

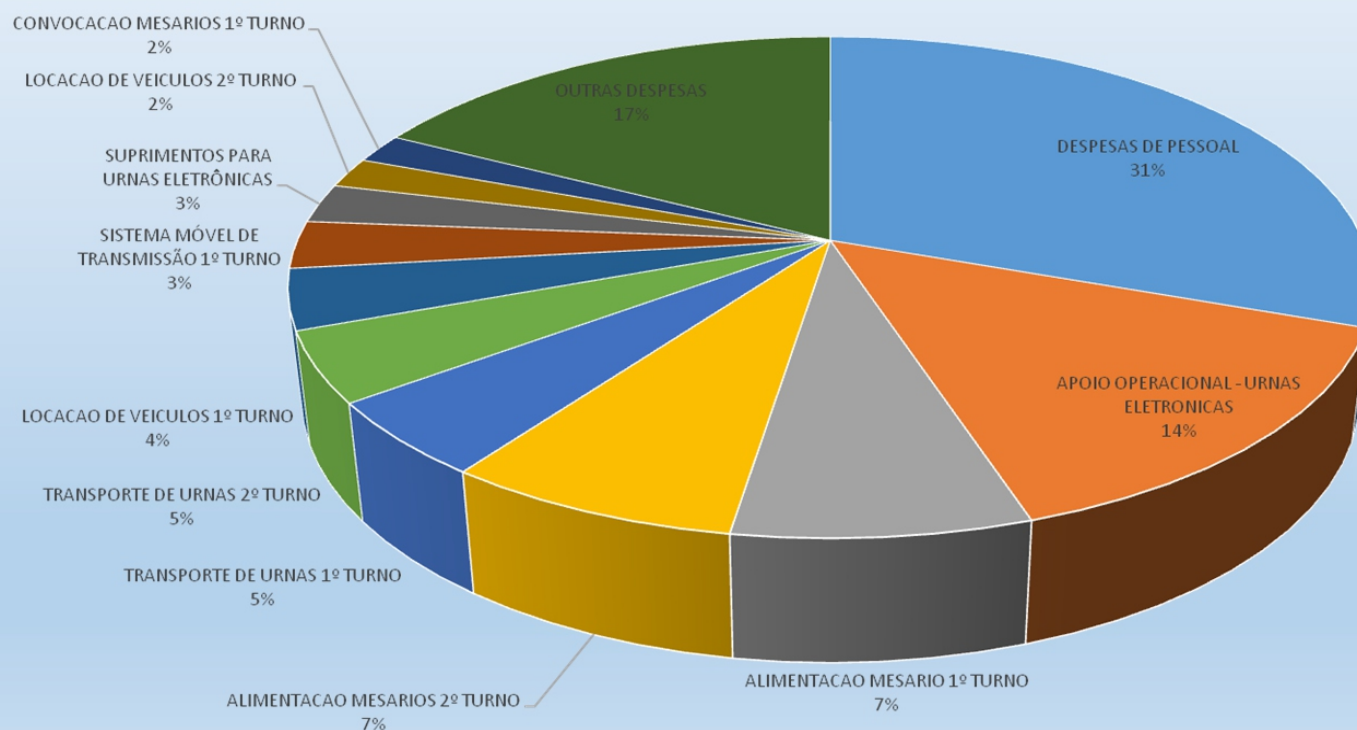


EXECUÇÃO DE PLEITOS 2018

Ano Lançamento	2018	
	RECEBIDO	EXECUTADO
DESPESAS CORRENTES	23.772.719,80	22.883.337,93
PESSOAL	10.041.537,67	10.041.488,91
TOTAL	33.814.257,47	32.924.826,84

DESPESAS COM A ELEIÇÃO DE 2018

Despesas com a eleição de 2018



Total executado com a eleição de 2018:

R\$ 32.924.826,84

CUSTO DA ELEIÇÃO POR ELEITOR

Número de eleitores no Maranhão em 2018	4.545.603
Valor total gasto no TRE-MA (inclusive pessoal)	R\$ 32.924.826,84

CUSTO TOTAL POR ELEITOR

R\$ 7,24

ORÇAMENTO DE PLEITOS ELEITORAIS

O Tribunal Superior Eleitoral é o órgão responsável pela dotação e descentralização orçamentária do orçamento eleitoral para todos os regionais. O orçamento disponibilizado para o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão para a realização das Eleições majoritárias em 2018 representa o oitavo orçamento executado em relação aos demais Tribunais Regionais Eleitorais do país, perfazendo um custo total por eleitor de R\$7,24.

DESAFIOS E AÇÕES

DESAFIOS

- Manter em bom funcionamento toda a estrutura da Secretaria e de todas as zonas eleitorais do estado, a despeito do cenário econômico desfavorável e das restrições financeiras advindas do limite do teto de gastos;
- Aprimorar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do TRE-MA;
- Reduzir ao mínimo o percentual de “perdas orçamentárias e de despesas inscritas “em restos a pagar”.

AÇÕES

- Promover melhorias nos processos de contratação de bens e serviços;
- Dar continuidade às atividades de racionalização das despesas contínuas do Tribunal;
- Conhecer e aplicar “boas práticas” dentre os Tribunais Eleitorais e do TSE, na área de economia orçamentária;
- Divulgar os resultados alcançados com as medidas de racionalização das práticas implementadas;
- Conscientizar todos os gestores da necessidade de melhoria da gestão orçamentária e financeira da sua unidade;

DECLARO que as informações orçamentária, financeira e contábil atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade da gestão, tendo sido extraídas dos sistemas gerenciais utilizados pela Justiça Eleitoral: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira; SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento; Tesouro Gerencial e SIGEC - Sistema de registro de imóveis e gerenciamento de custos.


Leana Batista Neves
Coordenadora de Orçamento
e Finanças

Acompanhamento detalhado da Execução Física do Orçamento

ACOMPANHAMENTO DETALHADO DA EXECUÇÃO

Exercício:	2018
Perfil:	Acompanhamento Orçamentário (UO)
Período:	JAN-DEZ
Momento:	Formalização Acompanhamento Orçamentário
Órgão:	14000 – Justiça Eleitoral

6 Desempenho financeiro e informações contábeis

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade

Acompanhamento Detalhado da Execução Física do Orçamento

Emitido em: 09/04/2019 Por: FLAVIO MENEZES DE MIRANDA

Formalização Acompanhamento Orçamentário

Período: JAN-DEZ

Página 1 de 3

Órgão: 14000 - Justiça Eleitoral

Unidade Orçamentária: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

Programa: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral

Produto (Unidade) Localizador - Data da Apuração Plano Orçamentário	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.		
	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico
											EFLOA (b/g)/(e/i)*	EFREP (c/h)/(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado
Ação: 15HO - Reforma de Cartório Eleitoral no Município de São Luis - MA																	
Possui alertas; Não possui pendências;																	
Cartório modernizado - percentual de	1.677.01	1.964.68	0	1.597.80	0	0	0,00	20	20	0	--	--	0,00	0,00	18.43	18.43	0
0734 - No Município de São Luis - MA - 14/01/19	1.677.01	1.964.68	0	1.597.80	0	0	0,00	20	20	0	--	--	0,00	0,00	18.43	18.43	0
Análise do Localizador																	
LUCIA MARIA GOMES DE OLIVEIRA CHAVES 17/01/19 18:13																	
O início das obras da 2ª etapa do reforço estrutural do Fórum de São Luis foram prejudicadas em virtude da dificuldade em encontrar um imóvel para locar que tenha capacidade para receber o depósito de urnas (área do predio que será reforçada nesta etapa)																	
Análise do Localizador																	
LUCIA MARIA GOMES DE OLIVEIRA CHAVES 17/01/19 18:10																	
O percentual de execução física de Restos a pagar foi considerado zerado, tendo e vista o valor executado não atingir o percentual 0,5%																	
0000 - Reforma de Cartório Eleitoral no Município de São Luis - MA	1.677.01	1.964.68	--	1.597.80	0	0	0,00	0	--	--	--	--	--	--	18.43	18.43	--
Ação: 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes																	
Possui alertas; Não possui pendências;																	
Ação não possui produto	3.041.82	3.058.17	0	3.041.16	3.041.16	3.041.16	99,4	0	0	--	--	--	--	--	0	0	--
0021 - No Estado do Maranhão	3.041.82	3.058.17	0	3.041.16	3.041.16	3.041.16	99,4	0	0	--	--	--	--	--	0	0	--
0001 - Assistência Médica e Odontológica Cívis - Complementação da União - Pe beneficiada - 14/01/19	3.041.82	3.058.17	--	3.041.16	3.041.16	3.041.16	99,4	1.17	--	1.15	98,6	--	98	--	0	0	--
Análise do Plano Orçamentário																	
LUCIA MARIA GOMES DE OLIVEIRA CHAVES 17/01/19 18:17																	
As informações foram extraídas do sistema SGRH, no qual são cadastradas todas as solicitações de ingresso e exclusão de beneficiários.																	
A meta não foi alcançada tendo em vista o grande número de servidores que deixaram de receber o benefício em 2018, por diversas razões, tais como:																	
1. falta de comprovação de despesas médicas;																	
2. solicitação de exclusão de dependentes idosos devido ao elevado valor dos planos de saúde para esta faixa etária																	
3. Exclusão de dependentes que completam 21 anos e a não apresentam comprovação de matrícula em escola ou faculdade.																	

Legenda: EFLOA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)
ECLOA - Eficácia (Meta Física Realizada / Meta Física na LOA)

" - " - Indicador não calculável.

" * " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

" * * " - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Acompanhamento Detalhado da Execução Física do Orçamento

Emitido em: 09/04/2019 Por: FLAVIO MENEZES DE MIRANDA								Formalização Acompanhamento Orçamentário				Período: JAN-DEZ		Página 2 de 3								
Órgão: 14000 - Justiça Eleitoral																						
Unidade Orçamentária: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão																						
Programa: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral																						
Produto (Unidade) Localizador - Data da Apuração Plano Oçamentario	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.							
	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico					
											EFLOA (b/g)/(e/i)*	EFREP (c/h)/(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado					
Ação: 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral																			Possui alertas; Não possui pendências;			
Eleitor atendido - unidade	29.676.3	29.906.6	0	27.607.0	21.100.6	20.886.7	70,5	4.578.9	4.578.9	4.545.6	140,7	0,0	99,2	99,2	6.127.7	6.527.27	4.545.6					
0021 - No Estado do Maranhão - 16/01	29.676.3	29.906.6	0	27.607.0	21.100.6	20.886.7	70,5	4.578.9	4.578.9	4.545.6	140,7	0,0	99,2	99,2	6.127.71	6.527.27	4.545.6					
Análise do Localizador																			LUCIA MARIA GOMES DE OLIVEIRA CHAVES 16/01/19 18:18			
Nesta ação orçamentária, especificamente no Plano Orçamentário 1 (PO1), encontram-se despesas com a manutenção das atividades do Tribunal, incluem-se entre as despesas: diárias, passagens, pagamentos a fornecedores por serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas, consultorias, aquisições de moveis e equipamentos e materiais permanentes, inclusive de tecnologia da informação. Além das despesas acima também estão incluídas nesta ação orçamentária aquelas com a Capacitação de Recursos Humanos deste Tribunal (PO2). No que se refere a esse Plano Orçamentário, em especial, esclarecemos que a política de educação corporativa do TRE/MA está alinhada às estabelecidas no Plano Anual de Capacitação - PAC.																						
0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa - Eleitor atendido - 16/01	28.856.6	29.133.6	--	26.884.0	20.381.4	20.167.5	69,9	4.578.9	--	4.545.6	141,9	--	99	--	6.111.61	6.511.17	--					
Análise do Plano Orçamentário																			LUCIA MARIA GOMES DE OLIVEIRA CHAVES 16/01/19 18:20			
Nesta ação orçamentária, especificamente no Plano Orçamentário 1 (PO1), encontram-se despesas com a manutenção das atividades do Tribunal, incluem-se entre as despesas: diárias, passagens, pagamentos a fornecedores por serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas, consultorias, aquisições de moveis e equipamentos e materiais permanentes, inclusive de tecnologia da informação.																						
0002 - Capacitação de Recursos Humanos - Servidor capacitado - 14/01/19	819.65	772.92	--	723.02	719.23	719.23	93,0	360	--	377	112,5	--	105	--	16.10	16.10	--					
Análise do Plano Orçamentário																			LUCIA MARIA GOMES DE OLIVEIRA CHAVES 16/01/19 18:21			
Nesta ação orçamentária também estão incluídas despesas com a Capacitação de Recursos Humanos deste Tribunal (PO2). No que se refere a esse Plano Orçamentário, em especial, esclarecemos que a política de educação corporativa do TRE/MA está alinhada às estratégias e metas institucionais e segue as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Capacitação - PAC, cujo objetivo é promover o tendo em vista a prestação de serviços de qualidade ao cidadão, que, justificadamente, intensifica sua exigência por serviços de qualidade. Este Tribunal ultrapassou a meta de servidores capacitados em 2018.																						

Legenda: EFLOA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)
ECLOA - Eficácia (Meta Física Realizada /Meta Física na LOA)

" - " - Indicador não calculável.
" " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.
" " " - Campo com 'preenchimento opcional'.
- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Acompanhamento Detalhado da Execução Física do Orçamento

Emitido em: 09/04/2019 Por: FLAVIO MENEZES DE MIRANDA								Formalização Acompanhamento Orçamentário				Período: JAN-DEZ		Página 3 de 3				
Órgão: 14000 - Justiça Eleitoral																		
Unidade Orçamentária: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão																		
Programa: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral																		
Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.			
	Localizador - Data da Apuração	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico
												EFLOA (b/g)/(e/i)*	EFREP (c/h)/(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado
Plano Oçamentário																		
Ação: 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes																		
Possui alertas; Não possui pendências;																		
Ação não possui produto	7.881.73	7.465.55	0	7.262.78	7.262.78	7.262.78	97,21	0	0			--	--	--	--	0	0	
0021 - No Estado do Maranhão	7.881.73	7.465.55	0	7.262.78	7.262.78	7.262.78	97,21	0	0			--	--	--	--	0	0	
0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Cívis e de Empregados - Pessoa beneficiada - 14/01/19	1.602.10	1.424.25	--	1.369.01	1.369.01	1.369.01	96,12	191	--	174	94,71	--		91	--	0	0	--
Análise do Plano Orçamentário																		
As informações são obtidas através do sistema SGRH, no qual são cadastradas todas as solicitações de ingresso de novos beneficiários assim como o desligamento daqueles servidores cujos filhos alcançaram a idade limite para receber o benefício. Por se tratar de um benefício ao qual todos os servidores que fazem jus requerem logo após a obtenção do direito e cujo desligamento se faz automaticamente pelo sistema SGRH, não existem grandes dificuldades na execução da ação.																		
0003 - Auxílio-Transporte de Cívis - Pessoa beneficiada - 14/01/19	56.23	39.23	--	20.37	20.37	20.37	51,94	11	--	7	122,50	--		64	--	0	0	--
Análise do Plano Orçamentário																		
As informações são extraídas do sistema SGRH, no qual são cadastradas todas as solicitações de ingresso de novos beneficiários bem como a exclusão daqueles que não fazem mais jus ao benefício ou não tem mais interesse em receber. O auxílio transporte é pago a um número muito reduzido de servidores neste Tribunal, pois a grande maioria não atende aos requisitos obrigatórios, uma vez que só tem direito ao benefício aqueles servidores que não usam transporte próprio. Pode ocorrer também do valor da cota parte ser superior ao solicitado pelo servidor solicitando este benefício.																		
0005 - Auxílio-Alimentação de Cívis - Pessoa beneficiada - 14/01/19	5.972.30	5.904.97	--	5.831.83	5.831.83	5.831.83	98,71	563	--	555	99,82	--		99	--	0	0	--
Análise do Plano Orçamentário																		
Os dados foram coletados através do sistema SGRH, no qual são cadastradas todas as solicitações de ingresso de novos beneficiários. Apesar de ser um ano eleitoral, 2018 foi um ano sem grandes alterações no quadro de servidores do TRE/MA. Como este benefício se aplica somente aos servidores do quadro e servidores requisitados detentores de função comissionada, a ação apresentou apenas uma pequena elevação em relação ao ano anterior.																		
0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de	251.08	97.08	--	41.55	41.55	41.55	42,81	0	--	--	--	--	--	--	--	0	0	--

Legenda: EFLOA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)
ECLOA - Eficácia (Meta Física Realizada /Meta Física na LOA)

" - " - Indicador não calculável.
" * " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.
" * * " - Campo com 'preenchimento opcional'.
- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Demonstrativo Contábil



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70005 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSION 25/03/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	222.375.303,64	183.999.590,75
Ordinárias	-	-	Ordinárias	200.640.408,98	164.332.514,46
Vinculadas	-	-	Vinculadas	21.734.894,66	19.667.076,29
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		16.857.736,29
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Previdência Social (RPPS)	18.535.624,66	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos de Receitas Financeiras		-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.199.270,00	2.809.340,00
Transferências Financeiras Recebidas	215.671.109,83	183.154.811,61	Transferências Financeiras Concedidas	1.717.102,52	1.184.080,79
Resultantes da Execução Orçamentária	213.170.930,58	178.938.906,66	Resultantes da Execução Orçamentária	255.299,22	43.441,31
Sub-repasse Recebido	213.170.930,58	178.938.906,66	Sub-repasse Devolvido	255.299,22	43.441,31
Independentes da Execução Orçamentária	2.500.179,25	4.215.904,95	Independentes da Execução Orçamentária	1.461.803,30	1.140.639,48
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.500.000,00	4.200.000,00	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.461.803,30	1.140.639,48
Demais Transferências Recebidas	7,00	7.945,44	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	172,25	7.959,51	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	15.513.521,70	8.192.406,98	Despesas Extraorçamentárias	6.843.582,26	5.707.085,15
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	213.910,57	136.595,08	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	136.595,08	113.377,56
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.393.281,16	6.866.662,67	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	6.262.281,26	5.529.292,89
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	444.705,92	64.414,70	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	444.705,92	64.414,70
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.461.624,05	1.124.734,53	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.461.624,05	1.124.734,53			
Saldo do Exercício Anterior	3.304.763,27	2.848.301,37	Saldo para o Exercício Seguinte	3.553.406,38	3.304.763,27
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.304.763,27	2.848.301,37	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.553.406,38	3.304.763,27
TOTAL	234.489.394,80	194.195.519,96	TOTAL	234.489.394,80	194.195.519,96

6 Desempenho financeiro e informações contábeis

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- > 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	70005 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
EMISSAO 25/03/2019	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

6 Desempenho financeiro e informações contábeis

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70005 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/03/2019	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			222.375.303,64	222.375.303,64
TOTAL	-	-	222.375.303,64	222.375.303,64
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	175.659.507,00	187.949.261,00	217.256.804,40	208.315.441,70	208.166.407,63	-29.307.543,40
Pessoal e Encargos Sociais	139.075.396,00	152.561.856,00	159.555.975,95	159.555.975,95	159.555.975,95	-6.994.119,95
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	36.584.111,00	35.387.405,00	57.700.828,45	48.759.465,75	48.610.431,68	-22.313.423,45
DESPESAS DE CAPITAL	5.705.253,00	7.020.085,00	5.118.499,24	666.580,78	601.704,28	1.901.585,76
Investimentos	5.705.253,00	7.020.085,00	5.118.499,24	666.580,78	601.704,28	1.901.585,76
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	181.364.760,00	194.969.346,00	222.375.303,64	208.982.022,48	208.768.111,91	-27.405.957,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-

6 Desempenho financeiro e informações contábeis

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70005 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSION 25/03/2019	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	181.364.760,00	194.969.346,00	222.375.303,64	208.982.022,48	208.768.111,91	-27.405.957,64
TOTAL	181.364.760,00	194.969.346,00	222.375.303,64	208.982.022,48	208.768.111,91	-27.405.957,64

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	705.203,37	2.728.176,02	2.205.126,33	2.205.126,33	747.855,94	480.397,12
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	705.203,37	2.728.176,02	2.205.126,33	2.205.126,33	747.855,94	480.397,12
DESPESAS DE CAPITAL	-	4.138.486,65	4.057.154,93	4.057.154,93	81.184,72	147,00
Investimentos	-	4.138.486,65	4.057.154,93	4.057.154,93	81.184,72	147,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	705.203,37	6.866.662,67	6.262.281,26	6.262.281,26	829.040,66	480.544,12

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	27.111,62	27.111,62	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	27.111,62	27.111,62	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	109.483,46	109.483,46	-	-
Investimentos	-	109.483,46	109.483,46	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	136.595,08	136.595,08	-	-

6 Desempenho financeiro e informações contábeis

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70005 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
EMISSAO 25/03/2019	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	5.564.338,65	5.599.013,72	PASSIVO CIRCULANTE	4.384.932,84	1.352.307,45
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.553.406,38	3.304.763,27	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4.132.354,60	1.122.282,65
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	124.136,20	252.883,45	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	218.781,41	202.970,33
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	1.865.019,86	2.000.246,08	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	21.776,21	41.120,92	Demais Obrigações a Curto Prazo	33.796,83	27.054,47
ATIVO NÃO CIRCULANTE	94.581.179,40	118.292.221,94	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	4.384.932,84	1.352.307,45
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	92.271.947,20	115.961.017,90	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	39.736.809,13	43.508.363,67	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	75.345.847,89	72.640.734,51	Resultados Acumulados	95.760.585,21	122.538.928,21
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-35.609.038,76	-29.132.370,84	Resultado do Exercício	-26.377.953,77	-1.625.569,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	122.538.928,21	124.464.309,21
Bens Imóveis	52.535.138,07	72.452.654,23	Ajustes de Exercícios Anteriores	-400.389,23	-299.812,00
Bens Imóveis	52.994.562,48	72.826.004,88	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-459.424,41	-373.350,65	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	95.760.585,21	122.538.928,21
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	2.309.232,20	2.331.204,04			
Softwares	2.309.232,20	2.331.204,04			
Softwares	2.309.232,20	2.331.204,04			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			

6 Desempenho financeiro e informações contábeis

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70005 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
EMISSAO 25/03/2019	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	100.145.518,05	123.891.235,66	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	100.145.518,05	123.891.235,66

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	3.553.406,38	3.304.763,27	PASSIVO FINANCEIRO	14.114.790,32	7.735.515,59
ATIVO PERMANENTE	96.592.111,67	120.586.472,39	PASSIVO PERMANENTE	4.132.354,60	1.122.282,65
			SALDO PATRIMONIAL	81.898.373,13	115.033.437,42

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.289.191,23	1.273.127,27	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	19.637.366,09	13.393.770,66
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.289.191,23	1.273.127,27	Execução dos Atos Potenciais Passivos	19.637.366,09	13.393.770,66
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.289.191,23	1.273.127,27	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	19.637.366,09	13.393.770,66
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	1.289.191,23	1.273.127,27	TOTAL	19.637.366,09	13.393.770,66

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-11.426.547,75
Recursos Vinculados	865.163,81
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	865.163,81
TOTAL	-10.561.383,94

6 Desempenho financeiro e informações contábeis

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70005 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
EMISSAO 25/03/2019	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	5.016.985,78	3.595.631,43
INGRESSOS	217.577.439,80	184.343.960,84
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	217.577.439,80	184.343.960,84
Ingressos Extraorçamentários	444.705,92	64.414,70
Transferências Financeiras Recebidas	215.671.109,83	183.154.811,61
Arrecadação de Outra Unidade	1.461.624,05	1.124.734,53
DESEMBOLSOS	-212.560.454,02	-180.748.329,41
Pessoal e Demais Despesas	-193.145.153,60	-163.387.497,88
Legislativo	-	-
Judiciário	-174.496.170,33	-144.934.794,59
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-18.637.535,27	-18.452.703,29
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-

6 Desempenho financeiro e informações contábeis

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70005 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
EMISSAO 25/03/2019	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2018	2017
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-11.448,00	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-17.253.491,98	-16.112.336,04
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-17.253.491,98	-16.112.336,04
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-2.161.808,44	-1.248.495,49
Despêndios Extraorçamentários	-444.705,92	-64.414,70
Transferências Financeiras Concedidas	-1.717.102,52	-1.184.080,79
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.768.342,67	-3.139.169,53
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-4.768.342,67	-3.139.169,53
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.699.792,67	-2.527.769,53
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-68.550,00	-611.400,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	248.643,11	456.461,90

6 Desempenho financeiro e informações contábeis

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- > 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	70005 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCICIO
2018

PERIODO
Anual

EMISSAO
25/03/2019

PAGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.304.763,27	2.848.301,37
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.553.406,38	3.304.763,27

6 Desempenho financeiro e informações contábeis

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70005 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
EMISSAO 25/03/2019	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	235.637.176,61	187.059.232,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	218,10	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	218,10	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	217.277.437,81	185.142.276,90
Transferências Intragovernamentais	215.671.109,83	183.154.811,61
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.606.327,98	1.987.465,29
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	16.897.949,50	792.207,44
Reavaliação de Ativos	16.081.257,69	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	783.489,26	27.137,50
Ganhos com Desincorporação de Passivos	33.202,55	765.069,94
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.461.571,20	1.124.748,60
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

6 Desempenho financeiro e informações contábeis

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70005 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
EMISSAO 25/03/2019	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.461.571,20	1.124.748,60
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	262.015.130,38	188.684.801,94
Pessoal e Encargos	154.068.983,47	135.234.844,27
Remuneração a Pessoal	126.328.002,24	108.771.185,64
Encargos Patronais	17.418.810,02	16.179.501,49
Benefícios a Pessoal	10.322.171,21	10.284.157,14
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18.630.381,86	17.291.970,78
Aposentadorias e Reformas	12.005.374,23	11.440.228,20
Pensões	6.583.454,52	5.762.593,62
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	41.553,11	89.148,96
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	47.122.252,22	33.277.759,11
Uso de Material de Consumo	3.265.797,85	1.511.051,15
Serviços	37.884.971,28	25.485.847,52
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.971.483,09	6.280.860,44
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	96,70	10,53
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	96,70	10,53
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	4.724.441,27	2.786.469,42
Transferências Intragovernamentais	1.717.102,52	1.184.080,79
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.007.338,75	1.602.388,63
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	37.307.190,72	92.370,91
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	2.369.344,60	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	2.054,70	24.797,11
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	34.935.791,42	67.573,80

6 Desempenho financeiro e informações contábeis

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- > 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70005 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
EMISSAO 25/03/2019	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Tributárias	161.715,59	1.373,38
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	161.715,59	1.373,38
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	68,55	3,54
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	68,55	3,54
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-26.377.953,77	-1.625.569,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017

Notas explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2018	2017	AH(%)
IMOBILIZADO	92.271.947,20	115.961.017,90	20,43%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	75.345.847,89	72.640.734,51	3,72%
(-) Depreciação/Amor/Exaustão Acum.	(35.609.038,76)	(29.132.370,84)	22,23%
Bens Imóveis			
(+) Valor bruto Contábil	52.994.562,48	72.826.004,88	- 27,23%
(-) Depreciação/Amor/Exaustão Acum.	(459.424,41)	(373.350,65)	23,05%
Intangível			
Software	(2.309.232,20)	2.331.204,04	- 0,94%

Nota 1 Bens Móveis

Em 2018 no subgrupo Bens Móveis ocorreu uma variação positiva de 3,72% em relação ao exercício anterior, representando um valor de R\$ 2.705.113,30. A “depreciação” no valor de R\$ 35.609.038,76 foi motivada por algumas “baixas” efetuadas no período, referentes a doação de cadeiras, condicionadores de ar, estabilizadores, mesas para escritórios, impressoras, longarinas, microcomputadores, monitores, no break, poltronas, aparelhos de fax e telefônicos, armários, arquivos de aço, bomba centrífuga, switch para redes, televisores, estação de trabalho, fichários, ventiladores – doados para a Associação Beneficente das Mães de Vila Nova do Parque Primavera – Japão, Associação das Donas de Casa da Salina do Sacavem, Centro Cultural e Educacional da Vila Embratel, Clube das Mães da Liberdade e Fundação Antônio Jorge Dino, conforme informação do Chefe da Seção de Patrimônio.

Nota 2 Bens Imóveis

Este subgrupo é representado pelas contas de Bens de Uso especial, Edifícios, Terrenos/Glebas, Bens Intangíveis/Software, Depreciação/Amortização Acumulada, apresentando um saldo total no exercício 2018 de R\$ 52.994.562,48, o que representa uma variação horizontal negativa de -27,23% em relação ao exercício anterior. Essa baixa decorre da reavaliação dos bens imóveis na conta edifício, não registrada no SPIUNET, conforme ofício n. 66.813/2017 – MP, orientação nr. 02/2013– COFIC/SOF/TSE e autorização constante no PAD 5106/2018 para baixa e transferência das contas dos imóveis no SIAFI.

Nota 3 Intangível

No subgrupo Intangível o item Software com vida útil definida apresentou em 31/12/2018 o total de R\$ 2.309.232,20. A conta Marcas, Direito, Patentes Industrial, que tratava de Software deste Tribunal, teve a classificação registrada de forma indevida, por não representar registro correto para as atividades da Justiça Eleitoral. Posteriormente houve a devida regularização, em atendimento ao plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais da Secretaria do Tesouro Nacional, estabelecido através da Portaria nº. 548 de 24 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União.

6 Desempenho financeiro e informações contábeis

1 Visão Geral

2 Planejamento organizacional, governança e resultados

3 Gestão de riscos e controles internos

4 Áreas especiais da gestão

5 Relacionamento com a sociedade

➤ 6 Desempenho financeiro e informações contábeis

7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle

8 Declaração de Integridade

PASSIVO CIRCULANTE	2018	2017	AH(%)
PASSIVO	4.384.932,84	1.352.307,45	224,26%
Obrigações Trabalh., Previd.e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4.132.354,60	1.122.282,65	268,21%
Fornecedores e Contas a pagar a Curto Prazo	218.781,41	202.970,33	7,79%
Demais Obrigações a Curto Prazo	33.796,83	27.054,47	24,92%

Nota 4 PASSIVO- Pessoal a Pagar - Curto a Prazo (CP)

Este subgrupo de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistência a Pagar a Curto prazo apresentou um saldo de R\$ 3.010.071,95, o que representa uma variação positiva de 268,21% em relação ao exercício de 2017.

Aludida variação decorre de alguns fatores:

- Atualização do passivo com juros referentes a URV de Agentes Políticos, Quintos de Servidores e Pensão Civil do exercício de 2018, conforme informações repassadas pela Seção de Pagamento, através de e-mail do dia 01/01/2019.
- Férias a Pagar apropriada de acordo com o Sistema de Relatório da Folha de Pagamento, consoante Acórdão do Tribunal de Contas da União/TCU 1322/2018 e novos procedimentos da Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – CCONT/STN.

Nota 5 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto prazo

Houve um aumento de R\$ 15.811,08, representando uma variação positiva horizontal de 7,79% em relação ao exercício anterior. Fatores que contribuíram para esse aumento: cancelamento de pagamento por falta de abertura de conta vinculada em nome da empresa S. H Vigilância EIRELI – EPP; cancelamento de pagamento em razão de rescisão contratual com a empresa Maxximus Manutenção e Serviços Ltda.; liquidação de despesas com a aquisição de armários de madeira, televisores, material elétrico e eletrônico com as empresa Comercial Eliane EIRELI, Une Industria e Comércio de Mobiliários e Componentes, Vanguarda e informática Ltda. e Brasumix EIRELI, respectivamente.

Nota 6 Demais Obrigações a Curto Prazo

Houve um aumento no exercício de 2018 no valor de R\$ 6.742,36, representando uma variação de 24,92% em relação ao ano anterior, devido à não realização da retenção de valor da conta vinculada da empresa Supritech Soluções Corporativas Ltda., que presta serviços de tele atendimento da Central de Atendimento a Eleitores nas dependências da Ouvidora do TRE-MA.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Nota 7 Variações Patrimoniais Aumentativas

Houve um aumento de aproximadamente R\$ 48.577.943,67, correspondente a uma variação horizontal de 25,97% em relação ao exercício 2017, o qual decorrerá dos seguintes motivos: recebimento de sub-repasse referente aos reajustes salariais dos funcionários da Ativa, Inativo e Pensionista; pagamento de custeio com Restos a Pagar, conforme resolução do TSE nº 23.324, de 19/08/2010; arrecadação financeira de multas eleitorais; Doações de Recebimento de Coletoras de Dados e Docas de Carregamento da Unidade Gestora do TRE-AC, conforme termo de cessão 001/2018; recebimento de urnas eletrônicas da Unidade Gestora do TRE-PR, Unidades de Display LCD UE e formulários de títulos Eleitorais doados pelo Unidade Gestora do Ceará, Reavaliação dos Imóveis de uso especial no SPLunet; recebimento de lacre de Urnas Eletrônicas fornecida pela casa de moeda do Brasil adquirida pelo TSE; reposição de peças para urnas eletrônicas.

Nota 8 Variações Patrimoniais Diminutivas

Ocorreu uma variação horizontal positiva de 38,86%, o que representa um montante de aproximadamente de R\$ 73.330.328,44. Destacam-se os seguintes motivos: pagamentos decorrentes de benefícios de alimentação em pecúnia aos mesários e colaboradores envolvidos com os trabalhos voltados para a realização do primeiro e segundo turno das eleições de 2018, bem como apoio logístico aos locais de votação e motoristas que estiveram à disposição dos Cartórios Eleitorais nos interiores; pagamento de remuneração com seus benefícios e encargos patronais; aumento da necessidade de compra de materiais relacionados à realização e organização das eleições gerais; sub-repasse devolvido para o TSE; doações de bens móveis antieconômicos à Fundação Antonio Dino e outras Instituição de caridade; baixas de terrenos em razão da conclusão de prédios e baixas de urnas eletrônicas por desfazimento.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nota 9 Receitas

Para o exercício de 2018, tivemos um saldo de R\$ 1.247.216,25 decorrentes de Arrecadação de Multas Administrativas com representação informadas por códigos de depósitos de Multas Código Eleitoral/Leis Conexas, representando assim uma variação positiva de 24,63% aproximadamente em relação ao exercício 2017.

Nota 10 Despesa

A execução das Despesas Correntes (despesa pagas no exercício 2018) foi de 208.166.407,63 da Dotação inicial atualizada decorrente de Crédito Orçamentário e Especial para pagamento de despesas com Pessoal e Encargos Sociais. Foram executadas 8,57% aproximadamente das Dotações de Despesas de Capital atualizada no valor de R\$ 601.704,28. As despesas que mais se destacaram foram as aquisições de Notebook de alto desempenho com a firma Portela Logística e Construção Eireli, Modulus de Cópias de Segurança com instalação com a empresa Compwire Informática S/A, Instalação de Equipamento de Segurança Eletrônica para Circuito Fechado de Televisão (CFTV) adquirido com a empresa Fonmart Tecnologia Ltda.

Nota 11 Restos A Pagar Não Processados

Este subgrupo apresentou um aumento de R\$ 7.149.965,36, que representa uma variação de 51.75% em relação ao exercício de 2017, decorrente de licitações realizadas próximas ao final do exercício, dificultando o pagamento imediato.

Nota 12 Restos a Pagar Processado

Neste subgrupo houve um aumento de R\$ 23.217,52 em relação ao exercício anterior por motivo de liquidação de despesa e não paga no final do exercício.

Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

O processo de verificação da conformidade contábil no âmbito desta UPC foi realizada pela Setorial Contábil (070173) vinculada a Seção de Contabilidade Analítica e Gerencial (SECON) da Coordenadoria de Orçamento e Finanças(COFIN), pertencente à Secretaria de Administração e Finanças.

A unidade Gestora executora (070005) do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) fazem parte da SECON/COFIN/SAF observando a segregação de função no processo de registro da conformidade, de acordo com o art. 61, XIII do Regulamento Interno da Secretaria do TRE/MA.

Após consulta no Sistema de Administração do Governo Federal (SIAFI) foram verificadas e constadas pelo contador responsável da unidade de acompanhamento da execução contábil que foram realizadas a conformidade de todos os meses no exercício de 2018, sendo encontradas ocorrência com restrição conforme abaixo:

- Nos dias 29 janeiro, 23 de abril, 31 de agosto e 4 de setembro não foram realizadas a conformidade diárias, em consequência de indisponibilidade da Rede Local e feriados longos, mais posteriormente todos os documentos emitidos dos referidos dias foram analisados e verificados não encontrando nenhum problema.
- Nos meses de março e dezembro foram realizadas conformidade com restrição 459(erro/insuficiência no campo observação) e restrição 212(numero procedimento indevido na ordem bancaria).

Declaração do Contador

Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Denominação completa (UJ): TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
Código da UG: 070005



*Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI
(Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as
Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do
Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao
exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação
orçamentária, financeira e patrimonial desta unidade jurisdicional,
código UG 070005, que apresenta Relato Integrado.*

*Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta
declaração.*

São Luís, MA em 23 de abril de 2019.


Cloves de Jesus Cardoso Conceição
Analista Judiciário – Contador do TRE/MA
CRC N.º 004952/0-5

Análise de Custos

GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504/2016, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101/2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2018, Lei nº 13.473/2017, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de sistemática de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”.

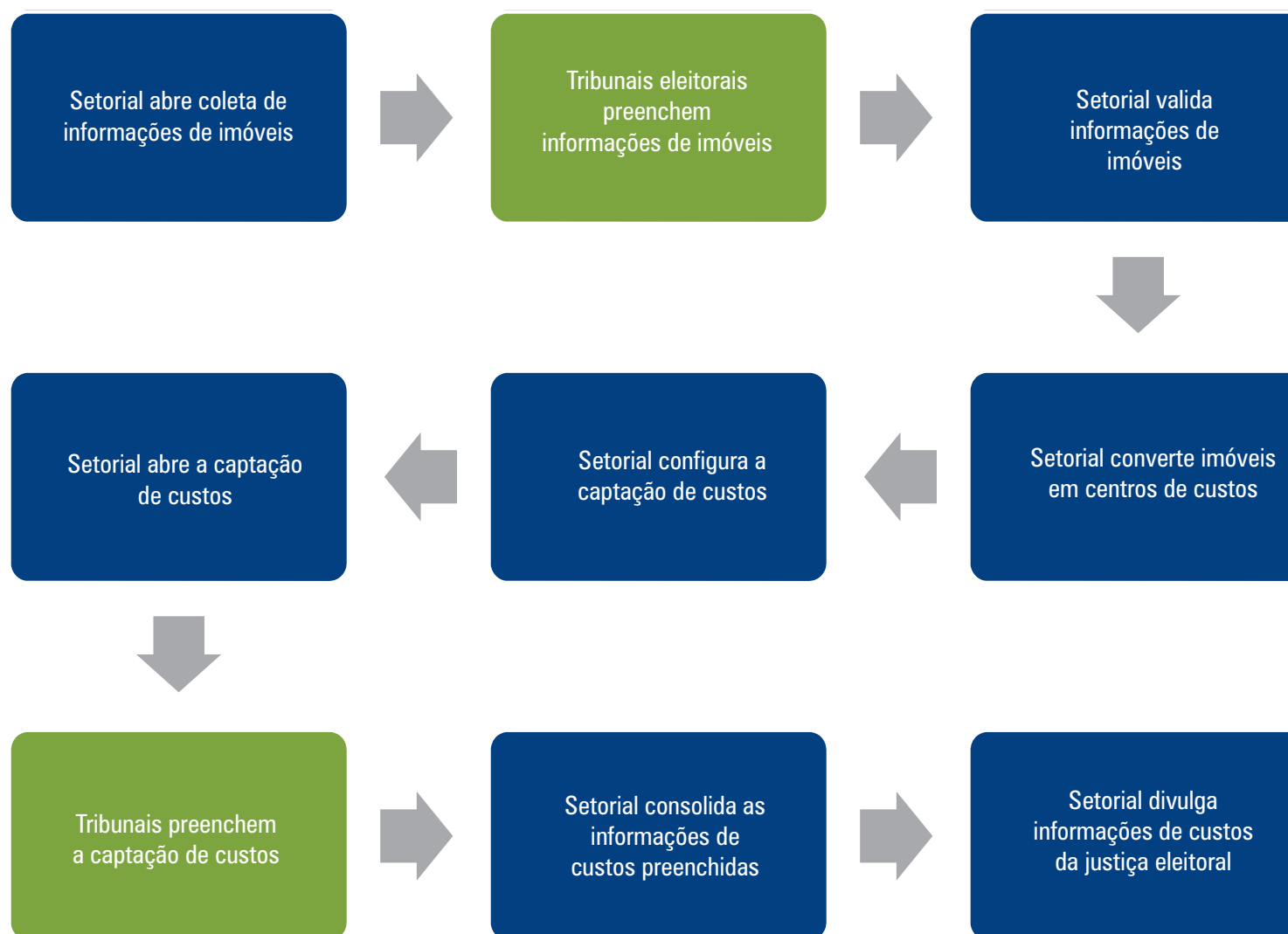
Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos

própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir aproximadamente 2.900 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, pelos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

Em termos de fluxo, o processo ocorre da seguinte maneira:



6 Desempenho financeiro e informações contábeis

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade

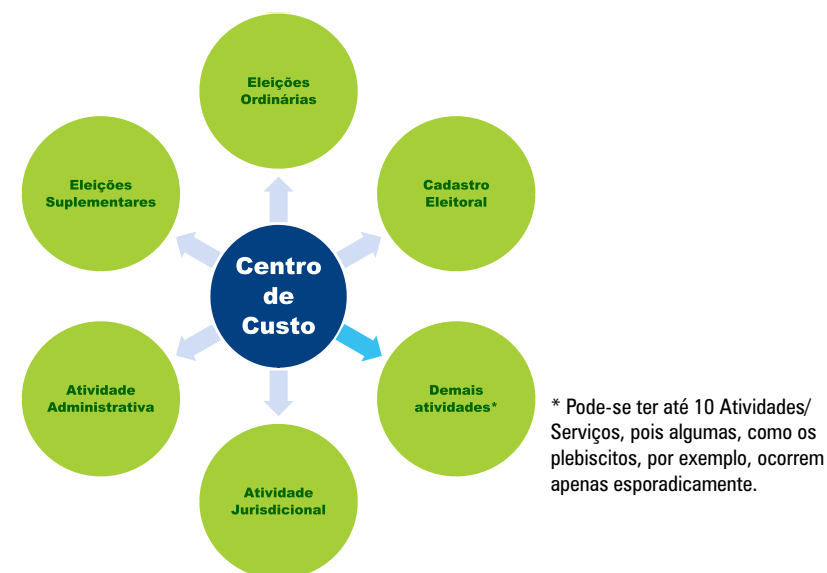
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, respondemos à questão “Com o quê?”, que apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



No eixo das “Atividades/Serviços”, respondemos à questão “Para quê?”, que apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade em troca dos recursos utilizados:



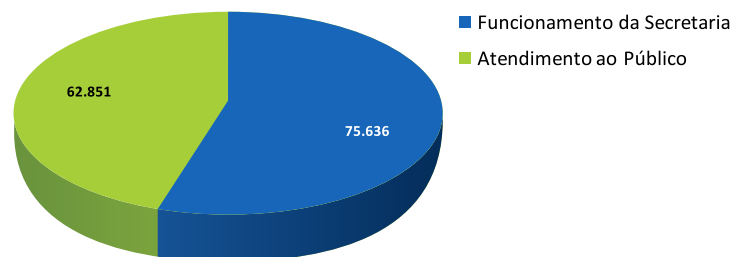
* Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, pois algumas, como os plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Esse eixo da sistemática ainda se encontra em fase de construção na Justiça Eleitoral, não apresentando dados disponíveis. A previsão é que para o próximo ciclo de custos a Justiça Eleitoral também disponibilize as informações relativas a esse eixo para consulta pública.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2018, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destacam-se a divisão dos custos entre os imóveis que fazem atendimento direto ao público e os imóveis que servem ao funcionamento das secretarias dos Tribunais Eleitorais, e o agrupamento dos itens de custo em grandes temas.

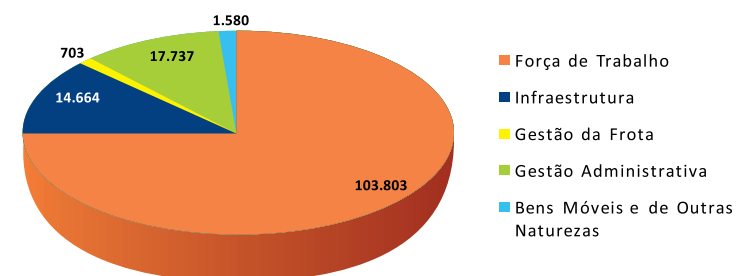
No que diz respeito aos custos de 2018 do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão os dados apurados, divididos entre atendimento ao público e funcionamento das secretarias, são os demonstrados no gráfico a seguir:

Atendimento ao Público X Funcionamento das Secretarias (em R\$ mil)



Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, foram obtidos os resultados apresentados no gráfico a seguir:

Custos por Subgrupos (em R\$ mil)

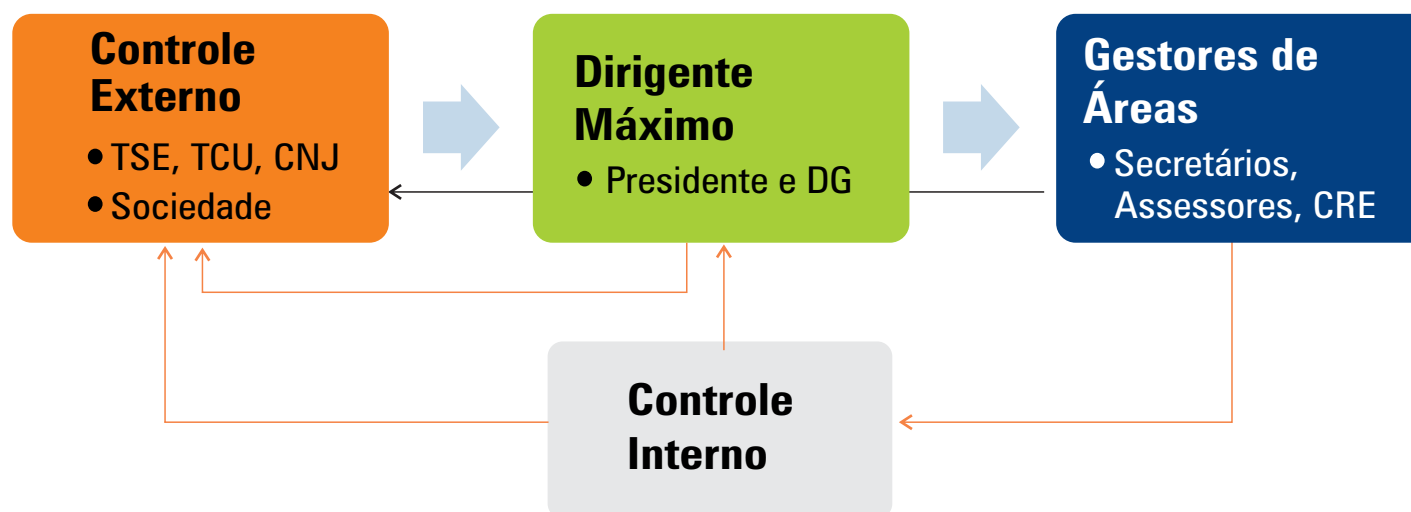


Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, inclusive com a incorporação de novas técnicas e ferramentas em anos vindouros, a fim de contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também ao público em geral.



**Conformidade da gestão e
demandas dos órgãos de controle**

Relação de Prestação de Contas



Legenda:



Delegação de recursos



Prestação de contas



Monitoramento da relação de Prestação de Contas - *Accoutability*

RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Em 2018 realizou-se 1 (uma) auditoria integrada com o TSE e os Regionais Eleitorais (Resolução TSE 23.500/2016), e 1 (uma) Ação Coordenada pelo CNJ, através de 1 (um) questionário para levantamento de informações, de acordo com a Resolução CNJ 171/2013, obedecendo-se assim o Plano Anual de Auditoria (PAA), vez que este Tribunal não emitiu o Relatório de Auditoria do exercício de 2017, pois assim entendeu o TCU de não julgar as contas deste Tribunal, conforme DN TCU 163/2017.

A íntegra do Relatório de Auditoria n.º 01/2018 – Processo de Gestão da Força de Trabalho na Justiça Eleitoral e do Questionário para levantamento de informações para auditoria: Ação Coordenada de Auditoria: Tema – Governança e Gestão de Tecnologia da Informação pode ser acessadas em:

<http://www.tre-ma.jus.br/transparencia/planos-de-auditoria-interna/auditorias/lista>



OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

O art. 74, I, II e III da Constituição Federal dispõe que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

Com relação ao inciso I citado, a unidade de controle Interno considera que o embrião do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA) foi a Emenda Constitucional 19/1998, que acrescentou o princípio da eficiência ao rol do art. 37.

O TRE/MA instituiu através da Resolução n.º 7.745, de 17/12/2009, o Plano Estratégico para o quinquênio 2010–2014 coadunado com os Planos estratégicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esse Plano foi revisado pela primeira vez por meio da Resolução TRE/MA n.º 8.100, de 15/9/2011 e pela segunda vez por meio da Resolução n.º TRE/MA 8.324, de 17/12/2012.

Atualmente encontra-se em vigor a Resolução TRE/MA 8.658, de 31/03/2015 (DJE 27/4/2015), que dispõe sobre o Planejamento Estratégico para o sexênio 2015–2020, considerando a Resolução CNJ n.º 198/2014.

No que tange à avaliação das metas previstas no Planejamento Estratégico constatamos que foram cumpridas integralmente 56%, cumpridas parcialmente 27%, não cumpridas 11%, em construção 4%, não mensurado 2%.

Assim, o desempenho foi regular, levando em conta a escala abaixo:

MUITO BOM	entre 90% e 100% de cumprimento
BOM	entre 71% e 89%
REGULAR	entre 50% e 70%
INSATISFATÓRIO	entre 30% e 49%
RUIM	abaixo de 30%

II comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

Os resultados quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos e metas físicas e financeiras planejados, neste momento, demonstram a existência de fatos que influenciaram o desempenho da ação administrativa, sendo necessária a tomada de providências excepcionais, em confronto com os indicadores orçamentários e financeiros.

III exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

Não se aplica à Auditoria Interna do Poder Judiciário. Informamos ainda que o Órgão de Controle Interno (OCI) da Unidade Prestadora de Contas (UPC) analisa os processos referentes à admissão, aposentadoria, pensão, abono de permanência, adicional de qualificação, ajuda de custo, licenças, auxílio-funeral, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, gratificações, opção de função, quintos, vacância e exoneração.

Demandas do TCU

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
PAD	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5021/2018				Determinação	Ofício 2078/2018 – TCU/Sefip, de 08/05/2018
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Data da ciência
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO					21/05/2018
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					
OCI					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Cumprimento da determinação, vez que a SEAUD (AI)/COCIN (OCI) disponibiliza mensalmente até o dia 15 no sistema e-Pessoal/TCU os dados cadastrais e respectivas fichas financeiras geradas pela SEPAG/SAF, que envia, via e-mail, à AI, até dia 10 de cada mês.					

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
PAD	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9868/2018	TC 027.403/2018-1	1751/2017 - Plenário	1.8	Diligência	Ofício 2672/2018 – TCU/SECEX-MA, de 28/08/2018
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Data da ciência
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO					05/09/2018
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					
PRESIDÊNCIA					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Cumprimento da determinação, através do Ofício 1443/2018-GABSAF, de 18/9/2018, no prazo concedido (doc. 109485/2018, PAD 9868/2018). Informamos ainda que consta a informação da instauração da Tomada de Contas Especial, de acordo com a decisão proferida pelo Presidente em 20/9/2018, no doc. 107962/2018, PAD de origem 9868/2018 (PAD próprio nº. 3063/2019), com o objetivo de apurar responsabilidades pela ocorrência de irregularidades cometidas em desfavor da Administração Pública Federal.					

7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle

- 1 Visão Geral
- 2 Planejamento organizacional, governança e resultados
- 3 Gestão de riscos e controles internos
- 4 Áreas especiais da gestão

- 5 Relacionamento com a sociedade
- 6 Desempenho financeiro e informações contábeis
- > 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- 8 Declaração de Integridade

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
PAD	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10973/2018	TC 017.368/2016-2	1832/2018 - Plenário	9.1 e 9.2	Diligência	Ofício 0500/2018 – TCU/Sefit, de 31/08/2018
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Data da ciência
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO					01/10/2018
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					
DG					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento parcial da determinação em 15/10/2018. A integralidade da determinação em 180 dias ocorreu no exercício vigente, em 1/4/2019, todos nos prazos devidos.					

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
PAD	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13674/2018				Diligência	Ofício 5450/2018 – TCU/Sefip, de 16/11/2018
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Data da ciência
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO					30/11/2018
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					
SGP					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Cumprimento da determinação. Regularização das falhas detectadas e emissão de novo Ato de aposentadoria, via Sistema e-Pessoal TCU.					

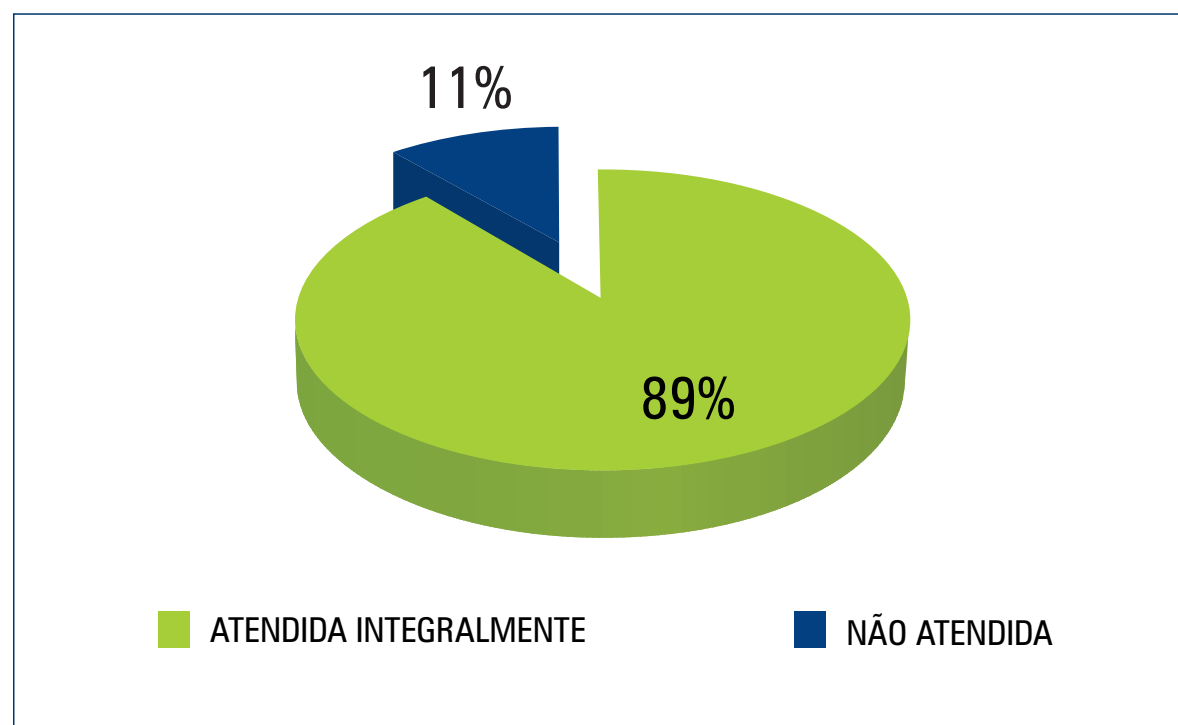
Demandas do CNJ

No exercício de 2018, houve 18 demandas oriundas do Conselho Nacional de Justiça, das quais somente 2 não foram cumpridas (PADs nº 10.969 e 11.172/2018):

O procedimento administrativo disciplinar (PAD) nº 10.969/2018 trata de determinação do CNJ para que todos os tribunais equipem e utilizem o Sistema de Videoconferência. O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão encaminhou ofício n.º 524/2019, informando que solicitará estudo de viabilidade técnica e proposta comercial, para a realização do upgrade dos links de dados que estão abaixo da velocidade limite estabelecida, bem como o aporte financeiro no orçamento de 2019 para sustentar o acréscimo do valor do contrato decorrente do aumento de velocidade dos links; e iniciar o processo de aquisição dos demais itens (STIC).

A demanda contida no PAD nº 11.172/2018, trata do cumprimento da Resolução CNJ 204/2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas, determinando que o Tribunal instituisse Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas com magistrados em sua composição, o que ocorreu em 2019, por estarmos aguardando orientações do Tribunal Superior Eleitoral (SGP).

DEMANDAS DO CNJ EM 2018



7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle

1 Visão Geral
2 Planejamento organizacional, governança e resultados
3 Gestão de riscos e controles internos
4 Áreas especiais da gestão

5 Relacionamento com a sociedade
6 Desempenho financeiro e informações contábeis
➤ 7 Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
8 Declaração de Integridade

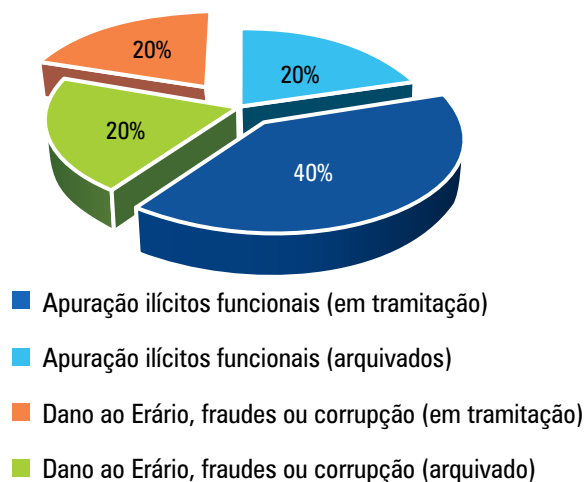
ASSUNTO	SITUAÇÃO DA DEMANDA EM 31/12/2018
CNJ encaminha cópia do Acórdão nº 1961/2017 - Plenário do TCU Exigência do ressarcimento dos valores relativos às licenças-prêmios convertidas em pecúnia dos servidores que ingressaram com pedido de reversão de aposentadoria voluntária, para ciência e implementação do referido acórdão.	Atendida Integralmente
Ofício-Circular TSE nº 82 GAB-DG - Acompanhamento. Cumprimento de Decisão (Cumpridec) da Resolução-CNJ nº 46/2007, Instituição das tabelas processuais unificadas no SADP	Atendida Integralmente
Ofício-Circular nº 128 GAB-DG - Ciência. Acompanhamento de Cumprimento de Decisão CNJ nº 0002823-44.2018.2.00.0000 – Referente à Resolução CNJ nº 244/2016, que dispõe sobre a regulamentação do expediente forense no período natalino e da suspensão dos prazos processuais, e dá outras providências	Atendida Integralmente
Ofício-Circular nº 129 GAB-DG-TSE. Ciência. Acórdão relativo ao Acompanhamento de Cumprimento de Decisão CNJ nº 0002821-74.2018.2.00.0000, sobre a Política Nacional de Segurança da Informação do Poder Judiciário	Atendida Integralmente
Informações sobre o cumprimento da Resolução CNJ 232/2016 (valores dos honorários a serem pagos aos peritos na Justiça de primeiro e segundo graus nos termos do art. 95, § 3.º, II do CPC) nesta Justiça Especializada.	Atendida Integralmente
Requer informações sobre o cumprimento da Resolução CNJ 233/2016, que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgão técnico ou científico na justiça de primeiro e segundo graus.	Atendida Integralmente
CNJ - apresentar manifestação sobre solicitação da CONDEGE, solicitação de carta precatórias e cópia dos autos aos advogados ou defensores públicos	Atendida Integralmente
Solicita informações sobre o cumprimento do art. 5.º da Res. CNJ 83/2009, que dispôs sobre a data de atualização da divulgação, no sítio eletrônico do Tribunal da lista de veículos oficiais	Atendida Integralmente
Determinação do CNJ para esclarecer se a composição da unidade que desempenha as funções do núcleo de estatística e gestão estratégica está em conformidade com o § 1.º do art. 1.º da Resolução CNJ 49/2007.	Atendida Integralmente
CNJ - esclarecer se a composição da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão atende ao disposto no art. 10 da Resolução CNJ 230/2016, pelo qual se prevê a participação de magistrados e servidores, com e sem deficiência.	Atendida Integralmente
Informações sobre a aplicação da Resolução - CNJ n.º 215/2015, que trata da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).	Atendida Integralmente
Informações sobre o cumprimento da Resolução CNJ 227/2016, que dispõe sobre o teletrabalho no Poder Judiciário ACD - 0003594-90.2016.	Atendida Integralmente
CNJ - Conselho Nacional de Justiça encaminha cópia do Provimento nº 75/2018 de 6 de setembro de 2018, que dispõe sobre a adoção do sistema nacional de videoconferência entre os magistrados e as unidades de 1º grau.	Não Atendida
Ofício-Circular TSE nº 284 GAB-DG - Resolução CNJ nº 258/2018 - que alterou a Resolução CNJ nº 240/2016, a qual dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário. Distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de 1º e 2º Graus	Atendida Integralmente
Ofício-Circular TSE nº 283 GAB-DG - Resolução CNJ nº 259/2018.	Atendida Integralmente
Requer informações sobre o cumprimento pelo TRE/MA da Resolução CNJ 204/2016 - dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário.	Não Atendida
Solicita especial atenção quanto à adoção das medidas necessárias à efetiva implementação do sistema nacional de videoconferência entre a Corregedoria Nacional de Justiça e as unidades jurisdicionais brasileiras.	Atendida Integralmente
Ofício- Circular nº 27/CN-CNJ/2018 – recomendações acerca de procedimentos a serem instaurados no âmbito das corregedorias dos tribunais para a apuração de condutas de magistrados a eles vinculados.	Atendida Integralmente

Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares

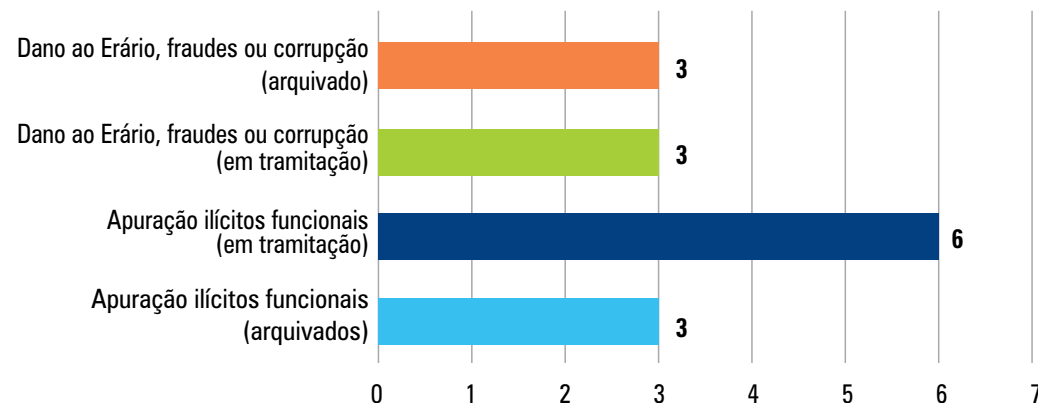
COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

No ano de 2018, tramitaram, no total, 15 (quinze) processos, sendo 9 visando apurar ilícitos funcionais e/ou infrações disciplinares, e outros 6 a apuração de dano ao erário, fraude ou corrupção.

PROCESSOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR



PROCESSOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR



Atividades da Corregedoria

A Corregedoria implementou ações de aprimoramento das rotinas de trabalho, com destaque para a continuidade do projeto Biometria, a realização de revisões do eleitorado e a instalação do Processo Judicial Eletrônico, seguindo os direcionamentos da Corregedoria Geral Eleitoral (CGE), do CNJ e do TRE-MA.

Coordenou, de forma efetiva, os trabalhos das eleições 2018, frente a um cenário marcado por inovações jurídicas e tecnológicas, notadamente o impacto das mídias sociais no espaço das discussões políticas, atuando para que os esforços de magistrados, servidores e demais envolvidos, fossem direcionados para a garantia da efetividade e segurança do processo eleitoral.

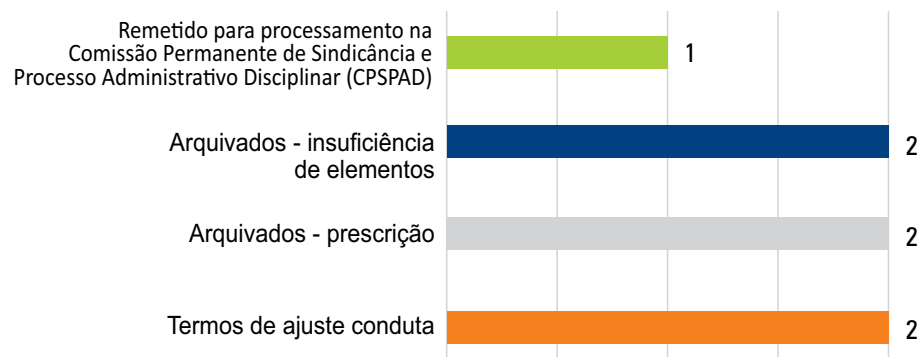


Comissão de Ética

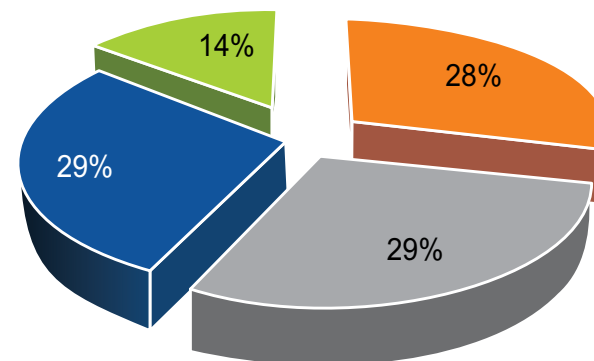
A atual composição da Comissão de Ética está designada pela Portaria nº 995/2018, com o objetivo de apurar as condutas dos servidores do TRE-MA, os ocupantes de cargo efetivo e cargo comissionado, assim como os servidores requisitados, removidos e lotados provisoriamente, de acordo com o Código de Ética, instituído pela Resolução nº 8399/2013.

Em 2018 foram analisados 7 processos para apurar supostas infrações ao Código de Ética e todos foram concluídos no âmbito da Comissão, conforme demonstração abaixo:

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DOS TRABALHOS
REALIZADOS NA COMISSÃO DE ÉTICA



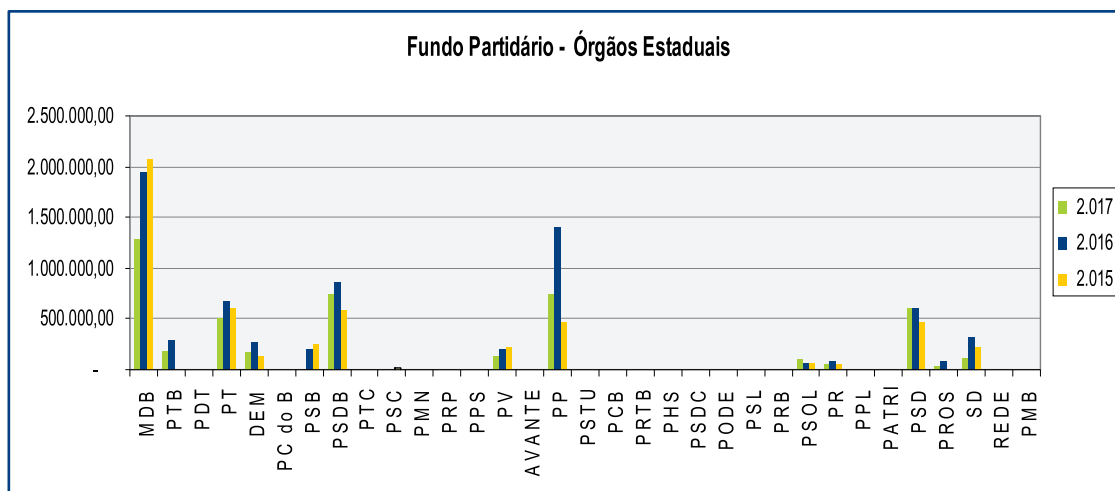
RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DOS TRABALHOS
REALIZADOS NA COMISSÃO DE ÉTICA



- Termos de ajuste conduta
- Arquivados - insuficiência de elementos
- Arquivados - prescrição
- Remetido para processamento na Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (CPSPAD)

Prestação de Contas dos Órgãos Estaduais de Partidos

Os recursos do Fundo Partidário são valores distribuídos pelo TSE aos órgãos nacionais dos partidos políticos, os quais são repassados aos órgãos estaduais e municipais das agremiações partidárias. A aplicação e prestação de contas desses recursos é fiscalizada pela Justiça Eleitoral. Assim, encontram-se adiante informações sobre os processos de prestação de contas partidárias estaduais, sob competência do TRE-MA, com os respectivos montantes do Fundo Partidário recebido nos últimos anos.



Cotas do Fundo Partidário recebidas pelos Diretórios Estaduais dos Partidos.			Valores em \$1,00
Sigla do Partido	Exercícios		
	2017	2016	2015
MDB	1.284.942,26	1.940.807,10	2.072.688,37
PTB	192.000,00	285.000,00	0,00
PDT	0,00	0,00	0,00
PT	499.063,27	675.960,25	601.440,36
DEM	171.324,77	271.000,00	136.000,00
PC do B	0,00	0,00	0,00
PSB	0,00	203.166,32	250.000,00
PSDB	744.819,81	857.994,36	591.602,79
PTC	0,00	0,00	0,00
PSC	0,00	0,00	21.000,00
PMN	0,00	0,00	0,00
PRP	0,00	0,00	0,00
PPS	0,00	0,00	0,00
PV	133.035,83	196.446,52	215.642,33
AVANTE	0,00	0,00	0,00
PP	739.000,00	1.410.000,00	465.000,00
PSTU	0,00	0,00	0,00
PCB	0,00	0,00	0,00
PRTB	0,00	0,00	0,00
PHS	0,00	0,00	0,00
PSDC	0,00	0,00	0,00
PODE	0,00	0,00	0,00
PSL	0,00	0,00	0,00
PRB	0,00	0,00	0,00
PSOL	98.591,97	66.397,20	66.602,08
PR	42.968,31	77.107,87	52.665,61
PPL	0,00	0,00	0,00
PATRI	0,00	0,00	0,00
PSD	600.000,00	600.000,00	480.000,00
PROS	41.000,00	90.000,00	0,00
SD	118.605,96	313.224,55	213.631,25
REDE	0,00	0,00	0,00



8

Declaração de Integridade

Declaração de Integridade



Declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, como representante máximo pela governança deste Tribunal Regional Eleitoral, que reconheço a responsabilidade a mim atribuída por assegurar a integridade deste relatório integrado e afirmo a aplicação do pensamento coletivo na preparação e apresentação do referido documento. Por fim, destacando o compromisso do TRE-MA com a conformidade exigida, acredito que este relato está de acordo com Estrutura Internacional para Relato Integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC).

São Luís, MA em 23 de abril de 2019.


Cleones Carvalho Cunha
Presidente

The background is a dark blue gradient with a pattern of white line-art icons representing various business and office concepts, such as computers, calendars, mail, and documents. A white dashed rectangular border is centered on the page, framing the main title.

Relato Integrado 2018

TRE-MARANHÃO